

DM

Educação para a Segurança Pública
Mecanismo de Prevenção Criminal
e de Promoção da Cidadania

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dinarte José Sousa

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

julho | 2025

Educação para a Segurança Pública
Mecanismo de Prevenção Criminal
e de Promoção da Cidadania

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dinarte José Sousa

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ORIENTAÇÃO
Carla Patrícia Martins Gonçalves

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Gratidão à minha família, aos meus irmãos, Henrique e Carina, e aos meus pais, em especial a quem, de forma mais presente, tornou possível este percurso, pelo apoio nas suas diversas formas, por me guiarem no caminho certo e por me fazerem acreditar que, apesar das dificuldades do mundo contemporâneo, um dia dará frutos.

À Joana, a minha companheira de vida. Um agradecimento especial por ser o pilar do meu ser, por me apoiar e por nunca me deixar cair, por mais difícil que a vida esteja. “Mesmo nas águas mais profundas, teremos pé enquanto dermos a mão.”

Dedico e agradeço a todos os meus entes queridos que já partiram, em particular à minha avó materna, que fez de mim a pessoa que sou hoje. Se cheguei até aqui, é graças a si, aos valores e princípios que me transmitiu durante a infância.

Também não poderia deixar de dedicar este feito a um membro especial da minha família que partiu no decorrer da elaboração da dissertação. Sisy, a minha pastora-alemã, o ser que me marcou e foi um suporte emocional em diversos momentos. Onde quer que esteja, sou-lhe eternamente grato por tudo e por tanto.

Expresso também um agradecimento especial à Professora Doutora Carla Patrícia Martins Gonçalves, por toda a orientação e ajuda prestada, cujo conhecimento e ensinamentos foram essenciais e ficarão para sempre comigo.

Um agradecimento à Universidade da Madeira, em nome do Exmo. Reitor, Professor Doutor José Sílvio Moreira Fernandes, por me ter acolhido durante 5 anos, onde aprendi e cresci bastante. Aproveito para agradecer aos meus docentes de licenciatura e mestrado, pela competência e dedicação, especialmente à diretora de curso, Professora Doutora Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis, que foi a principal responsável por proporcionar a respetiva oferta formativa na Região Autónoma da Madeira.

Por fim, agradeço à Direção Regional de Educação, à escola envolvida, ao Comando Regional da PSP Madeira e, em especial, aos participantes desta investigação, sem os quais a realização desta dissertação, com o mesmo rigor e consistência, não teria sido possível.

RESUMO

Ao longo dos últimos anos, sobretudo após o período pandémico, a sociedade tem enfrentado mudanças significativas, refletidas em novos comportamentos sociais e numa perceção alterada da criminalidade, apesar da ligeira redução registada em 2024.

Neste contexto, a segurança pública assume relevância no desenvolvimento comunitário, dado que o aumento da criminalidade e o sentimento de insegurança afetam a coesão social, a confiança interpessoal e o bem-estar coletivo. Acresce a escassez de investigação sobre o tema, especialmente a nível regional, onde se verifica a ausência de estudos congéneres.

Assim, a presente investigação tem como objetivo geral analisar o impacto do Programa Escola Segura na segurança pública, considerando o seu papel na educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania. A questão-problema formulada é: Qual é o impacto dos programas educativos para prevenir a criminalidade e promover a cidadania na Região Autónoma da Madeira?

Para este efeito, a metodologia adotada foi de natureza mista, recolhendo dados junto de estudantes, um responsável pela direção escolar de uma escola da região, e um responsável pelo Programa Escola Segura, assim como fontes documentais.

Neste sentido, os resultados evidenciaram que os programas de prevenção criminal, em particular o Programa Escola Segura, têm um impacto positivo e tangível nos participantes, sobretudo ao nível da sensibilização. Verificou-se que cerca de 93% dos inquiridos reconhecem a educação como essencial na prevenção criminal, sendo que, numa escala de 1 a 5, a maioria atribuiu valores de 4 e 5 à importância do programa enquanto mecanismo de prevenção criminal e de promoção da cidadania, apesar de limitações como a falta de atividades práticas e de acompanhamento contínuo, a baixa frequência de ações e o baixo envolvimento da comunidade.

Em suma, delinea-se um caminho onde a prevenção e a cidadania se entrelaçam como pilares do desenvolvimento comunitário, cruciais para um impacto positivo.

Palavras-chave: Segurança Pública; Criminalidade; Programa Escola Segura; Educação; Desenvolvimento Comunitário

ABSTRACT

Over recent years, especially following the pandemic period, society has faced significant changes, reflected in new social behaviors and an altered perception of crime, despite the slight reduction recorded in 2024.

In this context, public safety assumes relevance in community development, given that the increase in crime and the feeling of insecurity directly affect social cohesion, interpersonal trust, and collective well-being. Moreover, there is a scarcity of research on the subject, particularly at the regional level, where similar studies are lacking.

Thus, this investigation aims to analyze the impact of the Safe School Program on public safety, considering its role in education for crime prevention and the promotion of citizenship. The research question formulated is: What is the impact of educational programs on preventing crime and promoting citizenship in the Autonomous Region of Madeira?

For this purpose, a mixed-methods approach was adopted, collecting data from students, a school management representative from a regional school, and a representative of the Safe School Program, as well as documentary sources.

The results showed that crime prevention programs, particularly the Safe School Program, have a positive and tangible impact on participants, especially in terms of awareness-raising. Approximately 93% of respondents recognized education as essential in crime prevention. On a scale from 1 to 5, most participants rated the program's importance as 4 or 5 as a mechanism for crime prevention and citizenship promotion, despite limitations such as the lack of practical activities and continuous monitoring, low frequency of actions, and limited community involvement.

In summary, a path is outlined where prevention and citizenship intertwine as essential pillars of community development, crucial for a positive impact.

Keywords: Public Security; Crime; Safe School Programme; Education; Community Development

RÉSUMÉ

Au cours des dernières années, surtout après la période pandémique, la société a connu des changements significatifs, reflétés par de nouveaux comportements sociaux et une perception modifiée de la criminalité, malgré une légère diminution enregistrée en 2024.

Dans ce contexte, la sécurité publique revêt une importance particulière dans le développement communautaire, étant donné que l'augmentation de la criminalité et le sentiment d'insécurité affectent directement la cohésion sociale, la confiance interpersonnelle et le bien-être collectif. De plus, la recherche sur ce sujet est rare, notamment au niveau régional, où l'on constate une absence d'études similaires.

Ainsi, la présente recherche vise à analyser l'impact du Programme École Sécurisée sur la sécurité publique, en considérant son rôle dans l'éducation à la prévention de la criminalité et à la promotion de la citoyenneté. La question problématique formulée est la suivante : Quel est l'impact des programmes éducatifs pour prévenir la criminalité et promouvoir la citoyenneté dans la Région Autonome de Madère ?

À cette fin, une méthodologie mixte a été adoptée, recueillant des données auprès d'étudiants, d'un responsable de la direction scolaire d'une école de la région, et d'un responsable du Programme École Sécurisée, ainsi que des sources documentaires.

Les résultats ont montré que les programmes de prévention de la criminalité, en particulier le Programme École Sécurisée, ont un impact positif et tangible sur les participants, surtout en termes de sensibilisation. Environ 93 % des personnes interrogées reconnaissent l'éducation comme essentielle à la prévention de la criminalité. Sur une échelle de 1 à 5, la majorité a attribué des notes de 4 et 5 à l'importance du programme en tant que mécanisme de prévention de la criminalité et de promotion de la citoyenneté, malgré des limites telles que le manque d'activités pratiques, le suivi continu insuffisant, la faible fréquence des actions et le faible engagement communautaire.

En résumé, se dessine une voie où la prévention et la citoyenneté s'entrelacent comme piliers essentiels du développement communautaire, cruciaux pour un impact positif.

Mots-clés: Sécurité publique; Criminalité; Programme École Sécurisée; Éducation; Développement Communautaire

RESUMEN

A lo largo de los últimos años, especialmente tras el período pandémico, la sociedad ha enfrentado cambios significativos, reflejados en nuevos comportamientos sociales y en una percepción alterada de la criminalidad, a pesar de la ligera reducción registrada en 2024.

En este contexto, la seguridad pública adquiere relevancia en el desarrollo comunitario, dado que el aumento de la criminalidad y el sentimiento de inseguridad afectan la cohesión social, la confianza interpersonal y el bienestar colectivo. Además, existe una escasez de investigación sobre el tema, especialmente a nivel regional, donde se observa la ausencia de estudios similares.

Por ello, la presente investigación tiene como objetivo general analizar el impacto del Programa Escuela Segura en la seguridad pública, considerando su papel en la educación para la prevención del delito y la promoción de la ciudadanía. La pregunta problema formulada es: ¿Cuál es el impacto de los programas educativos para prevenir la criminalidad y promover la ciudadanía en la Región Autónoma de Madeira?

Para ello, se adoptó una metodología de naturaleza mixta, recolectando datos de estudiantes, un responsable de la dirección escolar de una escuela de la región, y un responsable del Programa Escuela Segura, así como fuentes documentales.

En este sentido, los resultados evidenciaron que los programas de prevención del delito, en particular el Programa Escuela Segura, tienen un impacto positivo y tangible en los participantes, especialmente a nivel de sensibilización. Se constató que cerca del 93 % de los encuestados reconocen la educación como esencial en la prevención del delito, siendo que, en una escala del 1 al 5, la mayoría asignó valores de 4 y 5 a la importancia del programa como mecanismo de prevención del delito y promoción de la ciudadanía, a pesar de limitaciones como la falta de actividades prácticas, el seguimiento continuo insuficiente, la baja frecuencia de acciones y la escasa participación comunitaria.

En resumen, se traza un camino donde la prevención y la ciudadanía se entrelazan como pilares del desarrollo comunitario, cruciales para un impacto positivo.

Palabras clave: Seguridad pública; Criminalidad; Programa Escuela Segura; Educación; Desarrollo Comunitario

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
RÉSUMÉ.....	vi
RESUMEN.....	vii
SUMÁRIO.....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	x
ÍNDICE DE TABELAS.....	xi
ÍNDICE DE APÊNDICES.....	xiii
LISTA DE SIGLAS.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	4
CAPÍTULO I - SEGURANÇA PÚBLICA.....	5
1.1. Concetualização.....	5
1.2. Caraterização da Segurança Interna em Portugal.....	7
1.2.1. Região Autónoma da Madeira.....	9
CAPÍTULO II - SENTIMENTO DE INSEGURANÇA.....	13
2.1. Dimensão Objetiva e Subjetiva.....	13
CAPÍTULO III - POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	16
3.1. Nível Macro - Políticas Europeias.....	17
3.2. Nível Meso - Políticas Nacionais.....	19
3.2.1. Policiamento de Proximidade enquanto Vertente Comunitária e Estratégia Socioeducativa.....	20
3.2.2. Prevenção Criminal.....	22
3.2.3. Programa Escola Segura.....	23
3.2.4. Polícia Municipal enquanto Reforço do Policiamento de Proximidade.....	25
3.3. Nível Micro - Políticas Regionais.....	27
CAPÍTULO IV - SEGURANÇA PÚBLICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.....	29
PARTE II – PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO.....	33
CAPÍTULO V - JUSTIFICATIVA E DIRETRIZES DA INVESTIGAÇÃO.....	34
5.1. Contexto de Investigação.....	34

5.2.	Enquadramento da Problemática	35
5.3.	Delimitação do Campo de Estudo.....	36
5.4.	Objetivos	37
5.4.1.	Objetivo Geral.....	37
5.4.2.	Objetivos Específicos.....	37
5.5.	Questões da Investigação	38
CAPÍTULO VI - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO		39
6.1.	Método Misto.....	39
6.2.	Estudo de Caso.....	39
6.3.	Técnicas de Recolha de Dados	40
6.3.1.	Inquérito por Questionário	40
6.3.2.	Entrevista Semiestruturada	41
6.3.3.	Análise Documental.....	41
6.4.	Técnicas de Análise e Interpretação de Dados	42
6.4.1.	Análise de Conteúdo	42
6.4.2.	Análise Estatística.....	43
6.4.3.	Triangulação de Dados	43
6.5.	Considerações Éticas e Procedimentos Institucionais	44
PARTE III – ESTUDO EMPÍRICO		45
CAPÍTULO VII - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS		
46		
7.1.	Responsável pelo Programa Escola Segura	46
7.2.	Responsável pela Direção Escolar	54
7.3.	Beneficiários do Programa Escola Segura	65
CAPÍTULO VIII - TRIANGULAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS		
RESULTADOS 113		
8.1.	Cruzamento da Informação entre o Responsável pelo Programa Escola Segura, Responsável pela Direção Escolar e Beneficiários do Programa Escola Segura	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		125
APÊNDICES.....		130

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Criminalidade geral na Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2024..... 10

Figura 2 - Incidência de criminalidade na Região Autónoma da Madeira em 2024..... 11

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Conhecimento da criminalidade na Região Autónoma da Madeira	66
Tabela 2 - Fontes de informação sobre a criminalidade na Região Autónoma da Madeira	68
Tabela 3 - Fatores responsáveis pela criminalidade na Região Autónoma da Madeira	69
Tabela 4 - Medo perante a criminalidade	70
Tabela 5 - Crimes mais temidos.....	71
Tabela 6 - Sentimento de segurança	72
Tabela 7 - Causas do sentimento de insegurança.....	73
Tabela 8 - Suficiência do policiamento de proximidade desempenhado pela Polícia de Segurança Pública.....	74
Tabela 9 - Polícia Municipal no concelho do Funchal	75
Tabela 10 - Justificação para a implementação de um corpo de Polícia Municipal no concelho do Funchal.....	76
Tabela 11 - Importância da educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania	77
Tabela 12 - Abordagens educativas para a prevenção criminal e promoção da cidadania.....	78
Tabela 13 - Integração das questões de educação para a segurança pública no currículo escolar	79
Tabela 14 - Temas mais pertinentes a abordar sobre segurança pública num hipotético contexto curricular.....	80
Tabela 15 - Participação em ação do Programa Escola Segura.....	81
Tabela 16 - Participação em ação do Programa Escola Segura no contexto de atual instituição de ensino	81
Tabela 17 - Temáticas no âmbito das ações do Programa Escola Segura	82
Tabela 18 - Eficácia do Programa Escola Segura.....	84
Tabela 19 - Grau de importância das ações do Programa Escola Segura.....	85
Tabela 20 - Grau de presença da Polícia de Segurança Pública no meio envolvente à escola .	86
Tabela 21 - Insegurança no trajeto casa-escola-casa	87
Tabela 22 - Causas da insegurança no trajeto casa-escola-casa	88
Tabela 23 - Necessidade de realização de mais ações no âmbito do Programa Escola Segura	89
Tabela 24 - Motivos para a não realização de mais ações no âmbito do Programa Escola Segura	90
Tabela 25 - Lacunas/desafios do Programa Escola Segura	91

Tabela 26 - Fatores potencializadores para a prática de crimes exercidos pelas camadas jovens	93
Tabela 27 - Ocorrências criminais/não criminais mais frequentes em ambiente escolar	94
Tabela 28 - Disposição dos estudantes para reportar ocorrências ou comportamentos inadequados em contexto escolar.....	95
Tabela 29 - Intervenção num hipotético cenário de bullying com agressões físicas	97
Tabela 30 - Manutenção da segurança em ambiente escolar pelo corpo docente e não docente	98
Tabela 31 - Testemunhos de casos de indisciplina juvenil	99
Tabela 32 - Tipos de casos de indisciplina juvenil	101
Tabela 33 - Influência de pares em relação à indisciplina	102
Tabela 34 - Tipos de pressão/influência sentida relativamente à indisciplina.....	103
Tabela 35 - Consumo de substâncias psicoativas pelos jovens	104
Tabela 36 - Tipos de substâncias psicoativas consumidas pelos jovens.....	105
Tabela 37 - Consumo de substâncias psicoativas em dia de aulas e/ou próximo ao recinto escolar	106
Tabela 38 - Impacto positivo no comportamento, atitude e/ou pensamento através do Programa Escola Segura.....	107
Tabela 39 - Causas da ineficácia das ações do Programa Escola Segura	108
Tabela 40 - Alterações positivas no comportamento, atitude e/ou pensamento em função das ações do Programa Escola Segura	110
Tabela 41 - Importância da intervenção precoce na segurança pública a médio e longo prazo	111

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice A – Inquérito por questionário destinado aos beneficiários do Programa Escola Segura	130
Apêndice B – Guião da entrevista destinada ao responsável pelo Programa Escola Segura na Região Autónoma da Madeira	141
Apêndice C – Guião da entrevista destinada ao responsável pela direção escolar	143
Apêndice D – Análise de conteúdo no âmbito das entrevistas	145
Apêndice E – Consentimento informado, esclarecido e livre para menores	150
Apêndice F – Consentimento informado, esclarecido e livre destinado ao responsável pelo Programa Escola Segura na Região Autónoma da Madeira	153
Apêndice G – Consentimento informado, esclarecido e livre destinado ao responsável pela direção escolar	156
Apêndice H – Pedido de autorização para recolha de dados destinado à Polícia de Segurança Pública.....	159
.....	159
Apêndice I - Pedido de autorização para recolha de dados destinado à instituição de ensino	158
Apêndice J – Nota metodológica para efeitos de recolha de dados em meio escolar destinado à Direção Regional de Educação	159

LISTA DE SIGLAS

CMF – Câmara Municipal do Funchal

CRP – Constituição da República Portuguesa

GNR – Guarda Nacional Republicana

MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

PSP – Polícia de Segurança Pública

RAM – Região Autónoma da Madeira

RAPES – Relatório Anual do Programa Escola Segura

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

“A paz é a maior arma para o desenvolvimento que qualquer povo pode ter” (Mandela, comunicação pessoal, 1998). Esta é a citação que introduz e conclui a presente dissertação, pois é a base para a compreensão de que o desenvolvimento comunitário só pode ser plenamente alcançado num ambiente de paz e segurança, sendo, por isso, um alicerce indispensável para o progresso de qualquer comunidade nas diversas esferas da vida. Em contextos de insegurança, as diversas políticas públicas nos domínios da educação, saúde, infraestruturas, finanças, entre outros, tornam-se praticamente inviáveis, uma vez que a desordem social destrutura os serviços públicos e privados, evidenciando que, sem um clima de paz, as bases para o desenvolvimento são severamente enfraquecidas.

Esta “arma” é a proteção que visa garantir a segurança pública, cujo conceito tem-se tornado um tema de crescente relevância na sociedade contemporânea, sendo vista como um termo central no funcionamento de qualquer sociedade, onde a sua ação é indispensável para garantir a ordem, o bem-estar dos cidadãos, assim como a estabilidade social e o desenvolvimento comunitário.

Segundo Freire (2009), “Uma estratégia de segurança cidadã deve incluir não só o trabalho das forças policiais, mas também a participação ativa de políticas setoriais como educação, saúde, desporto, cultura, entre outras” (p. 107). Assim, compreende-se que a segurança pública ultrapassa a mera atuação repressiva, exigindo a implementação de medidas preventivas e educativas capazes de incidir sobre as causas sociais da criminalidade e de fomentar uma cultura de cidadania e convivência pacífica.

Não obstante, o principal desafio que se opõe à segurança pública reside na criminalidade, sendo esta uma problemática que tem crescido significativamente ao longo dos últimos anos, embora com um recuo em 2024, o que alterou o quadro de segurança interna e o próprio quotidiano dos portugueses e demais residentes em território nacional.

É factual que os índices criminais aumentaram face aos dados pré-pandémicos, assim como a frequência dos crimes em certas áreas da região, em particular na baixa funchalense. Esta realidade espoletou o construto de um sentimento de insegurança, que independentemente de ser sentido pela maioria ou não da população, ou apenas em locais específicos, a sua presença não pode ser ignorada. Este cenário representa um entrave ao desenvolvimento comunitário, na medida em que a criminalidade crescente desestimula a criação de ambientes propícios ao bem-estar social.

Face ao exposto, surge a necessidade de refletir sobre medidas estratégicas, sendo que um dos pilares reside na prevenção, destacando-se, assim, a educação enquanto um mecanismo poderoso e muitas vezes subestimado na construção de uma sociedade mais segura e consciente, tendo um papel transformador na formação de cidadãos responsáveis, conscientes dos seus direitos e deveres, e capazes de agir preventivamente para evitar situações de risco.

Neste contexto, quando se aborda a educação e a segurança pública, o notável Programa Escola Segura encontra-se diretamente associado, uma vez que visa criar um ambiente escolar e envolvente mais seguro, e promover uma cultura de cidadania ativa entre os jovens e a comunidade em geral, através da oferta de ações educativas focadas na prevenção criminal e no fortalecimento de valores cívicos.

O Programa Escola Segura não se restringe a curto prazo, mas procura construir uma geração mais consciente e comprometida com a prevenção da criminalidade, fortalecendo as bases para uma sociedade mais segura e coesa. Esta é a prova viva de que a educação e a segurança pública podem atuar em sinergia para prevenir o crime e fomentar o desenvolvimento comunitário.

Nesta lógica, a presente dissertação propõe-se investigar de que forma a educação pode ser utilizada como instrumento de promoção da segurança pública e prevenção da criminalidade, com especial enfoque no Programa Escola Segura. Criado em 1992, este programa visa garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino e zonas envolventes, sensibilizando a comunidade escolar para comportamentos responsáveis e respeito pelas normas sociais, prevenindo, sobretudo, a delinquência juvenil. Pretende-se, assim, destacar a importância da intervenção precoce na contenção da criminalidade juvenil e, por consequência, da criminalidade geral a médio e longo prazo.

Nestes termos, a investigação centra-se na análise do impacto do Programa Escola Segura na seguridade pública do ponto de vista regional, tendo como questão-problema: Qual é o impacto dos programas educativos para prevenir a criminalidade e promover a cidadania na Região Autónoma da Madeira?

Esta investigação reveste-se de uma importância acrescida, quer do ponto de vista social, quer pela escassez de investigação entre a educação e a segurança pública, sobretudo acerca da realidade dos programas educativos para prevenir a criminalidade e promover a cidadania a nível regional, visto que representa uma lacuna teórica com repercussões a nível prático, designadamente no que se refere às políticas públicas de segurança.

Para este efeito, foi utilizada uma abordagem metodológica mista, recolhendo e analisando dados quantitativos, por meio de um inquérito por questionário destinado aos

estudantes de uma escola secundária do Funchal, e dados qualitativos, a partir de uma entrevista semiestruturada junto do principal responsável pelo Programa Escola Segura na região, assim como de um representante da direção escolar em causa. Complementarmente, foi realizada uma análise documental de documentos oficiais e artigos científicos que incidiam sobre a temática.

Com este propósito, a dissertação estrutura-se em três partes: o Enquadramento Teórico; o Percorso de Investigação; e o Estudo Empírico; culminando nas Considerações Finais.

Diante do supracitado, assiste-se a uma visão contemporânea em termos de segurança pública, onde a prevenção criminal e a promoção da cidadania caminham lado a lado, contrapondo a ideia tradicional que limitava estas questões à atuação repressiva das forças de segurança. Nesta perspetiva, a educação desempenha um papel central na construção de um tecido social mais resiliente, onde os cidadãos são capacitados para participarem ativamente na criação de ambientes seguros, inclusivos e coesos.

Neste sentido, o desenvolvimento comunitário, por sua vez, é visto como um processo que vai além da mera melhoria das condições materiais de vida, envolvendo também a capacitação das pessoas para resolverem os seus próprios problemas de forma colaborativa e sustentável. Ao associar o desenvolvimento comunitário à segurança pública, este trabalho defende que uma comunidade segura é uma comunidade mais capaz de prosperar e de oferecer aos seus membros as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento.

Desta forma, esta dissertação de mestrado espera contribuir para a compreensão da relação entre educação, segurança pública e desenvolvimento comunitário, demonstrando que a prevenção criminal é uma responsabilidade partilhada por toda a comunidade e que a educação pode ser a chave para a construção de um clima de paz, segurança e coesão social.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I - SEGURANÇA PÚBLICA

1.1. Concetualização

Em 1974, após a Revolução dos Cravos, sucederam-se mudanças significativas nas responsabilidades do Estado, havendo a necessidade de estruturar a segurança e os serviços que sustentam o funcionamento da democracia, tornando o seu correto exercício crucial para o desenvolvimento comunitário (AR, s.d.). Esta nova realidade exigiu que o Estado não apenas garantisse as liberdades e direitos adquiridos com a revolução, mas também assegurasse a prestação de serviços essenciais, como a saúde, educação, segurança, entre outros.

Assim, num Estado Democrático, o cidadão possui o direito a serviços cruciais ao seu bem-estar, destacando-se a segurança, a qual favorece diversas esferas da vida, garantindo os direitos individuais em diversos domínios, não se limitando à proteção de pessoas e bens (Serrano, 2010). Assim, a segurança constitui um pilar fundamental para o pleno exercício da cidadania, assegurando que os indivíduos possam desenvolver as suas atividades quotidianas com confiança e tranquilidade, além de garantir a livre expressão, o desenvolvimento económico e a justiça social.

Desta forma, constitui-se como obrigação constitucional da República Portuguesa garantir a segurança dos seus cidadãos, uma vez que corresponde a um direito do indivíduo, competindo ao Estado “garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático” (Lei constitucional n.º 9/1976, de 10 de abril). No entanto, o cidadão também tem o dever de colaborar na garantia da segurança pública, “acatando as ordens legítimas das autoridades e não obstruindo o exercício das competências pelos agentes das forças de segurança” (Clemente, 2006, p. 23).

Neste sentido, considera-se por segurança pública o conceito que engloba o carácter, a natureza e as condições de um estado de tranquilidade que resulta da ausência de qualquer perigo, sendo este o estado de normalidade, no qual o cidadão pode usufruir dos seus direitos e cumprir os seus deveres (Oliveira, 2006).

Em concordância, Fernandes (2005) concetualiza a segurança como “o estado de tranquilidade e de confiança mantido por um conjunto de condições materiais, económicas, políticas e sociais, que garante a ausência de qualquer perigo, tanto para a coletividade como para o cidadão individualmente considerado” (p. 30).

Numa ótica mais simplificada, a segurança pública é “um elemento da condição do bem-estar que se produz pelo controlo, redução ou supressão dos riscos” (L. Guerra, 2016, p.

122), centrada na dignidade do indivíduo, exigindo “uma preocupação com o nosso espaço e com o que nos rodeia” (Rodrigues, 2019, p. 38).

Não obstante, o conceito de segurança pública é fruto da construção social, sendo alvo de alterações no decorrer da sua evolução histórica, tendo registado a evolução mais significativa entre o século XVIII e XX. Esta transformação deu-se tanto a nível concetual, como prático, na medida em que o Estado passou a ter o papel de criar as condições necessárias ao livre exercício dos direitos naturais dos cidadãos, acrescentando a responsabilidade e obrigação do Estado em atuar em “diversas áreas da vida social, especialmente na proteção de riscos e perigos reais e prováveis” (Oliveira, 2006, p. 54).

Esta mudança no conceito de segurança pública reflete uma ampliação do escopo de atuação do Estado, que passou a incorporar estratégias preventivas e uma abordagem mais integrada, envolvendo a cooperação entre diferentes setores sociais. O entendimento da segurança pública como uma construção social significa que a sua definição não é estática, mas moldada pelas necessidades e desafios de cada época, influenciada por fatores económicos, políticos e culturais. Nesse sentido, a atuação do Estado foi-se progressivamente alinhando às mudanças da sociedade, onde a proteção dos cidadãos vai além da simples repressão ao crime, englobando também políticas que promovam a justiça social, a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades que, muitas vezes, estão na raiz dos problemas de insegurança.

Sob este ponto de vista, os cidadãos passaram a beneficiar de um direito efetivo à segurança pública, gerando uma situação social que permite que os cidadãos beneficiem de um livre e pacífico exercício dos seus direitos individuais, políticos e sociais, assim como o correto funcionamento das diversas instituições (Oliveira, 2006). Esta ampliação do direito à segurança pública não apenas garante a proteção física dos indivíduos, mas também cria as condições necessárias para o fortalecimento do tecido social e institucional. Ao assegurar o livre e pacífico exercício dos direitos individuais, políticos e sociais, o Estado promove um ambiente de confiança mútua, onde os cidadãos podem participar ativamente na vida pública e exercer plenamente a sua cidadania.

Deste modo, o conceito de segurança pública revela-se central para a presente dissertação, na medida em que integra uma perspetiva preventiva e promotora de cidadania, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do desenvolvimento comunitário e para a construção de uma sociedade mais justa, coesa e participativa.

1.2. Caracterização da Segurança Interna em Portugal

A segurança pública constitui um elemento vital para garantir a ordem e o bem-estar dos cidadãos, sendo uma responsabilidade e obrigação do Estado, conforme supracitado. Assim, a segurança interna é a atividade que visa garantir a ordem, a segurança pública, o exercício de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Essa missão para com a comunidade integra a ação do Estado na preservação da ordem, segurança e tranquilidade pública, garantindo a proteção de pessoas e bens, prevenindo e reprimindo a criminalidade, e promovendo o normal funcionamento das instituições democráticas, bem como o pleno exercício da cidadania, em conformidade com a legalidade democrática.

Neste sentido, e para que a comunidade tenha acesso à informação sobre o estado da segurança interna do país, é disponibilizado, publicamente, o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), cujo documento representa o tratamento, consolidação, análise e divulgação integrada das estatísticas da criminalidade em Portugal (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Sob este ponto de vista, constata-se que no ano de 2024 o número total de participações criminais foi de 354.878. Os dados demonstram um recuo na criminalidade geral, uma vez que se registaram menos 17.117 participações do que no período homólogo de 2023, correspondendo a uma diminuição de 4,6%. Não obstante, se observarmos os dados de há apenas dois anos constata-se que em 2022 foram registadas 343.845 participações criminais, ou seja, menos 11.033 do que em 2024. Para além desta comparação, é visível que houve um acréscimo de crimes com estupefacientes, um crescimento da criminalidade grave, o número mais alto de violações de sempre com 543 participações, assim como um aumento de 298% de imigração ilegal (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Nesta lógica, é necessário olhar para esta redução da criminalidade dentro de um contexto mais amplo, designadamente nos últimos cinco anos, os quais mostram um crescimento significativo da criminalidade. Embora Portugal continue a apresentar índices criminais relativamente baixos em comparação com outros países europeus, é fundamental continuar a combater este fenómeno que cresceu inequivocamente desde a pandemia, superando os valores pré-pandémicos.

Apesar de ser factual que o ano de 2023 foi atípico em termos de criminalidade e que ocorreu uma redução em 2024, o crime continua a ser um fenómeno que inquieta o país, exacerbado pelo aumento da criminalidade grave, destacando-se o aumento do roubo a bancos

e outros estabelecimentos de crédito (+128,6%), o roubo de viaturas (+106,3%), o roubo em edifícios comerciais ou industriais (+21,7%), a violação (+9,9%) conforme supracitado, e o roubo por esticção (+8,7%) (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Além do exposto, e particularmente relevante nos termos da presente dissertação, as ocorrências de natureza criminal em ambiente escolar também se encontram documentadas no RASI, cujos dados são referentes ao ano letivo de 2023/2024.

Assim sendo, constatou-se que as ocorrências de natureza criminal em ambiente escolar aumentaram 6,8% no ano letivo de 2023/2024, atingindo o valor mais alto dos últimos 10 anos (Sistema de Segurança Interna, 2025).

No total, as forças de segurança registaram 7.128 comunicações, das quais 5.747 foram de natureza criminal. O RASI indica que a maioria dos incidentes ocorreu dentro dos recintos escolares, destacando-se os crimes de ofensas à integridade física (2.249), furtos (cerca de 1.000), ofensas sexuais (171) e roubos (117). Além disso, foram contabilizadas 76 ocorrências relacionadas com posse ou uso de arma (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Os incidentes registados fora das escolas ocorreram, sobretudo, nos percursos entre casa e escola ou em deslocações associadas a atividades extracurriculares. Em termos de distribuição geográfica, Lisboa foi o distrito com o maior número de ocorrências (2.044), seguido do Porto (1.133), Setúbal (707), Aveiro (434), Faro (416), Braga (383), Leiria (258) e Santarém (249) (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Neste panorama, destaca-se a associação entre o aumento da criminalidade geral e as tendências identificadas na delinquência juvenil.

Face ao exposto, há que considerar que apesar do decréscimo da criminalidade geral de 2023 para 2024, sobressaem determinadas lacunas, sobretudo no que diz respeito ao aumento da criminalidade grave e violenta, bem como da criminalidade em ambiente escolar. Estes fenómenos levantam preocupações quanto à capacidade do sistema de segurança interna em garantir não apenas uma resposta eficaz, mas também uma atuação preventiva que impeça a escalada destes crimes.

Sob este ponto de vista, a segurança, conforme definida no RASI, é um elemento essencial para garantir a ordem pública, a proteção de pessoas e bens, e o pleno exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos. No entanto, o aumento de crimes violentos, como roubos qualificados e ofensas sexuais, demonstra que a segurança interna enfrenta desafios que exigem uma adaptação contínua das estratégias de combate ao crime. Da mesma forma, a crescente criminalidade nas escolas evidencia a necessidade de reforço de medidas preventivas

e de maior investimento em políticas de segurança e educação para mitigar fatores de risco entre os jovens.

Assim sendo, a segurança não deve ser analisada apenas a partir de dados anuais isolados, mas sim numa perspetiva longitudinal, identificando tendências de longo prazo, ajustando políticas de segurança de forma eficaz.

Neste contexto, torna-se essencial que as forças de segurança e as entidades responsáveis pela segurança interna reforcem as suas capacidades operacionais e apostem na prevenção criminal, promovendo a proximidade com as comunidades mais vulneráveis e reforçando os mecanismos de dissuasão.

Assim, ainda que a redução da criminalidade geral em 2024 seja um dado positivo, os desafios persistentes na criminalidade violenta e no ambiente escolar demonstram que o trabalho de segurança interna deve ser contínuo e preventivo. Apenas através de uma política integrada e sustentada, alinhada com os princípios do Estado de direito e da legalidade democrática, será possível garantir que Portugal continue a ser um país seguro.

1.2.1. Região Autónoma da Madeira

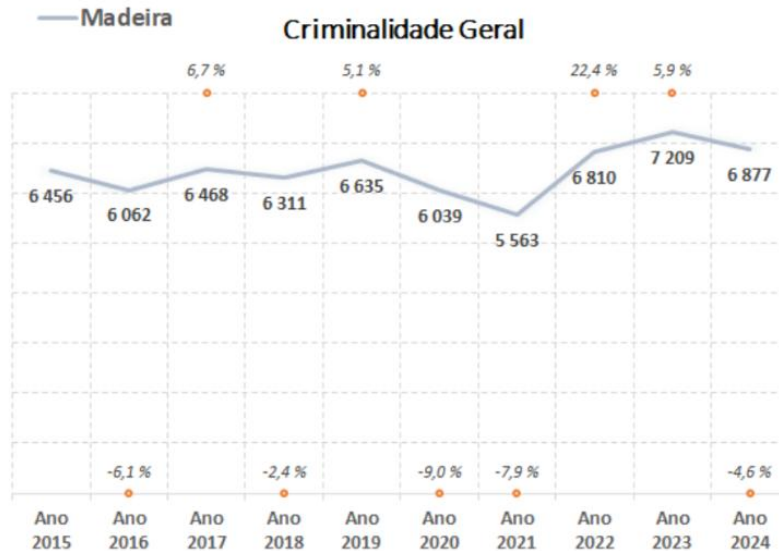
Da mesma forma que se assume Portugal como um dos países mais seguros da Europa, observamos a RAM como uma das regiões mais seguras do país, embora não pertença às cinco localidades mais pacíficas de Portugal.

Tal não ocorre pelo registo de 6.877 participações criminais na RAM. Não obstante, importa destacar que, entre 2023 e 2024, verificou-se um decréscimo de 4,6% na criminalidade. Esta redução interrompe a tendência crescente que vinha sendo observada desde 2021, marcando uma mudança significativa, embora preocupante, na dinâmica da criminalidade regional (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Também é factual que durante o período pandémico se registou uma diminuição substancial do número de participações criminais na RAM, à semelhança do que ocorreu a nível nacional. No entanto, essa quebra conjuntural não justifica o facto dos números atuais de participações serem superiores aos registados entre 2015 e 2022, como se observa na figura 1.

Figura 1

Criminalidade geral na Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2024



Em 2024, a condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l corresponde ao delito mais frequente, com um registo de 936 ocorrências. Seguidamente, aparecem as ofensas à integridade física voluntária simples com 745 ocorrências. Em terceiro lugar, os crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos com 647 crimes. Posteriormente, ameaças e coação com 507 ocorrências. Em quinto lugar, surge a condução sem habilitação legal com 241 ocorrências. Seguidamente, o furto de objetivos não guardados com 236 ocorrências. Em sétimo lugar, surgem outros danos, como a destruição de propriedade, ou danos imateriais, como danos emocionais ou à reputação, totalizando 218 crimes. Seguidamente, o tráfico de estupefacientes com 176 ocorrências, sendo o crime que mais cresceu em 2024, com uma subida de 25,7% (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Para além dos crimes mais participados, surgem outras centenas, de múltiplas tipologias, das quais umas subiram em relação ao ano de 2023, e outras que registaram um decréscimo, refletindo a complexidade e a dinâmica do fenómeno criminal em Portugal. Esta diversidade de tipologias evidencia a necessidade de uma abordagem multidimensional por parte das autoridades competentes, que combine a prevenção, a investigação criminal e a proximidade com a comunidade, de forma a adaptar as estratégias de combate ao crime à evolução dos comportamentos sociais e às novas formas de criminalidade.

Já no que se refere à criminalidade violenta e grave, ao contrário da realidade nacional, os dados recuaram, apresentando o índice mais baixo desde 2015, à exceção de 2016 e 2021. Ainda assim, destacam-se também crimes de tipologia violenta, onde o roubo na via pública

(exceto por esticção) lidera a lista com 105 crimes. Seguidamente, o roubo por esticção com 26 ocorrências. A resistência e coação sobre funcionário com 25 crimes. Em quarto lugar, a ofensa à integridade física voluntária grave com 13 ocorrências. Outras extorsões tiveram 8 ocorrências. Por fim, foram registadas 7 ocorrências de violação sexual, ocupando o sexto lugar entre os crimes violentos mais praticados (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Do total de 6.877 participações registadas na RAM, 51,64% ocorreram no município do Funchal, totalizando 3.551 ocorrências, sendo assim o concelho da região com a maior incidência de criminalidade, conforme indicado na figura 2 (Sistema de Segurança Interna, 2025). Não obstante, a descida da criminalidade no concelho do Funchal chegou a ser ainda mais acentuada do que na RAM em geral, atingindo os 4,8% (Município do Funchal, 2025).

Figura 2

Incidência de criminalidade na Região Autónoma da Madeira em 2024



Importa ainda salientar que, embora não esteja representado na figura 2, o Porto Santo é o sexto concelho da RAM com maior incidência criminal, registando um total de 239 participações em 2024 (3,48% do total) (Sistema de Segurança Interna, 2025). É factual que a criminalidade no município/ilha do Porto Santo é muito baixa. No entanto, ao longo dos últimos anos têm-se registado episódios recorrentes de vandalismo, direccionados, sobretudo, ao mobiliário urbano e aos equipamentos de iluminação pública, com maior incidência durante

o verão, pelo facto de ser uma época de maior fluxo turístico e festas. Este padrão sugere a existência de um possível fenómeno de “criminalidade sazonal” no Porto Santo, podendo espoletar futuros estudos na área, fazendo ponte com a presente dissertação, uma vez que a maioria das ocorrências da tipologia supracitada são exercidas pelas camadas jovens (Ferreira, 2020).

Nesta lógica, a análise dos dados evidencia uma associação entre o aumento da criminalidade geral e as tendências identificadas na delinquência juvenil, sendo esta relação mais notória a nível nacional do que regional. Embora ambos os indicadores apresentem variações na RAM, a correspondência entre as duas dinâmicas surge de forma menos expressiva quando comparada com o panorama nacional. Ainda assim, a tendência nacional oferece um enquadramento útil para interpretar o fenómeno, mesmo que a realidade regional revele uma associação mais atenuada.

Em síntese, embora se tenha verificado uma redução da criminalidade em 2024, a necessidade de intervenção mantém-se, sobretudo face ao crescimento registado nos anos anteriores, cujos efeitos persistem. A análise contínua através do RASI é essencial para atualizar estatísticas e monitorizar dinâmicas criminais, assegurando a adaptação oportuna das políticas públicas.

CAPÍTULO II - SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

Em virtude dos riscos provenientes dos crimes supracitados, o Homem desencadeia em si emoções negativas, que interferem diretamente com os seus interesses, gerando uma atitude defensiva manifestada pela angústia, ansiedade, receio e medo (Ferreira, 2010).

Segundo Bauman (2008), vivemos numa “sociedade de risco” onde a incerteza e o medo do outro alimentam constantemente o sentimento de insegurança.

Desta forma, o Homem observa o mundo e as sociedades como algo instável, conduzindo ao respetivo estado psicológico, o qual é um processo de leitura do mundo que se manifesta nos indivíduos através de um conjunto de emoções cristalizadas no crime e nos seus praticantes (Roché, 1993).

No entanto, vale destacar que o medo do crime e o sentimento de insegurança não são sinónimos, podendo não ocorrer em simultâneo, uma vez que um indivíduo pode ter medo de ser vítima de um ou mais crimes específicos, mas não sentir isso na sua vida quotidiana. Contudo, este medo do crime integra uma das componentes que constroem o sentimento de insegurança, sendo um estado psíquico que pode levar à construção do respetivo sentimento, o qual poderá afetar a qualidade de vida dos cidadãos e reduzir o seu bem-estar físico, social e emocional, contrariando os objetivos do desenvolvimento comunitário (Ferreira, 2010).

Não obstante, o conceito de sentimento de insegurança tem sido alvo de múltiplas perspetivas, uma vez que determinados autores defendem que esse sentimento é uma mera construção social que teve origem nos meios de comunicação e no discurso político, com o objetivo de legitimar a adoção de medidas de cariz repressivo, enquanto outros manifestam uma preocupação para com quem o sente (Ferreira, 2010).

Apesar das diferentes perspetivas, de acordo com Guerra (2016), o sentimento de insegurança deve ser compreendido como parte da qualidade de vida urbana, afetando a forma como os cidadãos se apropriam dos espaços públicos, desenvolvem as suas rotinas e participam na vida comunitária, sendo factual que é influenciado por diversos fatores sociais, económicos, culturais e ambientais. Distinguir entre as dimensões objetiva e subjetiva permite uma compreensão mais abrangente do fenómeno.

2.1. Dimensão Objetiva e Subjetiva

Com base nesta multiplicidade de perspetivas, a análise do sentimento de insegurança implica a distinção entre duas dimensões complementares: a insegurança objetiva e a insegurança subjetiva (Guerra, 2016).

A insegurança objetiva refere-se à realidade concreta da criminalidade, a qual é baseada em factos mensuráveis, relacionados com a ocorrência de crimes registados pelas forças e serviços de segurança. Esta dimensão centra-se em dados estatísticos oficiais, fornecendo uma visão factual e quantificável do fenómeno criminal, permitindo avaliar a gravidade e a frequência real das ocorrências (Guerra, 2016).

Nesta lógica objetiva, se a taxa de criminalidade apresenta baixos índices, seria expectável que não existisse um sentimento de insegurança, contudo é frequentemente observado como um discurso baseado na vitimização (Ferreira, 2010).

Não obstante, o sentimento de insegurança é mutável e variável dentro de cada contexto, pelo que há a necessidade de olhar para o fenómeno da elitização do debate sobre a insegurança em Portugal e na RAM em particular, uma vez que não é justo se focar nas perspetivas elitistas da comunidade, como residentes no Restelo, Campo de Ourique e Avenida Pedro Álvares Cabral na capital portuguesa, assim como na Estrada Monumental no Funchal, uma vez que para quem reside nessas artérias é fácil proferir que “vivemos num dos países e regiões mais seguras do mundo”, mas para centenas ou milhares de indivíduos que vivem em zonas problemáticas, a realidade não é a mesma, espoletando uma outra dimensão do sentimento de insegurança.

Dimensão essa que defende que o fenómeno criminal não se pode basear apenas em factos, mas sim nas perceções oriundas da comunidade local. Neste sentido, vale destacar que o medo do crime e o sentimento de insegurança têm aumentado relativamente a outrora, em Portugal e na própria RAM, uma vez que um número progressivo de indivíduos expressa preocupações em relação à sua segurança, exacerbadas pelo crescimento repentino da criminalidade, apesar da redução de 2024. Com base nesta matéria, o “Jornal da Madeira” realizou um inquérito aos seus leitores sobre a questão da insegurança na região, recolhendo dados a 845 indivíduos, dos quais 84% consideram que o sentimento de insegurança aumentou realmente (“Jornal da Madeira”, 2024). Embora esta breve sondagem não tenha qualquer valor científico e se enquadre na literatura cinzenta, ela constitui um indicador social relevante, pois reflete perceções amplamente partilhadas no seio da comunidade local.

Tal resultado corrobora a ideia de que o sentimento de insegurança, ainda que nem sempre fundado em experiências de vitimização direta, condiciona o modo como os cidadãos se relacionam com o espaço público, com as instituições e com os outros, influenciando comportamentos quotidianos.

Assim, a insegurança subjetiva está relacionada com a perceção individual, traduzindo-se na sensação de insegurança, independentemente da realidade estatística. Este sentimento

resulta de múltiplos fatores, como experiências pessoais ou de terceiros, características do espaço urbano ou ausência de policiamento visível. Conforme refere Guerra (2016), o sentimento de insegurança não depende apenas dos índices reais de criminalidade, mas também da forma como o cidadão interpreta e avalia o ambiente social em que vive.

Adicionalmente, a dimensão subjetiva é mais profunda e complexa, pelo que Ferreira (2010), defende que o sentimento de insegurança não se resume à insegurança objetivamente, mas também se caracteriza por índices de fatores multiplicadores de insegurança. Esses fatores podem incluir desde o aumento da desigualdade social, a deterioração do ambiente urbano, até ao medo do desconhecido e das mudanças socioculturais rápidas, transcendendo as estatísticas criminais.

No entanto, a realidade científica demonstra-nos que não existe um consenso nestes termos, pelo que seja real ou imaginário, é algo que afeta diversos cidadãos, podendo condicionar a vida das pessoas (Ferreira, 2010).

Assim, é fundamental abordar o respetivo fenómeno, uma vez que o sentimento de insegurança pode colocar a coesão social em causa, tornando-se imperativo adotar políticas de segurança pública que mitiguem este sentimento negativo, de forma a assegurar a proteção e o bem-estar dos cidadãos, contribuindo para a segurança pública e para a construção de uma comunidade mais resiliente e unida.

CAPÍTULO III - POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é um dos pilares fundamentais para a estabilidade social e o bem-estar dos cidadãos, conforme supracitado, pelo que as políticas nesta matéria configuram um elemento crucial para a manutenção da segurança, sendo que ao longo das últimas décadas, têm evoluído em resposta às dinâmicas sociais, políticas e económicas, procurando adaptar-se às novas formas de criminalidade e aos desafios contemporâneos.

Assim, no final do século passado, sob forte influência de países estrangeiros, iniciou-se uma reflexão em torno da transformação da segurança pública com uma visão comunitária. Neste sentido, assistiu-se à intersetorialidade entre a educação e órgãos de segurança, resultando em medidas inovadoras voltadas à prevenção criminal e à promoção da cidadania, de forma a mitigar o sentimento de insegurança (Vasconcelos, 2019). Esta abordagem multidisciplinar e integrada revelou-se crucial ao reconhecer que a segurança pública não pode ser tratada apenas como uma questão policial, mas também através da integração de diferentes setores, especialmente a educação, que reforça a importância de prevenir o crime desde as suas raízes, cultivando nos cidadãos, especialmente entre os jovens, valores de cidadania, responsabilidade social e convivência pacífica.

Desta forma, estas medidas podem provir tanto do setor público quanto do privado, embora a maioria delas tenha origem pública, uma vez que são da responsabilidade do Estado, pelo que se definem como políticas públicas de segurança, sendo um conjunto de decisões e de medidas, cujo objetivo reside em dar uma resposta efetiva às diversas formas de insegurança (Vasconcelos, 2019).

Assim, as políticas públicas de segurança têm como objetivo principal identificar as prioridades e os problemas que a segurança enfrenta, com o intuito de, primeiramente, prevenir as ameaças e os riscos que podem surgir contra os cidadãos, as instituições democráticas, as infraestruturas e os serviços e forças de segurança (Almeida, 2008).

Não obstante, estas medidas devem ser alvo de constantes adaptações para responder eficazmente aos problemas securitários. Neste sentido, a formulação de políticas de segurança pública deve ser baseada na inovação e focada na antecipação dos problemas, cruzando setores como as forças de segurança e a educação, instrumentalizando-a enquanto um mecanismo de promoção da cidadania e de prevenção criminal (Almeida, 2008).

Estas políticas devem ser tomadas com base em orientações europeias de forma a garantir uma abordagem coerente e eficaz na proteção dos cidadãos e na manutenção da ordem, visto que num contexto globalizado, é imperativo que as políticas de segurança pública sejam

harmonizadas com as diretrizes internacionais para assegurar uma abordagem integrada e eficaz que responda às complexidades dos desafios contemporâneos.

3.1. Nível Macro - Políticas Europeias

A União Europeia (UE) é responsável pela orientação dos seus Estados-Membros em diversas matérias, entre as quais nos domínios da justiça, liberdade e segurança. Este trabalho, orientado para a consolidação de um Modelo Europeu de Segurança, requer um esforço contínuo e concertado entre os Estados-Membros, de modo a garantir uma proteção efetiva e equitativa dos cidadãos europeus. Instrumentos como o Programa de Estocolmo, a Estratégia de Segurança Interna da UE, a Estratégia para a Dimensão Externa da Justiça, Liberdade e Segurança, e a Estratégia de Gestão da Informação, têm proporcionado uma base sólida de atuação conjunta, fundamental para a prossecução do grande desígnio securitário europeu, designadamente a construção de um espaço comum de liberdade, segurança e justiça (União Europeia, 2010).

Face ao exposto, foram desenvolvidos instrumentos e políticas comuns para confrontar os riscos e ameaças através de dez linhas de ação para garantir a segurança interna da UE (União Europeia, 2010). A implementação dessas políticas comuns visa criar um ambiente seguro e resiliente, que não apenas mitigue os riscos existentes, mas também se adapte às novas ameaças que surgem no panorama global.

A primeira diretriz estratégica da UE propõe uma abordagem ampla e integrada da segurança interna, promovendo a cooperação horizontal entre autoridades policiais, fronteiriças, judiciárias e civis, bem como com os setores político, económico, social e privado. Paralelamente, defende uma dimensão vertical da segurança, articulando políticas e iniciativas da UE com a cooperação internacional, regional e nacional entre os Estados-Membros (União Europeia, 2010).

Em segundo lugar, a UE defende uma supervisão democrática e judicial efetiva das políticas de segurança, através da participação do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, que asseguram o respeito pelo princípio da subsidiariedade e acompanham a aplicação das políticas de liberdade, segurança e justiça. A adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem reforça a proteção dos direitos humanos, garantindo que as políticas de segurança respeitem a dignidade e os direitos individuais (União Europeia, 2010).

Em terceiro lugar, surge a diretriz centrada na prevenção e antecipação, na medida em que estas ações reduzem os consequentes danos humanos e/ou psicológicos decorrentes dos

atos criminosos. Para além deste aspeto, a UE defende que esta política de segurança deve ser intersectorial, integrando serviços policiais, instituições e profissionais a nível nacional ou local, assegurando a cooperação com escolas, universidades e outros estabelecimentos de ensino, de forma a evitar que os jovens enveredem pela criminalidade (União Europeia, 2010).

Esta terceira diretriz assume particular relevância no contexto da presente dissertação, por se alinhar diretamente com o programa em análise promovido pelo Ministério da Administração Interna. Com efeito, a prevenção criminal não pode ser desvalorizada, uma vez que desempenha um papel central na proteção das comunidades e na promoção da segurança pública. Assim, ao identificar e mitigar precocemente os fatores de risco que propiciam comportamentos desviantes, a implementação de políticas preventivas eficazes contribui significativamente para o reforço da confiança comunitária e para o fortalecimento do tecido social.

Em quarto lugar defende-se a criação de um modelo europeu seguro e estruturado de intercâmbio de informações, baseado na confiança mútua entre as autoridades de segurança interna, com o objetivo de reforçar os mecanismos existentes e melhorar a gestão da informação (União Europeia, 2010).

Em quinto lugar, sucede-se a cooperação internacional através da criação de um Comité que se baseia nas avaliações das ameaças e nas prioridades, focado no desenvolvimento de um quadro de cooperação para melhorar a segurança, sobretudo nos grandes eventos internacionais e de massa (União Europeia, 2010).

Em sexto lugar, a cooperação judiciária em matéria penal apresenta-se enquanto uma política crucial no sentido de fomentar uma cooperação mais estreita entre as autoridades judiciárias dos Estados-Membros (União Europeia, 2010).

Em sétimo lugar, apresenta-se a gestão integrada das fronteiras de forma a combater a imigração ilegal, a qual será auxiliada pelo Código dos Vistos, o desenvolvimento do Sistema de Informação Schengen, assim como sistemas eletrónicos de controlo nas fronteiras, contribuindo para uma gestão integrada das fronteiras baseada na informação (União Europeia, 2010). No entanto, é essencial que essas medidas sejam acompanhadas por uma comunicação transparente e eficaz com o público, de forma a mitigar o medo e a desinformação que podem ser amplificados por perceções negativas sobre a imigração.

Seguidamente, e em oitavo lugar, a aposta na inovação e na formação foca-se no desenvolvimento das novas tecnologias segundo uma abordagem comum, sendo que este objetivo é crucial para estabelecer serviços policiais, judiciais e de controlo de fronteiras dotadas de tecnologia avançada e na vanguarda da especialização (União Europeia, 2010).

Em nono lugar, a dimensão externa da segurança interna/cooperação com países terceiros defende que a cooperação internacional da UE e dos seus Estados-Membros é fundamental para garantir a segurança e proteger os direitos dos cidadãos (União Europeia, 2010).

Por fim, na décima diretriz destaca-se a importância de uma abordagem flexível e realista, baseada na análise contínua de riscos e ameaças, para responder a desafios futuros (União Europeia, 2010). Esta flexibilidade é essencial na prevenção criminal, permitindo ajustar políticas às dinâmicas criminais emergentes e garantir a sua eficácia com base em evidência atualizada nos diversos Estados-Membro.

3.2. Nível Meso - Políticas Nacionais

Nas últimas décadas, Portugal tem seguido referências internacionais, alinhando-se naturalmente com as diretrizes acima referidas enquanto Estado-Membro da UE, com especial enfoque na prevenção e antecipação. Esse compromisso tem-se refletido na implementação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) e em diversos programas de prevenção criminal promovidos pelo Ministério da Administração Interna.

Estas políticas de segurança pública têm sido moldadas com o objetivo de garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos, promovendo um ambiente mais seguro. Tais mudanças foram fruto de uma nova visão, evidenciada em diversos estudos na área policial que demonstram que existem situações de conflito passíveis de serem ultrapassadas com uma abordagem diferente por parte das forças de segurança, designadamente com recurso ao uso de competências sociais, as quais deram origem a um novo modelo policial, fortemente centrado na proximidade com a comunidade (Duarte, 2019).

Para além dos estudos na área policial que corroboram o exposto, verifica-se que a sociedade contemporânea se mostra cada vez mais exigente relativamente àqueles que lhe prestam serviços, em especial as forças de segurança. Esta exigência crescente está fortemente associada a uma maior consciencialização dos Direitos Humanos por parte dos cidadãos, bem como à reafirmação das garantias e liberdades individuais promovida, em grande medida, pelas forças políticas de matriz progressista.

Assim, estas políticas constituem uma estratégia integrada de segurança pública que se adapta às necessidades nacionais, promovendo a cooperação entre as forças de segurança e a comunidade.

3.2.1. Policiamento de Proximidade enquanto Vertente Comunitária e Estratégia Socioeducativa

Com o evoluir da sociedade, da crescente globalização e da consciência do Estado em relação à dimensão social das forças de segurança, tornou-se imperativo implementar medidas diferenciadas neste contexto.

Segundo David (2014), uma destas medidas consiste no policiamento de proximidade ou comunitário, o qual resultou da evolução natural dos padrões e valores existentes nas sociedades modernas, com uma forte influência política, demográfica e social, mas principalmente com o intuito de maximizar o combate à criminalidade e à mitigação do sentimento de insegurança. Em conformidade, Oliveira (2006) considera que o policiamento de proximidade surgiu da crescente procura de segurança por parte da comunidade, representando “uma forma de gestão da segurança, implementada próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial, prioritariamente preventiva, às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em consideração” (p. 115).

Este modelo policial tem sido uma prática comum há diversas décadas em países como os Estados Unidos da América, Inglaterra, França e Países Baixos, tendo o envolvimento da população, a resolução de problemas e a descentralização como princípios basilares (Skogan, 2006).

Por volta dos anos 90, Portugal sentiu a necessidade de encontrar novas estratégias de ação no panorama da segurança pública, particularmente focadas na prevenção, vindo a seguir referências internacionais dos países supracitados, resultando na implementação do policiamento de proximidade. Embora este modelo possua uma estrutura ideológica universal, em Portugal, ele assenta na ideia de que as forças de segurança e os cidadãos devem trabalhar em simultâneo, de forma a encontrar soluções para os problemas da comunidade relacionados com o sentimento de insegurança (David, 2014).

Assim, face às exigências contemporâneas, o grande objetivo do policiamento de proximidade incide na demonstração ativa de presença próxima e preventiva, uma aproximação efetiva entre polícia-cidadão, melhoria das relações entre ambos e a orientação da ação policial no sentido da resolução dos problemas da comunidade.

Segundo a Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de maio, da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), é reiterado que o policiamento de proximidade visa uma colaboração próxima entre a comunidade e a polícia, fomentando a participação comunitária ativa na promoção da sua própria segurança (PSP, 2019).

Assim, o policiamento de proximidade é considerado um modelo que reconhece que a segurança não é uma missão exclusiva da polícia, mas que ela deve ser coproduzida com cidadãos, associações locais, entre outros (David, 2014). Este modelo incentiva a criação de laços de confiança e cooperação entre a polícia e a comunidade, facilitando a troca de informações e a resolução de conflitos de forma mais eficaz. Para além disso, ao envolver diversos atores sociais, procura-se uma abordagem mais preventiva, ao invés de meramente repressiva, para lidar com questões de segurança, promovendo, assim, um ambiente mais seguro e participativo.

Desta forma, as políticas de proximidade são cruciais para reconstruir relações enfraquecidas dentro das comunidades, ajudando a desenvolver laços de conhecimento e confiança entre os indivíduos. Assim, considera-se que este modelo de policiamento é um importante mecanismo de prevenção criminal, demonstrando a sua dimensão socioeducativa, incidindo na promoção da cidadania. Ao ser efetuado um trabalho educativo no seio da comunidade, os membros das forças de segurança não apenas mantêm a ordem, como também dotam a comunidade com um conjunto de capacidades e competências relacionadas com a cidadania ativa e participativa (Figueiredo, 2022).

Quando este trabalho é efetuado eficazmente e a segurança pública é assegurada, o desenvolvimento comunitário é alavancado, visto que a segurança está naturalmente ligada ao desenvolvimento, uma vez que nenhum desenvolvimento é possível num contexto de insegurança (Lopes, 2006). Sob este ponto de vista, uma comunidade que se sente segura tende a criar outras formas de viver, aumentar a confiança social e melhorar a qualidade de vida individual e coletiva. Uma baixa criminalidade não só promove a estabilidade social, como também cria um ambiente propício ao crescimento económico, ao fortalecimento das redes de cooperação locais e à inclusão de grupos marginalizados, tornando o desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Nesta lógica, o modelo de policiamento de proximidade é fundamentado quando se assiste a um estudo conduzido por Teixeira e Lisboa (2015), onde se verifica que a comunidade de áreas com policiamento de proximidade refere se sentir segura em mais de 70%. O respetivo estudo também demonstra que 95% das pessoas concordam com a implementação de medidas de atuação mais específicas através de programas especiais, como o Programa Escola Segura (Lisboa & Teixeira, 2015).

Face ao exposto, a literatura evidencia que este modelo é a sinergia ideal para a comunidade e as forças de segurança, na medida em que procura desenvolver e implementar novas formas de organização policial, técnicas de proximidade e visibilidade, assim como

estipular programas específicos direcionados em problemas concretos e em grupos mais vulneráveis. Desta forma, a comunidade envolve-se diretamente na dinâmica da segurança pública, representando um verdadeiro princípio de uma cidadania ativa.

3.2.2. Prevenção Criminal

Fortemente associado à terceira diretriz da UE, centrada na prevenção e antecipação, bem como aos princípios do MIPP, o conceito de “prevenção criminal” assume um lugar central, caminhando lado a lado com a noção de segurança enquanto eixo estruturante das políticas públicas nesta matéria.

Sob este ponto de vista, a segurança pública encontra-se diretamente associada à prevenção criminal, na medida em que “todo o investimento no campo da prevenção será pouco quando comparado com o que a posteriori se virá a gastar em segurança caso uma atuação preventiva não seja realizada” (Carvalho, 2012, p. 34). A afirmação ressalta a importância e a eficácia do investimento em ações preventivas como estratégia de melhoria de segurança e em simultâneo de contenção de custos, baseando-se na ideia de que a prevenção atua na origem dos problemas, evitando que eles cresçam ao ponto de exigir intervenções dispendiosas e complexas.

Neste sentido, Oliveira (2006) define a prevenção criminal como “o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infrações (...) sejam elas de natureza criminal ou outras” (p. 79).

Apesar das múltiplas perspectivas que têm vindo a ser desenvolvidas em torno do conceito de prevenção criminal, sobretudo nas últimas décadas, já no século XIX, Ferri (1897) defendia que a prevenção deveria constituir a principal função defensiva da sociedade. Para Ferri (1897), a repressão exercia uma influência cada vez mais limitada sobre os comportamentos criminosos, produzindo, inclusive, um efeito de “bola de neve”, ao não atuar sobre as causas estruturais da criminalidade, mas apenas sobre as suas manifestações imediatas.

Sob este ponto de vista, as forças de segurança tendem a apostar na prevenção criminal, apesar de ser um trabalho de médio e longo prazo, sendo caracterizado como uma “tarefa longa e não imediata, que passa pela evolução da cidadania e da consciência social de toda a sociedade. O melhor lugar para a realizar é, obviamente, a escola” (Tomás & Belo, 2012, p. 10). Nesta lógica, é reconhecido que a escola é o local ideal para a respetiva prática, na medida em que reúne diversos indivíduos no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, que

por sua vez são os seres mais vulneráveis à prática de delitos, quer externos, quer internos, uma vez que, por vezes, não têm consciência da repercussão dos seus atos.

Nesta lógica, e com o propósito de travar o avanço da criminalidade juvenil e geral, têm vindo a ser implementadas diversas medidas de carácter preventivo, entre as quais se destaca a criação de programas específicos de prevenção criminal, orientados para a intervenção precoce e para a promoção de comportamentos socialmente ajustados.

3.2.3. Programa Escola Segura

Assente nos princípios da prevenção criminal, o Estado tem adotado medidas para mitigar a delinquência juvenil e travar a evolução da criminalidade no meio escolar e nas suas imediações, procurando enfrentar essa problemática através da valorização da educação e do policiamento de proximidade.

Assim, o Ministério da Administração Interna em articulação com o Ministério da Educação assinou um protocolo que deu origem ao Programa Escola Segura, em agosto de 1992, encontrando-se desde então ao serviço da comunidade escolar, representando o programa de policiamento de proximidade mais antigo e um dos mais bem-sucedidos, totalizando milhares de ações (PSP, 2024). O programa é operacionalizado pela PSP e Guarda Nacional Republicana (GNR) a nível nacional, enquanto do ponto de vista regional é executado somente pela PSP por questões de jurisdição territorial.

Para além do supracitado, vale destacar que a PSP reestruturou as condições para a execução do programa aprovado ministerialmente, através do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, no qual foram definidas as regras do Programa Escola Segura, destacando os seus locais de implementação, designadamente os estabelecimentos de ensino não superior, públicos, privados e cooperativos (Departamento de Operações da PSP, 2025).

O respetivo despacho também define que o programa em causa tem como objetivo geral melhorar os índices de segurança no meio escolar e envolvente, e de um modo específico prevenir os comportamentos de risco, garantir a segurança das áreas envolventes dos estabelecimentos de ensino, promover ações de sensibilização e de prevenção, entre outros (Departamento de Operações da PSP, 2025). Essas medidas são essenciais para criar um ambiente escolar mais seguro e saudável, no qual a comunidade educativa se sinta protegida e capaz de desenvolver as suas atividades sem medo de ameaças externas ou internas. Ao focar na prevenção, o programa visa não apenas a intervenção direta em situações de risco, mas também a criação de uma cultura de segurança, onde a comunidade escolar assume um papel

ativo na identificação e mitigação de potenciais perigos, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável em termos de segurança pública.

Neste sentido, foram nomeados agentes de proximidade que desempenham as seguintes funções: garantir a segurança e vigilância nas áreas escolares através do patrulhamento exterior; prevenir a delinquência juvenil; detetar problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos; sinalizar situações de jovens em risco, com comportamentos delinquentes, como consumos de substâncias psicoativas ou prática reiterada de incivildades/crimes, no sentido dos mesmos serem encaminhados para as entidades competentes; entre outras (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Em termos de ações de sensibilização, estas atuam como componente preventiva, permitindo uma aproximação entre a PSP e a comunidade escolar, incentivando a adoção de regras e comportamentos de segurança, o que pode, no futuro, resultar na prevenção de determinados comportamentos de risco, sendo assim um investimento a médio e longo prazo.

Estas ações são contabilizadas e apresentadas no Relatório Anual do Programa Escola Segura (RAPES), cujo documento vigente é referente ao ano letivo 2023/2024. Nele constata-se que, a nível nacional, nos últimos 10 anos letivos foram realizadas mais de 150.000 ações de prevenção criminal em contexto escolar, sendo que no ano letivo de 2023/2024, foram abrangidos 3.173 estabelecimentos de ensino, público, privado e cooperativo, garantindo a segurança a 902.041 alunos, através do empenho de 368 agentes (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Entre as várias iniciativas do Programa Escola Segura, destacam-se, uma vez mais, as ações de sensibilização, que abordam uma ampla diversidade de temas, sendo que nos últimos cinco anos foram mais de 95.000. Dentro dos temas mais recorrentes, sobressaem o bullying, a prevenção e segurança rodoviária, a segurança infantil e a prevenção do consumo de substâncias psicoativas (PSP, 2024). A variedade desses temas reflete a complexidade dos desafios enfrentados tanto no contexto escolar quanto externo, evidenciando a necessidade de uma abordagem abrangente para promover o bem-estar e o desenvolvimento dos jovens e da comunidade em geral.

No ano letivo 2023/2024, as temáticas não diferiram significativamente do anterior, sendo que nas 11.408 ações de sensibilização, lideraram temas como: bullying e cyberbullying; prevenção e segurança rodoviária; consumo de álcool e drogas; segurança infantil; utilização segura das novas tecnologias; violência doméstica e no namoro; e direitos humanos (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Para além da sua vertente preventiva, o Programa Escola Segura abrange também a dimensão criminal, conforme analisado no capítulo 1.2. Verifica-se, de um modo geral, uma tendência de aumento da criminalidade nas escolas e respetiva envolvente, com ocorrências a crescerem consecutivamente há mais de três anos letivos. Este aumento aproxima os números atuais da média registada na última década. Neste contexto, os dados dos últimos três anos letivos revelam um fenómeno ascendente iniciado em 2018, fazendo regressar vários indicadores de violência escolar a níveis semelhantes aos verificados há cerca de dez anos, embora pouco notório na RAM (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Desta forma, as ações do Programa Escola Segura ganham um relevo acrescido no sentido de conter a evolução da criminalidade, através da instrumentalização da educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania. A aposta contínua nesta abordagem evidencia uma mudança de paradigma, onde o foco não está apenas na ação reativa, mas na criação de uma cultura preventiva, mediante a consciencialização e o envolvimento ativo da comunidade.

Neste sentido, ao intensificarem as ações e sensibilizarem um número crescente de cidadãos através da promoção da educação cívica e do respeito pelas leis, as forças de segurança contribuem para a formação de uma sociedade mais consciente, diminuindo, a médio e longo prazo, a necessidade de medidas punitivas.

3.2.4. Polícia Municipal enquanto Reforço do Policiamento de Proximidade

A democracia, e em particular a autonomia política, têm vindo a evidenciar cada vez mais a importância de uma participação ativa das autarquias na criação e implementação de medidas em diversos domínios, no âmbito das suas competências. Entre estas, destaca-se a responsabilidade de promover e assegurar a segurança pública, sendo um contributo em termos de políticas nacionais.

Apesar do sucesso do policiamento de proximidade e do crescente investimento das forças de segurança (PSP e GNR), subsiste um défice percecionado pela comunidade, que aponta a falta de ação e de proximidade como uma das principais fragilidades no âmbito da segurança pública. Em resposta, alguns municípios têm criado Polícias Municipais para reforçar o modelo existente e dar respostas mais eficazes às necessidades locais (Lisboa & Teixeira, 2015).

Sendo da responsabilidade e do interesse dos municípios colaborar na promoção da segurança pública, sempre que tal se revele aplicável, um dos serviços que pode ser disponibilizado é o departamento de Polícia Municipal. Esta estrutura desempenha funções

específicas e apresenta benefícios concretos, alinhando-se com o modelo de policiamento de proximidade, ao procurar colmatar carências identificadas nesse domínio (Figueiredo, 2022). Este tipo de policiamento, baseado numa relação próxima, contínua e de confiança com a comunidade, contribui de forma decisiva para a prevenção da criminalidade, a mediação de conflitos locais e a deteção precoce de problemas suscetíveis de agravamento.

Desta forma, as Polícias Municipais têm a capacidade de se focarem intensamente no policiamento de proximidade, reforçando os laços com a comunidade e gerando locais mais seguros, através de uma eficaz promoção da cidadania, mediante a: capacitação da comunidade para uma cidadania participativa na segurança a nível local; sensibilização da população para a adoção de comportamentos de segurança; redução e prevenção de comportamentos antissociais; aumento da relação de confiança entre a polícia e a população; aumento do sentimento de segurança e de bem-estar da população (CML, s.d.).

Assim, um dos principais benefícios que esta polícia traz à comunidade reside no aspeto realista de uma proximidade entre a polícia e o cidadão, principalmente, pelo facto de serem os mesmos agentes a patrulharem o território, permitindo que sejam reconhecidos, promovendo uma relação de confiança, o que constitui um elemento crucial para que os cidadãos se sintam à vontade para transmitir informações e preocupações de segurança (CML, s.d.).

Para além deste aspeto, destaca-se a particularidade de terem competências para resolver problemas de natureza mais sensível, como indivíduos em situação de sem-abrigo, toxicod dependência, entre outros, através da articulação com parceiros da área social, contribuindo diretamente para o desenvolvimento comunitário através da inclusão social (CML, s.d.). Esta atuação é de extrema importância, uma vez que complementa as questões de segurança ao reconhecer que muitos problemas de ordem social estão diretamente ligados à segurança pública.

Desta forma, reconhece-se que a Polícia Municipal desempenha um papel crucial na promoção da cidadania e na prevenção criminal, utilizando a educação não formal como um mecanismo para essa finalidade. Assim, a presença ativa desta polícia não apenas dissuade a criminalidade, como também fortalece os laços sociais, promovendo a confiança entre os cidadãos e as autoridades locais, espoletando um debate sobre a sua eventual implementação em determinados municípios.

3.3. Nível Micro - Políticas Regionais

A nível regional, as políticas são, em grande medida, também orientadas pelo Ministério da Administração Interna, embora se verifiquem igualmente iniciativas de carácter autonómico, concebidas especificamente para responder às necessidades e particularidades locais.

Neste sentido, um dos principais focos da RAM, à semelhança do panorama nacional, tem sido o reforço de recursos humanos. Com esse propósito, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira aprovou a Resolução n.º 16/2023/M, de 26 de julho, visando assegurar o aumento do efetivo do Comando Regional da Madeira, tendo em conta que a “redução do número de agentes da PSP na RAM veio diminuir o policiamento de proximidade, com todas as consequências que tal acarreta para a segurança pública” (Resolução n.º 16/2023/M, de 26 de julho).

Num contexto municipal, particularmente no Funchal, cidade de especial relevância para a presente dissertação, observa-se que o atual executivo da Câmara Municipal do Funchal (CMF) tem vindo a implementar e a planear um conjunto de medidas significativas neste domínio.

Uma das medidas em destaque corresponde a um investimento expressivo na segurança pública, visando reforçar a vigilância e a proteção dos cidadãos. Esta ação tem como objetivos centrais a prevenção da criminalidade e a dissuasão de comportamentos de risco, através da instalação de uma rede de câmaras de videovigilância de elevada qualidade, distribuídas por vários pontos estratégicos da cidade. Estas encontram-se equipadas com tecnologia que permite a captação de imagens a 360 graus, mesmo em condições de baixa luminosidade, assegurando uma monitorização eficaz ao longo de todo o dia por parte da PSP (Município do Funchal, 2025).

Para além do supracitado, o atual executivo da CMF ainda pretende criar um corpo de Polícia Municipal, o qual teria um conjunto de funções bastante específicas do ponto de vista da proximidade e componente social (Fernandes & Freitas, 2024). Com base na literatura supracitada, a Polícia Municipal poderia atuar como um elo entre os cidadãos e as instituições, promovendo um diálogo contínuo que favorecesse a identificação de problemas locais e a implementação de soluções adaptadas.

Sob este ponto de vista, a constituição de um corpo de Polícia Municipal deve ser entendida não apenas como um reforço de efetivo, mas como parte de uma estratégia integrada, orientada por princípios de proximidade, envolvimento cívico e promoção de um espaço urbano mais seguro, inclusivo e coeso.

Com base no exposto, a RAM deverá procurar uma abordagem holística que considere as particularidades locais e envolva todos os atores da sociedade, promovendo um sentido de responsabilidade compartilhada pela segurança e bem-estar comunitário. De semelhante modo, o atual executivo da CMF defende que a chave para uma cidade mais segura reside na prevenção, na educação e no trabalho em rede com escolas, associações e outras entidades da comunidade (Município do Funchal, 2025).

CAPÍTULO IV - SEGURANÇA PÚBLICA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Ao longo dos anos, a comunidade, e particularmente as forças e serviços de segurança, compreenderam que a segurança não é, de facto, uma missão exclusiva da polícia, mas de todos os cidadãos (Vasconcelos, 2019). Esta mudança de paradigma foi crucial, uma vez que enfatizou a responsabilidade partilhada na criação de um ambiente seguro e estável, na medida em que, quando os cidadãos se envolvem ativamente na prevenção e na promoção da segurança, seja por meio da adoção de comportamentos preventivos ou através da colaboração com as forças de segurança, cria-se um tecido social mais resiliente e coeso. Podemos assim considerar, a segurança participativa, uma vez que permite uma resposta mais eficaz e rápida aos problemas locais mediante a participação comunitária, diminuindo a dependência de intervenções policiais e fortalecendo a confiança entre a comunidade e as forças de segurança.

Assim, a educação e a segurança pública interligaram-se com a intensificação da orientação estratégica anteriormente referida, bem como pela consciencialização de que a educação e o crime seguem caminhos opostos, tornando a educação uma política criminal com elevadas potencialidades (Vasconcelos, 2019). Esta estratégia de intervenção dirige-se ao conceito de desenvolvimento comunitário, na medida em que articula a comunidade com as forças de segurança na constante procura pela seguridade, sendo o próprio desenvolvimento comunitário impulsionado através da capacitação dos indivíduos e da construção de um espaço seguro e inclusivo, onde a integração social e a prevenção do crime se tornam partes indissociáveis do crescimento e da prosperidade local.

Sob este ponto de vista, as Nações Unidas (1964) citado por Silva (1964) afirma que:

O Desenvolvimento Comunitário é uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas coletividades, de associarem essas coletividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País. (p. 1)

Nesta lógica, o desenvolvimento comunitário é visto como um processo que visa a melhoria das condições de vida da população, de maneira que permita à mesma organizar-se com a finalidade de resolver os seus problemas.

Assim, Idanez e Ander-Egg (1980) citados por Moreno (2012), consideram que o desenvolvimento comunitário consiste numa técnica de desenvolvimento humano, através da participação ativa e democrática da comunidade nos estudos, planeamento e execução de programas ao nível da comunidade, com o principal objetivo de melhorar a sua qualidade de vida.

Neste sentido, o desenvolvimento comunitário centra-se num processo de educação no seio da comunidade, ao nível dos seus comportamentos e atitudes, abrangendo novas formas de pensar, de agir e de estar.

Desta forma, a educação é a base de todo o processo neste âmbito, na medida em que conduz os indivíduos a adquirir o conhecimento e posteriormente à interiorização das ferramentas que lhe vão dar a compreender os outros para a sua convivência num determinado meio (Piedade, 2017). Contudo, é fundamental reconhecer que este conhecimento deve ser amplo, indo além da transmissão de informações e incluir o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais que permitam aos indivíduos não apenas compreender, mas também respeitar e valorizar a diversidade.

Nesta lógica, Calleja (2008) considera que a educação, nestes termos, é uma ação orientada para o desenvolvimento das pessoas que integram a sociedade, com o objetivo de as capacitar de forma integral, consciente, eficiente e eficaz, onde se pretende que atribuam valor aos conteúdos adquiridos, relacionando-os diretamente com o seu quotidiano, de modo a atuarem de forma coerente com o processo educativo assimilado.

Neste mesmo sentido, a Constituição da República Portuguesa (CRP) estabelece através do artigo n.º 74 que a educação é um direito de todos, a qual visa promover o desenvolvimento e uma cidadania ativa e participativa. Assim sendo, a constituição corrobora a hipótese de associar a educação ao combate e prevenção do crime, sobretudo quando afirma que a educação é um mecanismo de desenvolvimento da cidadania (Lei constitucional n.º 74/1976, de 10 de abril).

Desta forma, o conceito de cidadania ganha relevo neste panorama, visto que é “algo muito mais amplo, e consiste, sim, na participação política, mas consiste também no exercício dos direitos e deveres que o sujeito possui. Entende-se que o conceito de cidadania é polissêmico” (Colodete et al., 2008, p. 15). Este entendimento ressalta a necessidade de uma abordagem holística que transcenda o construto social de que o principal dever enquanto

cidadão é a participação eleitoral, mas também aspetos como a inclusão social, o respeito às diferenças e o comprometimento com o bem-estar comunitário.

Assim, integrar essa visão ampliada da cidadania é essencial para formar cidadãos conscientes, críticos e participativos, que não apenas reivindiquem os seus direitos, mas também assumam a responsabilidade de lutar pela justiça e pela equidade, uma vez que a transformação social está nas mãos da própria comunidade. Esta perspectiva fomenta o conceito de segurança participativa, na medida em que conduz ao exercício da cidadania, que por sua vez, garante comportamentos dentro dos limites da lei (Graciano et al., 2009).

A par do poder transformador da educação, e de acordo com um estudo efetuado na Universidade de São Paulo, verifica-se que o investimento na educação reduz a criminalidade. A pesquisa aponta que para cada aumento de 1% no investimento na educação, há uma diminuição de 0,1% nos índices de criminalidade, devido ao poder transformador da educação e da sua influência no comportamento dos indivíduos (Jacinto, 2013).

De acordo com Faria (2009), “Ao organizar a população de uma comunidade podemos criar sinergias e dar força às pessoas para evitar a alienação dos indivíduos, assegurando a responsabilização e a participação ativa da comunidade na resolução dos seus próprios problemas” (p. 4207).

Face ao exposto, a comunidade passa, assim, a ter a capacidade de auxiliar nos seus próprios problemas a nível de segurança pública, melhorando a eficácia das estratégias de segurança, assim como fomentando um senso de pertença e responsabilidade compartilhada.

Na perspectiva de Moreno (2012):

O Desenvolvimento Comunitário é fator importante no desenvolvimento de um país, visto que é uma forma de garantir o bem-estar social dos membros pertencentes às próprias comunidades (...)” e ainda nos faz refletir que “(...) é relevante participação da comunidade no seu processo de desenvolvimento. (p. 27)

Assim, considera-se que os indivíduos devem ser os protagonistas da sua própria mudança, uma vez que a participação ativa na segurança pública e no desenvolvimento comunitário permite que eles influenciem diretamente o ambiente em que vivem, inclusive os níveis de segurança e criminalidade. Quando os cidadãos assumem um papel ativo na segurança participativa, não apenas contribuem para a resolução de problemas imediatos, mas

também ajudam a moldar políticas e práticas que melhor atendem às suas necessidades e realidades locais.

Sob este ponto de vista, a segurança pública torna-se mais eficaz quando é sustentada por um esforço colaborativo, onde os cidadãos, as forças de segurança e as organizações locais trabalham juntos para criar soluções inovadoras e adaptadas ao contexto específico de cada comunidade. Esse envolvimento promove um sentimento de responsabilidade compartilhada e fortalece a confiança nas instituições de segurança, resultando em um ambiente mais seguro e coeso para todos. Desta forma, ao colocar os indivíduos no centro das iniciativas de mudança, fomenta-se uma cultura de proatividade e solidariedade, essencial para o sucesso de qualquer estratégia de segurança e desenvolvimento comunitário.

PARTE II – PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO V - JUSTIFICATIVA E DIRETRIZES DA INVESTIGAÇÃO

5.1. Contexto de Investigação

O agravamento da criminalidade, tanto a nível nacional como regional, ainda que se tenha registado um decréscimo em 2024, reforça a necessidade de aprofundar a investigação no domínio da educação para a segurança pública. Neste contexto, a aposta em estratégias preventivas que fomentem a consciência social e o envolvimento cívico desde as etapas iniciais de formação ganha relevância, destacando-se o Programa Escola Segura.

A tendência de crescimento criminal nos anos anteriores delineou um quadro preocupante em Portugal, ao qual a RAM contribuiu com um aumento consistente da criminalidade, reforçando a urgência de medidas estratégicas no domínio da segurança pública.

Não obstante, o combate à criminalidade constitui um esforço contínuo, cuja abordagem tem vindo a evoluir significativamente. Se, num passado recente, a segurança pública era percebida como responsabilidade exclusiva das forças de segurança, atualmente prevalece uma visão mais abrangente, que a entende como um compromisso coletivo. Neste novo paradigma, a educação assume um papel central, tanto na prevenção da criminalidade como na promoção de uma cidadania ativa e consciente.

Neste sentido, a criminalidade revela-se como uma problemática de elevada complexidade, que representa um obstáculo ao desenvolvimento comunitário, na medida em que fragiliza o tecido social e compromete a coesão e o bem-estar coletivo.

Para além do fator que motivou o desenvolvimento da dissertação, a preocupação pessoal com a criminalidade e o interesse académico nas áreas da educação e criminologia são determinantes na escolha do tema. A escassez de literatura sobre o tema reforça a relevância desta investigação.

O campo da criminologia, articulado com a educação, oferece uma perspetiva para compreender as raízes da criminalidade e identificar formas eficazes de mitigá-la. A prevenção criminal junto das camadas mais jovens assume particular relevância, sendo o Programa Escola Segura uma ferramenta de prevenção que promove comportamentos cívicos e reduz a delinquência juvenil.

Assume-se que a educação pode atuar como fator transformador, capacitando os indivíduos a evitar comportamentos desviantes e promovendo uma cidadania ativa e consciente.

5.2. Enquadramento da Problemática

Apesar da redução criminal verificada no ano transato, os seus efeitos persistem na comunidade, gerando um sentimento de insegurança que compromete o bem-estar individual e coletivo. Esta situação agravou-se quando a RAM registou em 2022 a maior subida criminal do país e o maior número de casos dos últimos 11 anos (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Este fenómeno deve ser analisado a partir de múltiplas perspetivas, incluindo o nível macro, uma vez que a UE é promotora de recomendações para um espaço comum de liberdade, segurança e justiça. A UE desenvolve políticas de prevenção da criminalidade, especialmente no combate ao terrorismo, tráfico de drogas, cibercrime e crimes transnacionais. O programa Estratégia de Segurança Interna da UE destaca a necessidade de uma abordagem integrada, preventiva e que envolva a educação e o policiamento de proximidade (União Europeia, 2010).

Nesse sentido, a UE apoia programas que incentivam a formação cívica e a educação para a segurança pública, visando mitigar desigualdades sociais, culturais e económicas frequentemente associadas à criminalidade.

A nível nacional, Portugal continental enfrenta preocupações, com causas da criminalidade frequentemente ligadas a desigualdades socioeconómicas, falta de oportunidades educativas e emprego, sobretudo entre jovens. Verifica-se um aumento da violência associada a grupos juvenis motivados por rivalidades territoriais, sobretudo na área metropolitana de Lisboa, com destaque para a margem sul do Tejo e a zona do Barreiro (“Diário de Notícias”, 2024). No entanto, a comunicação social pode distorcer a perceção da criminalidade ao focar episódios violentos, reforçando perceções exageradas de insegurança e estigmatizando zonas e grupos populacionais, enquanto oculta causas estruturais mais amplas, de natureza social, económica, política e cultural, subjacentes ao fenómeno.

É neste contexto que se inserem as políticas de segurança pública em Portugal, como o MIPP e o Programa Escola Segura, que visam uma abordagem preventiva, com o Ministério da Administração Interna a reforçar o foco na prevenção da delinquência juvenil e na promoção de comportamentos cívicos, assumindo a intervenção precoce como fundamental.

Na RAM, apesar da redução de 4,6% em 2024, a criminalidade tem aumentado nos últimos anos, influenciada por desigualdades sociais e consumo de substâncias psicoativas, especialmente sintéticas (Correia, 2023). Tal como no país, a RAM regista violência juvenil, sobretudo na Avenida Sá Carneiro, zona com intensa vida noturna (“Dnotícias”, 2024). A ausência de respostas eficazes contribui para o sentimento de insegurança, enfraquecendo a

coesão social e o desenvolvimento comunitário, sobretudo em áreas urbanas como a baixa do Funchal.

O crescimento da criminalidade alimenta o sentimento de insegurança, especialmente à noite e em certas zonas, requerendo intervenção em proteção civil e coesão social. Segundo Cusson (2007), o medo do crime reduz a qualidade de vida, conduzindo ao isolamento social e prejudicando a coesão comunitária.

Independentemente das causas e possíveis enviesamentos mediáticos, o sentimento de insegurança influencia a apropriação dos espaços públicos e a participação na vida comunitária, sendo moldado por fatores sociais, económicos, culturais e ambientais (Guerra, 2016).

Não obstante, observa-se que, tanto a nível macro como micro, a mitigação da criminalidade assenta principalmente na prevenção. As políticas de policiamento de proximidade e os programas educativos são reconhecidos como ferramentas eficazes nesse sentido, embora ainda haja um longo caminho a percorrer. Nesse contexto, o Programa Escola Segura emerge como um foco central da presente dissertação, visando aferir a sua eficácia, limitações operacionais e impactos locais. Estes são, num primeiro momento, percecionados como limitados em termos de recursos humanos, mas com eficácia reconhecida, devido ao impacto real da educação para a segurança pública, gerando efeitos positivos ao nível local.

Assim, verifica-se que a problemática abrange diversas tipologias de crimes, bem como as causas e consequências associadas. O aumento da criminalidade não representa apenas uma ameaça à segurança pública, mas também implica repercussões socioeconómicas profundas. Por isso, matérias associadas à criminalidade e a eficácia do Programa Escola Segura configuram-se como os principais problemas a investigar.

5.3. Delimitação do Campo de Estudo

Do ponto de vista geográfico, a delimitação realizou-se em função da criminalidade por município na RAM, sendo que em 2024 mais de metade dos crimes registados na região ocorreram no concelho do Funchal (3.551 crimes; 51,6% do total), seguido dos municípios de Câmara de Lobos (963 crimes; 14%), Santa Cruz (774 crimes; 1,2%) e Machico (475 crimes; 6,9%) (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Nestes termos, a investigação foi realizada no concelho do Funchal, mais concretamente na freguesia de Santa Maria Maior, uma vez que corresponde a uma das freguesias que compõem a baixa funchalense, local onde a criminalidade tende a ser mais regular, sobretudo

na zona velha da cidade. Para além do fator anteriormente mencionado, a freguesia em causa integra um estabelecimento de ensino secundário composto por estudantes que beneficiam do Programa Escola Segura. A par destes, foi incluída a perspetiva de um responsável pela direção escolar da instituição em causa.

Para além dos participantes supracitados, procurou-se compreender a versão de um dinamizador do programa na RAM, designadamente um responsável pelo Programa Escola Segura.

Desta forma, a escolha dos participantes foi efetuada através de critérios de seleção, de forma a assegurar que possuem conhecimento do fenómeno que se pretende descrever e analisar, assim como sejam capazes de o comunicar e partilhar (Loureiro, 2006).

Não obstante, vale destacar que numa investigação qualitativa não se investiga as pessoas, mas com as pessoas, pelo que os participantes constituem um elemento ativo na investigação (Fortin, 1999).

5.4. Objetivos

5.4.1. Objetivo Geral

Neste seguimento, é fundamental estabelecer de maneira clara a direção e os propósitos da investigação, através de objetivos ligados à questão central que sustenta todo o processo investigativo.

Assim, os objetivos constituem instrumentos fundamentais para orientar o desenvolvimento da investigação, enquanto permitem avaliar e validar o percurso investigativo, com especial destaque para o objetivo geral.

Com base nesta premissa, o objetivo geral da investigação consiste em analisar o impacto do Programa Escola Segura na segurança pública, considerando o seu papel na educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania.

5.4.2. Objetivos Específicos

A investigação em causa também abrange um conjunto de objetivos específicos, cuja definição na fase de projeto foi fundamental para direcionar esforços de uma forma eficaz, garantindo um foco claro nas metas a serem atingidas com a investigação, nomeadamente:

- Analisar a educação enquanto mecanismo de promoção da cidadania e de prevenção criminal mediante o Programa Escola Segura;
- Identificar os desafios na prevenção criminal e promoção da cidadania nos termos do Programa Escola Segura;
- Analisar a percepção dos participantes em relação à influência da educação para a segurança pública nas atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação à criminalidade;
- Apresentar um retrato dos participantes em relação ao sentimento de insegurança;
- Explorar a percepção dos participantes sobre a possível implementação da Polícia Municipal no Funchal como reforço do policiamento de proximidade.

5.5. Questões da Investigação

Sendo lógico que a educação e a criminalidade seguem caminhos opostos, o cerne da investigação reside na seguinte questão-problema: Qual é o impacto dos programas educativos para prevenir a criminalidade e promover a cidadania na Região Autónoma da Madeira?

A questão supracitada representa um elemento basilar que direcionou a investigação na procura pela compreensão da relação entre os programas educativos e a segurança pública, embora haja a necessidade de responder a questões de carácter específico conforme se apresenta:

- De que forma o Programa Escola Segura contribui para a promoção da cidadania e prevenção criminal nas camadas jovens enquanto mecanismo de intervenção precoce?
- Quais são as barreiras e os principais desafios que limitam a eficácia do Programa Escola Segura na prevenção criminal do ponto de vista escolar e do meio envolvente?
- De que forma a educação pode mudar as atitudes dos indivíduos em relação à criminalidade por meio de mecanismos de influência comportamental?
- Como é que a percepção da insegurança e o medo do crime encontram-se atualmente?
- Qual é a percepção dos participantes sobre a possível implementação da Polícia Municipal no Funchal como reforço do policiamento de proximidade?

CAPÍTULO VI - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

6.1. Método Misto

A evolução científica demonstrou que as metodologias devem servir as necessidades e os propósitos da investigação, e não o contrário, não existindo um método melhor do que outro, mas sim, métodos mais adequados a cada tipo de estudo.

Assim, uma investigação carece de uma metodologia que atenda às suas características e, sobretudo, aos seus objetivos. No entanto, em muitos casos, a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas pode fornecer uma visão mais completa.

Nestes termos, Creswell e Creswell (2017) descrevem o método misto como um processo que envolve a recolha, análise e integração de técnicas quantitativas e qualitativas no processo de investigação, com a premissa de que a combinação entre métodos proporciona melhores perspetivas analíticas, oferecendo flexibilidade à investigação, permitindo a triangulação dos dados e proporcionando uma compreensão mais profunda do fenómeno em estudo.

Outra vantagem do método misto consiste na possibilidade de validar e enriquecer os resultados por meio da triangulação de dados, na medida em que, ao empregar diversos métodos e fontes de informação, é possível verificar a consistência dos dados e alcançar uma compreensão mais sólida do estudo. De acordo com Morse (2018), a triangulação permite aos investigadores aumentar a confiabilidade e a validade dos resultados.

Nesse contexto, o método misto desempenha um papel crucial, possibilitando uma exploração abrangente, integrada e validada, proporcionando uma oportunidade singular de compreender os múltiplos aspetos e nuances do fenómeno em estudo.

6.2. Estudo de Caso

A escolha do tipo de estudo deve adequar-se aos objetivos, recursos e natureza do fenómeno em análise. Neste caso, optou-se pelo estudo de caso, por permitir uma análise aprofundada de uma situação específica no seu contexto natural, sendo uma abordagem particularmente relevante na área da educação.

O estudo de caso é utilizado em fenómenos contemporâneos e em contextos da vida real, bem como quando o conhecimento existente sobre o fenómeno em causa é pequeno e/ou as teorias disponíveis para explicá-lo não são adequadas, configurando a realidade exata do caso em questão, devendo ser aplicado quando há a necessidade de explorar uma situação que não

está bem definida (Pedron, 2008). Neste sentido, o estudo de caso revela-se uma metodologia apropriada para a análise do Programa Escola Segura numa escola secundária do concelho do Funchal, bem como junto de um dinamizador, na medida em que permite a análise de um fenómeno pouco conhecido, visto que a literatura alusiva à criminalidade na RAM e ao principal programa de prevenção criminal do Ministério da Administração Interna a nível regional revela lacunas de convergência concetual.

Nesta lógica, Yin (2014) considera que este tipo de estudo visa compreender profundamente uma situação, um indivíduo ou um grupo, examinando-o na sua totalidade, levando em consideração as características, dinâmicas, interações e influências do ambiente em que este ocorre. O mesmo autor defende que o estudo de caso poderá ser classificado conforme a sua finalidade através de três tipos, classificando-se o presente estudo como descritivo, descrevendo o fenómeno dentro do seu contexto.

Assim, a análise em questão através da materialização do Programa Escola Segura, torna-se uma ferramenta essencial para compreender determinadas deficiências, uma vez que procura reforçar a segurança nas escolas e no meio envolvente, designadamente na própria cidade do Funchal.

Deste modo, o estudo de caso em questão concentrou-se em obter: uma análise rica do fenómeno em específico; uma avaliação de perspetivas individuais relativamente ao impacto da educação na segurança pública; e a construção de estratégias mais direcionadas e adaptadas à realidade local.

6.3. Técnicas de Recolha de Dados

6.3.1. Inquérito por Questionário

A principal técnica de recolha de dados da presente investigação consiste num inquérito por questionário de tipo misto (Apêndice A), uma vez que foram aplicados a um grande número de participantes, especificamente aos estudantes de 10.º, 11.º e 12.º ano da escola secundária supracitada, de forma online, utilizando a plataforma Microsoft Forms, pela necessidade de alcançar de forma eficiente um grande grupo de estudantes que viabilize a análise estatística. Esta informação é corroborada pela teoria de Ghiglione e Matalon (1997) que argumentam que os inquéritos por questionário são geralmente aplicados de modo indireto, sem presença física do investigador.

No que diz respeito ao tipo de questionário, como já referido, trata-se de uma categoria mista, visando obter informações diversificadas, baseando-se numa sequência de questões escritas que envolvem perspectivas, representações e informações dos participantes.

Segundo Henriques (2012), um inquérito por questionário é geralmente aplicado a um conjunto de indivíduos, nos quais é pretendido recolher dados para analisar, interpretar e retirar ilações, procurando responder aos objetivos da investigação.

6.3.2. Entrevista Semiestruturada

A presente investigação recorreu também a uma técnica complementar, designadamente a formulação e aplicação de duas entrevistas semiestruturadas distintas, direcionadas a um responsável pelo Programa Escola Segura a nível regional (Apêndice B) e a um responsável pela direção escolar da instituição em questão (Apêndice C), ambas realizadas presencialmente.

A técnica de recolha de dados em causa foi escolhida no sentido de obter informações mais significativas, mais fundamentadas e contextualizadas, favorecendo “não só a descrição dos fenómenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”, mantendo uma presença consciente e atuante por parte do investigador no processo de recolha de dados (Triviños, 1987, p. 152). Desta forma, há uma contribuição para uma análise mais profunda, capaz de contextualizar os dados recolhidos dentro da realidade social estudada, proporcionando uma compreensão mais completa e fundamentada do fenómeno.

Nesta lógica, as entrevistas semiestruturadas permitem incorporar perguntas de carácter descritivo, que têm especial importância na descoberta de determinados comportamentos e/ou perceções humanas, sendo assim amplamente empregue nas Ciências Sociais (Manzini, 2004).

De acordo com Manzini (1990), a entrevista semiestruturada é orientada por um guião com perguntas principais, complementadas por outras que podem surgir durante a entrevista, suscitando informações adicionais, embora sempre dentro dos parâmetros éticos.

6.3.3. Análise Documental

A análise documental é uma técnica que complementa as anteriores, numa vertente teórica, sendo uma abordagem utilizada para examinar e interpretar documentos, com o objetivo de extrair informações relevantes e significativas para o estudo. Mais concretamente,

foram analisados documentos como o RASI, RAPES, artigos científicos, entre outros, considerando as versões mais atualizadas.

Portanto, a análise documental é uma metodologia qualitativa fundamental para investigadores que procuram compreender e interpretar informações contidas em documentos físicos e/ou digitais. Essa técnica permite o acesso a dados históricos, institucionais e sociais, oferecendo uma base sólida para a construção do conhecimento, sobretudo em estudos que envolvem contextos organizacionais e culturais, com o intuito de facilitar sua consulta e referência futura (Bowen, 2016).

6.4. Técnicas de Análise e Interpretação de Dados

6.4.1. Análise de Conteúdo

No sentido de analisar e interpretar dados, utilizou-se a análise de conteúdo, a qual tem as suas origens nas investigações sociais e visa oferecer explicações através de uma codificação específica dos dados, permitindo inferências baseadas na frequência de certas palavras (Bardin, 1997). Esta técnica é particularmente valiosa porque permite explorar as camadas mais profundas dos dados qualitativos, identificando padrões e temas que podem não ser imediatamente evidentes. Ao fornecer uma estrutura sistemática para a interpretação dos textos e outros materiais, a análise de conteúdo ajuda a revelar dados significativos e a contextualizar melhor as informações, complementando assim a análise quantitativa.

A análise de conteúdo é uma técnica usada para examinar e interpretar o conteúdo de materiais textuais, audiovisuais ou visuais, com o objetivo principal de identificar padrões, temas, significados subjacentes e relações dentro do material analisado (Bardin, 1977).

Adicionalmente, esta técnica foi escolhida no sentido de garantir rigor metodológico, através da utilização das etapas de análise, que segundo Bardin (1997), são a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

As entrevistas foram examinadas para identificar padrões e temas emergentes nas respostas dos participantes, procurando compreender a percepção e a experiência profissional dos entrevistados. A análise qualitativa dos dados foi realizada manualmente, sem recurso a software específico, tendo-se privilegiado uma abordagem interpretativa centrada na profundidade da leitura e na proximidade ao material empírico, em conformidade com os princípios da análise de conteúdo.

6.4.2. Análise Estatística

No seguimento da utilização da metodologia mista, o seu lado quantitativo implicou a utilização da análise estatística, mediante estatísticas descritivas e percentuais, onde foi possível identificar padrões e tendências nas respostas provenientes dos inquéritos por questionário.

Conforme destacado por Hair et al. (2018), as análises estatísticas oferecem uma base objetiva e quantitativa para a interpretação dos resultados, permitindo que as conclusões sejam baseadas em evidências sólidas, cruciais para a validação dos dados e a formulação de ilações válidas sobre a população em estudo. Além disso, a aplicação de estatísticas descritivas e percentuais proporcionou uma visão clara e sistemática dos dados, facilitando a identificação de padrões emergentes e a análise de como diferentes fatores interagem.

Para este efeito, recorreu-se à plataforma Microsoft Excel, por se tratar de uma ferramenta adequada à organização e tratamento de dados em análises estatísticas descritivas.

Adicionalmente, a amostra composta por 46 estudantes de uma turma de cada ano de escolaridade, visou refletir a realidade local. Contudo, não foram realizados testes inferenciais devido ao caráter não probabilístico da amostra e ao seu tamanho, optando-se por uma análise exclusivamente descritiva.

6.4.3. Triangulação de Dados

Uma das maneiras mais eficazes de avaliar a confiabilidade e validade do estudo reside na triangulação de dados, a qual consiste em examinar o mesmo fenómeno ou questão de estudo por meio de múltiplas fontes de dados.

A triangulação envolve a utilização de diversas fontes de informação, métodos de recolha de dados ou múltiplos investigadores dentro do mesmo estudo (Maxwell, 1996). Este método confere robustez e consistência à validade da pesquisa qualitativa, ao identificar inconsistências e contradições. Serve assim como uma ferramenta heurística para o investigador, prevenindo a aceitação precipitada de impressões iniciais e enriquecendo a profundidade e clareza dos conceitos desenvolvidos ao longo da investigação.

Assim, no presente contexto foram triangulados os dados entre o responsável pelo Programa Escola Segura, responsável pela direção escolar e beneficiários do Programa Escola Segura, permitindo identificar convergências, complementaridades e divergências significativas, onde se destaca, sobretudo, contradições no que se refere ao planeamento e

avaliação do respetivo programa, assim como um debate sobre o sentimento de insegurança objetivo e subjetivo.

Não obstante, a triangulação evidenciou limitações metodológicas, especialmente no que diz respeito às entrevistas semiestruturadas, visto que uma delas apresentava uma escassez de informações em comparação com a outra. Esta limitação deveu-se, em parte, ao menor envolvimento do entrevistado com o Programa Escola Segura, por via da distribuição de responsabilidades no conselho executivo.

6.5. Considerações Éticas e Procedimentos Institucionais

A presente investigação foi conduzida em conformidade com os princípios éticos fundamentais que regem a produção de conhecimento científico, assegurando a proteção, dignidade e bem-estar de todos os participantes envolvidos. Durante todo o processo, foi garantida a observância de normas institucionais e legais, nomeadamente no que respeita à proteção de dados pessoais e ao tratamento responsável da informação recolhida.

Antes do início da recolha de dados, todos os procedimentos e instrumentos utilizados foram submetidos à avaliação do Encarregado de Proteção de Dados da Universidade da Madeira. Esta verificação prévia permitiu assegurar que o tratamento dos dados respeitava o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, bem como as políticas internas da instituição, garantindo a confidencialidade, o anonimato e a segurança da informação.

Posteriormente, todos os documentos relevantes para o efeito, como formulários de consentimento informado, guiões de entrevista, questionário e demais materiais apresentados em apêndice foram analisados pela Comissão de Ética da Universidade da Madeira. Esta apreciação teve como objetivo confirmar que os procedimentos adotados estavam alinhados com os padrões éticos aplicáveis à investigação académica, nomeadamente no que concerne à transparência, voluntariedade da participação, minimização de riscos, salvaguarda dos direitos dos participantes, entre outros.

A aprovação por estas entidades assegura que a investigação cumpriu integralmente os requisitos éticos e institucionais, garantindo que todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo, a forma de utilização dos seus dados e os seus direitos, incluindo o direito de desistir a qualquer momento, sem prejuízo pessoal. Assim, todas as etapas do estudo foram orientadas pelo compromisso com a integridade científica, a responsabilidade social e o respeito pelos valores fundamentais que pautam a investigação.

PARTE III – ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO VII - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

7.1. Responsável pelo Programa Escola Segura

Primeiramente, apresentam-se os dados do responsável pelo Programa Escola Segura, no sentido de organizar hierarquicamente a implementação do programa supracitado. Reitera-se que estes dados foram obtidos através de uma entrevista semiestruturada, composta pelas seguintes categorias: Planeamento e Implementação do Programa Escola Segura; Perceção sobre o Programa Escola Segura; Influência do Contexto Socioeconómico no Comportamento e Segurança Escolar/Envolvente; Estratégias de Prevenção e Promoção da Cidadania e Segurança Escolar/Envolvente. Ainda assim, é importante reconhecer que a análise foi baseada num único entrevistado, o que pode limitar a diversidade de perspetivas sobre o fenómeno em estudo. Contudo, essa limitação não compromete a qualidade da informação recolhida, na medida em que o entrevistado possui uma vasta experiência na área do Programa Escola Segura, tendo o posto de subintendente. A sua posição e conhecimento aprofundado conferem-lhe uma visão privilegiada e fundamentada, o que assegura a relevância e a credibilidade dos dados obtidos.

Assim, a primeira categoria, designadamente o “Planeamento e Implementação do Programa Escola Segura”, visa compreender como se desenvolve o respetivo programa. Neste sentido, e no que se refere à questão n.º 1, “Como é desenvolvido o Programa Escola Segura?”, verificou-se que o Programa tem como missão fundamental diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas, abordando não apenas as questões imediatas, mas também criando uma cultura de segurança no ambiente escolar. O programa é desenvolvido por meio de uma série de ações e medidas coordenadas, com o objetivo de promover um espaço seguro e saudável para toda a comunidade escolar.

Verificou-se que a prioridade inicial do programa consiste em diagnosticar os problemas de segurança dentro das escolas, avaliando o nível de violência, os comportamentos de risco que possam ocorrer no contexto escolar e envolvente. A partir desse diagnóstico, são desenvolvidas estratégias de prevenção para evitar que esses problemas se agravem, promovendo uma cultura de segurança através de ações de sensibilização e de patrulhamento exterior.

Desta forma, constata-se que o programa adota uma abordagem muito sólida e abrangente no que se refere à segurança nas escolas, reforçando a importância da educação na prevenção criminal e promoção da cidadania. Este investimento é comprovado pelos dados

referentes ao ano letivo 2023/2024, fornecidos pelo entrevistado, que demonstram que o programa foi desenvolvido por 15 polícias destacados para o efeito, em 154 escolas, abrangendo 46.783 alunos, em toda a RAM.

Tais informações são corroboradas pela literatura, nomeadamente no Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, uma vez que os dados regionais indicam que a missão definida no referido despacho tem vindo a ser cumprida, de forma generalizada (Departamento de Operações da PSP, 2024).

Em relação à questão n.º 2, “Geralmente, são as escolas ou os responsáveis pelo Programa Escola Segura que solicitam intervenção em ambiente escolar?”, verifica-se que, geralmente, são as escolas que solicitam, o que evidencia a proatividade das instituições educativas em termos de segurança escolar, refletindo a crescente preocupação com os comportamentos de risco e a necessidade de garantir ambientes seguros para os estudantes. Em contrapartida, este aspeto revela que, na maioria das situações, são as escolas que solicitam a intervenção, a qual tende a ocorrer como último recurso, para mitigar a escalada de comportamentos desviantes por parte dos estudantes.

Estes dados não são corroborados pela literatura, uma vez que evidenciam uma estratégia de “última instância”, sendo a PSP a “última voz a intervir”. Esta realidade contraria as teorias de prevenção criminal, que afirmam que “todo o investimento no campo da prevenção será pouco quando comparado com o que, a posteriori, se virá a gastar em segurança caso uma atuação preventiva não seja realizada” (Carvalho, 2012, p. 34).

Relativamente à questão n.º 3, “Existe algum planeamento regional que articule as atividades educativas com as escolas, garantindo que a maioria delas participe ou seja abrangida durante o ano letivo?”, verificou-se a existência de uma abordagem planeada e estruturada no início de cada ano letivo, de acordo com o entrevistado, evidenciando uma tentativa de garantir que as escolas sejam adequadamente atendidas em termos de segurança em toda a RAM.

Apesar dessa resposta, os dados referentes à questão n.º 2 revelam que, na prática, a maioria das intervenções ocorre a pedido das próprias instituições educativas. Este dado indica que a atuação do Programa Escola Segura tende a assumir um caráter reativo, mais do que preventivo, sendo muitas vezes acionada numa fase já avançada das problemáticas comportamentais.

Tal dinâmica evidencia uma discrepância entre o planeamento estratégico e a sua operacionalização, contrariando as premissas da literatura sobre prevenção criminal, que defendem uma intervenção precoce como fator-chave para a eficácia na segurança (Carvalho,

2012). Assim, embora o planeamento exista formalmente, a sua concretização parece depender da iniciativa das escolas, refletindo uma lógica de “última instância” que enfraquece o impacto preventivo do programa em termos de ações de sensibilização.

Seguidamente, a questão n.º 4, “Quais são as cinco temáticas mais abordadas nas ações do Programa Escola Segura a nível regional?”, evidencia que na RAM, no ano letivo 2023/2024, houve uma ampla diversidade de intervenções, refletindo uma abordagem integrada e adaptada às necessidades emergentes nas escolas. A lista das cinco principais temáticas mencionadas são: prevenção e segurança rodoviária (170 ações); cyberbullying (78 ações); violência na escola/namoro (70 ações); prevenção do álcool, drogas e substâncias psicoativas (69 ações); e utilização das novas tecnologias (65 ações). A seleção destas temáticas demonstra que o programa está a responder a questões contemporâneas, muitas vezes interligadas, que afetam diretamente o ambiente escolar.

Apesar do planeamento do Programa Escola Segura seguir uma estratégia nacional, a sua eficácia reside na capacidade de adaptação às realidades locais. A distribuição temática no ano letivo 2023/2024, reflete essa adequação, alinhando-se com as ocorrências mais frequentes na região. Tal flexibilidade garante que as intervenções sejam pertinentes e contextualizadas, ainda que a literatura evidencie uma forte semelhança entre as tipologias de ocorrências a nível nacional e regional, reforçando a coerência do programa em todo o território português.

Na questão n.º 5, “Fazem distinções na frequência, direcionamento, e escolha das temáticas das ações de prevenção consoante os índices de criminalidade escolar/perceção geral de indisciplina?”, foi indicado que não há uma diferenciação sistemática na frequência, direcionamento ou escolha das temáticas das ações de prevenção com base nos índices de criminalidade escolar ou na perceção geral de indisciplina em determinada escola, excetuando-se casos pontuais solicitados pelas escolas. Isso sugere que a abordagem do Programa Escola Segura segue um modelo padronizado, independentemente das particularidades de cada estabelecimento de ensino.

A literatura reforça, mais uma vez, que o Programa Escola Segura assenta num modelo padronizado, definido a nível nacional, conforme estabelecido no Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, onde se delineiam de forma clara as suas regras, objetivos e orientações estratégicas, sob responsabilidade da PSP (Departamento de Operações da PSP, 2024).

Relativamente à questão n.º 6, “Existe algum balanço final realizado com as escolas acerca das atividades desenvolvidas?”, foi referido que essa avaliação ocorre, na maioria das vezes, de forma unilateral, através da elaboração do RAPES. No entanto, momentos de balanço conjunto tendem a acontecer durante reuniões escolares em que a PSP participa ativamente.

O facto do balanço ser, na sua maioria, unilateral, concretizado através da elaboração do RAPES, revela que a avaliação das atividades desenvolvidas está predominantemente centrada na perspetiva da PSP. Esta limitação pode comprometer uma compreensão mais abrangente do impacto real das intervenções em contexto escolar, reforçando a pertinência de estudos que integrem a visão das comunidades educativas envolvidas.

Por outro lado, a realização de balanços mútuos durante as reuniões escolares em que a PSP está presente constitui uma oportunidade valiosa de diálogo entre as forças de segurança e a comunidade educativa. No entanto, importa salientar que este modelo de avaliação não está garantido, uma vez que a sua inclusão na ordem de trabalhos não é obrigatória. Assim, seria vantajoso institucionalizar um processo de avaliação conjunta mais estruturado, com instrumentos formais de recolha de feedback, assegurando que a perceção das escolas e da respetiva comunidade seja devidamente considerada. Esta medida permitiria transformar o balanço de uma prática pontual e dependente da presença da PSP num mecanismo regular e sistemático de articulação entre ambas as partes.

Finda a primeira categoria, sucede-se a “Perceção Sobre o Programa Escola Segura”, que se inicia com a questão n.º 7, “Qual é o principal aspeto do Programa Escola Segura que considera mais eficaz na promoção da cidadania entre os jovens?”, onde foi afirmado que é o seu papel como complemento aos conteúdos curriculares, ajudando os jovens a compreender e aplicar na vida real temas atuais e complexos que impactam diretamente na sua cidadania. A estratégia utilizada centra-se na proximidade e na linguagem acessível durante as suas ações, representando um elemento-chave para garantir que as crianças e jovens interiorizem as mensagens de forma mais eficaz, tornando-se agentes de mudança nas suas comunidades, sendo a capacidade de sensibilização o principal aspeto mais eficaz.

Par além disto, o reconhecimento de que algumas problemáticas só podem ser resolvidas de forma geracional é particularmente relevante, pois demonstra uma visão de médio e longo prazo na transformação social através da educação e sensibilização contínua.

Tais informações vão diretamente ao encontro da literatura, na medida em que ela defende que a educação e a segurança pública encontram-se associadas através da promoção da cidadania. Sob este ponto de vista, a CRP estabelece através do artigo n.º 74 que a educação é um direito de todos, visando promover o desenvolvimento e uma cidadania ativa e participativa (Lei constitucional n.º 74/1976, de 10 de abril).

Adicionalmente, Piedade (2017), considera que a educação é a base de todo o processo, na medida em que conduz os indivíduos a adquirir o conhecimento e posteriormente à

interiorização das ferramentas que lhe vão dar a compreender os outros para a sua convivência num determinado meio.

No seguimento da questão n.º 8, “Considera que existem aspetos a melhorar no Programa Escola Segura?”, procurou-se identificar desafios intrínsecos e extrínsecos à implementação do programa. O entrevistado reconheceu que há sempre margem para melhorias, sublinhando a evolução significativa do programa desde a sua criação, em 1992, passando de um modelo centrado no patrulhamento exterior para uma abordagem integrada e colaborativa com a comunidade escolar.

A atual orientação, que privilegia a complementaridade ao papel educativo da escola, evidencia um entendimento sólido da importância do trabalho conjunto entre forças de segurança e instituições educativas. A ênfase na aproximação aos jovens e na adoção de estratégias que visam não apenas intervir, mas também esclarecer e encaminhar, traduz uma abordagem educativa essencial à construção de uma cultura de segurança e cidadania.

Para consolidar esta evolução, tornar-se-ia pertinente investir em estratégias de proximidade mais frequentes e sistematizadas, que reforcem o contacto regular e significativo entre os agentes da PSP e os estudantes, promovendo impactos mais duradouros. Esta necessidade está alinhada com a literatura, nomeadamente Tomás e Belo (2012), que referem que este é um trabalho de médio e longo prazo, exigindo continuidade, paciência e compromisso com a formação da cidadania e da consciência social.

A questão n.º 9, “Considera que o policiamento de proximidade nas áreas envolventes às escolas, em particular no ensino secundário do centro do Funchal, é suficiente para garantir a segurança dos estudantes?”, revelou uma análise estatística objetiva por parte do entrevistado, que destacou uma diminuição das ocorrências criminais e não criminais nos últimos três anos letivos. Esse declínio é interpretado como um indicativo de que o policiamento de proximidade está bem ajustado à realidade regional, não sendo necessário um reforço imediato.

Estatisticamente, a RAM apresenta uma situação positiva em termos de segurança escolar, registando 26 ocorrências criminais e 8 não criminais no ano letivo de 2023/2024, em contraciclo com a realidade nacional (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Este raciocínio é válido sob uma perspetiva quantitativa, pois a redução das ocorrências sugere que as medidas de segurança em vigor têm sido eficazes. Contudo, é importante observar que as estatísticas nem sempre capturam a totalidade da perceção de segurança da comunidade escolar, especialmente no que diz respeito a crimes como assédio, provocações,

entre outros, que geralmente não são reportados, mas que podem deixar impactos duradouros nas vítimas.

Seguidamente, advém a categoria “Influência do Contexto Socioeconómico no Comportamento e Segurança Escolar/Envolvente”, iniciada pela questão n.º 10, “Considera que a criminalidade na Região Autónoma da Madeira é uma matéria preocupante e causadora de um sentimento de insegurança na comunidade?”, onde se verificou que, de acordo com o entrevistado, o sentimento de insegurança é uma perceção errada, na medida em que a criminalidade na RAM não é suficiente para tal. Ainda é afirmado que o respetivo sentimento aumenta devido à proatividade policial, que levou à deteção de mais atos ilícitos, assim como é exacerbado pela comunicação social.

Para além do mais, foi destacado que o facto da criminalidade violenta e grave ter diminuído reforça a ideia de que a região não enfrenta uma escalada preocupante de crimes graves, estando, inclusive, em contraciclo com a tendência nacional. Assim, é defendido que a perceção de insegurança é influenciada por fatores subjetivos e garante-se que o sentimento de insegurança não é real, limitando-se a uma mera perceção, embora haja exceções.

Neste sentido, o entrevistado sustenta que a criminalidade registada na RAM não é, por si só, suficiente para gerar um sentimento generalizado de insegurança, apoiando-se em dados estatísticos para fundamentar essa perceção. Tal posição é corroborada por teorias que defendem que o sentimento de insegurança consiste numa construção social, alimentada pelos meios de comunicação e pelo discurso político. Acrescenta-se ainda que, para alguns autores, este sentimento é frequentemente interpretado como um discurso baseado na vitimização (Ferreira, 2010).

Não obstante, esta é uma questão amplamente debatida e suscetível de diferentes interpretações, pelo que a literatura destaca que o sentimento de insegurança é um estado psicológico, acessível apenas à própria pessoa, não sendo possível determinar se é real ou imaginário. Assim sendo, o sentimento de insegurança reside em algo pessoal que apenas o próprio sente e interpreta à sua maneira, sendo, para Ferreira (2010), fundamental compreender o respetivo sentimento, na medida em que, real ou imaginário, é algo que afeta diversos cidadãos, podendo condicionar a vida das pessoas. Relativamente à questão n.º 11, “Quais são os principais fatores que considera serem potenciadores para a prática de crimes pelas camadas jovens?”, verificou-se, sob a perceção e experiência profissional do entrevistado, um entendimento sólido e fundamentado sobre os fatores que contribuem para a criminalidade juvenil, alinhando-se com as principais teorias das ciências do comportamento.

A ênfase na influência do grupo de pares como um fator-chave é coerente com a literatura na área, que aponta que os jovens são altamente influenciados pelo seu círculo social, especialmente em contextos onde há uma ausência de supervisão parental ou fragilidade nos vínculos familiares.

A posição da PSP, ao reconhecer que o seu papel e o da escola não substituem o da família, mas sim o complementam, reforça uma abordagem realista e equilibrada. A prevenção da criminalidade juvenil não pode ser uma responsabilidade exclusiva da escola ou da polícia, sendo necessário um trabalho conjunto entre família, comunidade e entidades responsáveis pela segurança e pela educação.

Tais dados estão em consonância com a literatura previamente mencionada e com diversos estudos amplamente reconhecidos na área da psicologia, os quais demonstram, de forma consistente, que a desestruturação familiar está associada a um aumento da incidência de comportamentos criminais. Esse fenómeno tende a ser agravado pela influência dos pares, conforme evidenciado em casos de violência protagonizados por grupos juvenis por todo o país (“Diário de Notícias”, 2024).

Sucedem-se a última categoria, intitulada “Estratégias de Prevenção e Promoção da Cidadania e Segurança Escolar/Envolvente”, iniciada com a questão n.º 12, “Considera que a Câmara Municipal do Funchal deveria criar um corpo de Polícia Municipal idêntico aos existentes na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, trabalhando em articulação com a Polícia de Segurança Pública, sobretudo no que se refere ao policiamento de proximidade e à promoção da cidadania?”. Esta questão procurou explorar a perceção do entrevistado face a uma proposta de reforço da segurança pública local, cuja discussão tem estado presente na CMF desde 2019. Face à questão, verificou-se uma perspetiva pragmática e focada na eficácia operacional, reconhecendo que a PSP tem cumprido adequadamente as suas funções na RAM, especialmente no contexto escolar, pelo que não se pronuncia sobre uma eventual criação de um corpo de Polícia Municipal do Funchal.

Apesar da aparente indiferença demonstrada pela PSP, a criação de um corpo de Polícia Municipal poderia representar um reforço significativo ao policiamento de proximidade, contribuindo para ações preventivas mais consistentes, como a vigilância contínua em zonas específicas, e apoiando a PSP em momentos de maior exigência operacional, potenciando, assim, a perceção de segurança junto da comunidade escolar. Estes dados são corroborados pela literatura que demonstra que um dos principais benefícios que esta polícia traz à comunidade reside no aspeto realista de uma proximidade entre a polícia e o cidadão, reforçando efetivamente o policiamento comunitário (CML, s.d.).

A questão n.º 13, “Na sua opinião e numa perspetiva futura, que propostas sugere para melhorar a prevenção da criminalidade através do Programa Escola Segura?”, resultou na proposta de integrar temáticas policiais na disciplina ou projeto de cidadania, ministradas por agentes da PSP, enquanto uma abordagem preventiva e educativa que visa atingir todos os estudantes de forma sistemática e contínua. Essa ideia representa uma estratégia inovadora, na medida em que permite que a educação para a segurança não seja apenas pontual, mas passe a integrar o processo de educação formal, alcançando todas as turmas de um estabelecimento escolar. Além disso, essa abordagem pode criar uma base sólida de conhecimento entre os jovens, capacitando-os a lidar com questões de segurança de forma crítica e informada.

Um projeto desta tipologia faria com que os polícias assumissem um papel mais educativo e preventivo, em vez de meramente reativo, promovendo uma cultura de prevenção e não apenas de repressão. Esta abordagem poderia criar uma conexão mais forte com os jovens, ajudando-os a compreender as questões legais, sociais e de segurança de uma maneira mais acessível e relevante para o seu quotidiano.

No geral, a integração de temáticas de segurança na disciplina ou projeto de Cidadania não só promoveria a prevenção da criminalidade, mas também contribuiria para o desenvolvimento de cidadãos mais responsáveis, críticos e conscientes dos seus direitos e deveres dentro da comunidade escolar e da sociedade em geral. Estes dados vão ao encontro da literatura sobre segurança participativa, que defende que esta visão é essencial para formar cidadãos conscientes, críticos e participativos, que não apenas reivindicuem os seus direitos, mas também assumam a responsabilidade de lutar pela justiça e pela equidade (Graciano et al., 2009).

Esta orientação normativa reforça ainda o artigo n.º 74 da CRP, o qual estabelece a educação como um direito fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento individual e coletivo (Lei Constitucional n.º 74/1976, de 10 de abril). Ao considerar a educação um mecanismo de promoção da cidadania, a CRP enfatiza a sua função na formação de cidadãos responsáveis, conscientes dos seus direitos e deveres, e preparados para participar ativamente na sociedade.

Nesse contexto, a educação para a segurança pública revela-se um componente essencial dentro do currículo escolar, contribuindo para a construção de uma cultura de prevenção e respeito pelas normas sociais.

Em último lugar, a questão n.º 14, “Na sua experiência, há alguma outra abordagem ou iniciativa que considera importante implementar para promover a segurança e cidadania nas escolas e meio envolvente?”, evidenciou uma visão equilibrada sobre o papel da PSP no

contexto escolar, reconhecendo a adequação da sua atuação atual, mas também alertando para os limites do seu papel na promoção da segurança e cidadania. O entrevistado sublinhou a importância de não sobrecarregar a PSP com responsabilidades que competem a outras entidades, como a escola, as famílias e as organizações sociais, pois isso poderia levar a uma desresponsabilização de outros agentes fundamentais na formação e educação dos jovens.

Assim, a segurança escolar e a promoção da cidadania são desafios complexos e multidimensionais, que exigem uma abordagem colaborativa e coordenada. A PSP tem um papel vital, mas é fundamental que outros intervenientes sociais e educacionais cumpram as suas responsabilidades, de forma a garantir que as soluções para os problemas enfrentados pelos jovens não dependam exclusivamente da intervenção policial, mas sim de uma rede de apoio integrada e sustentável.

Assim, conclui-se que o entrevistado sugere a implementação de novas abordagens ou iniciativas por parte de outras entidades, sem especificar uma ideia concreta, evidenciando a lógica de que “cada um tem o seu papel”.

Em suma, a análise da primeira parte da entrevista revela que o Programa Escola Segura dispõe de uma base estrutural robusta e demonstra um forte compromisso com a promoção da segurança e da cidadania no ambiente escolar. Embora se identifiquem oportunidades de melhoria na articulação entre o planeamento estratégico e a sua concretização prática, muitas vezes marcada por respostas pontuais a solicitações das escolas, este cenário aponta para um grande potencial de evolução. Ao fortalecer os mecanismos de prevenção e de avaliação partilhada, será possível consolidar uma atuação mais sistémica, integrada e proativa, capaz de responder de forma ainda mais eficaz aos desafios identificados, contribuindo, assim, para o fortalecimento da comunidade escolar e o desenvolvimento comunitário.

7.2. Responsável pela Direção Escolar

Considerando os conselhos executivos/direções escolares como a segunda instância hierárquica na implementação do Programa Escola Segura, apresentam-se os dados referentes ao responsável pela direção escolar da instituição em questão, a qual integra o referido programa. As informações foram obtidas por meio de uma entrevista semiestruturada, organizada em torno das seguintes categorias: Perceção Geral sobre o Programa Escola Segura; Planeamento e Implementação do Programa Escola Segura; Influência do Contexto

Socioeconómico no Comportamento e Segurança Escolar/Envolvente; Estratégias de Prevenção e Promoção da Cidadania e Segurança Escolar/Envolvente.

A primeira categoria, intitulada “Perceção Geral Sobre o Programa Escola Segura”, foi introduzida pela questão n.º 1, “Qual é a perceção que tem em relação às ações realizadas no âmbito do Programa Escola Segura, sobretudo na sua instituição de ensino?”, sendo que os dados obtidos indicam uma perceção amplamente favorável, destacando-se a disponibilidade e prontidão dos agentes afetos ao programa sempre que solicitados pela escola. Este apoio tem contribuído significativamente para um ambiente escolar mais seguro e de maior confiança. No entanto, verifica-se que a escola em causa solicita a intervenção da PSP em “última instância”, incluindo para a ministração de ações de sensibilização, salvo os casos em que a própria PSP propõe atividades.

Sob este ponto de vista, importa sublinhar que, embora a intervenção da PSP seja essencial, esta não deve constituir a resposta final às questões de segurança, nem assumir um caráter predominantemente reativo, mas sim preventivo, conforme estabelecido nas estratégias do Programa Escola Segura. Conforme defendem Tomás e Belo (2012), a prevenção criminal é uma tarefa com objetivos de médio e longo prazo, que pressupõe o desenvolvimento da cidadania e da consciência social de toda a sociedade, não podendo, assim, ser concretizada apenas em momentos de “tensão”.

Segue-se a segunda categoria, intitulada “Planeamento e Implementação do Programa Escola Segura”, iniciada pela questão n.º 2: “Existe algum planeamento de atividades e articulação entre a Polícia de Segurança Pública e a escola?”, a qual evidenciou a ausência de um planeamento estruturado, como, por exemplo, desde o início de cada ano letivo. Atualmente, as atividades são agendadas unicamente por via telefónica ou por e-mail, sem um plano estratégico prévio que oriente as intervenções ao longo do ano. Essa falta de estruturação pode conduzir a iniciativas fragmentadas, que nem sempre respondem adequadamente às necessidades atuais.

Além disso, a inexistência de um cronograma previamente definido dificulta a participação e o envolvimento dos diferentes intervenientes, como professores, alunos e encarregados de educação, reduzindo o impacto das ações implementadas. A previsibilidade das atividades revela-se essencial para que todos possam contribuir de forma ativa e eficaz, promovendo uma cultura de segurança e prevenção mais consistente.

Desta forma, torna-se fundamental a definição de um plano de ação claro e estruturado no início de cada ano letivo, com objetivos bem definidos, metodologias apropriadas e acompanhamento contínuo dos resultados.

Segue-se a questão n.º 3: “Em média, quantas ações do Programa Escola Segura ocorrem durante um ano letivo na instituição de ensino?”, a qual revelou que, na escola em análise, a média de intervenções do programa corresponde a três ações por ano letivo. Até março de 2025, já tinham sido realizadas duas intervenções, centradas em temáticas como o bullying e a violência no namoro.

Contudo, a frequência dessas ações tende a variar consoante o perfil dos estudantes em cada ano letivo, encontrando-se frequentemente condicionada pela ocorrência de comportamentos desviantes. Tal evidência reforça a perceção de que a atuação do Programa Escola Segura, neste contexto específico, assume um carácter maioritariamente reativo, uma vez que as intervenções são intensificadas em resposta a problemáticas concretas, em detrimento de um planeamento preventivo sistemático. Embora a resposta a incidentes seja indubitavelmente necessária, a segurança escolar beneficiaria de uma abordagem mais estruturada e contínua, baseada num acompanhamento regular, que fomente uma cultura de prevenção e reduza a necessidade de ações pontuais.

Adicionalmente, a realização de apenas três ações por ano letivo, num universo de centenas de estudantes, pode revelar-se insuficiente para gerar um impacto significativo e duradouro na comunidade escolar. Esta limitação compromete a capacidade de alcançar todos os estudantes, especialmente em instituições com elevada densidade populacional, como é o caso em análise. Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de reforçar o número e a regularidade das intervenções ao longo do ano letivo, de modo a assegurar que um maior número de estudantes tenha acesso a informações e estratégias fundamentais para a promoção de um ambiente escolar seguro e saudável.

Paradoxalmente, embora os dados indiquem a realização de centenas de milhares de ações do Programa Escola Segura ao longo da última década, essa expressiva mobilização não se traduz, necessariamente, em intervenções frequentes em todas as escolas. Tal discrepância pode evidenciar uma distribuição desigual dos recursos e das ações do programa, sugerindo que, em vez de uma presença contínua em determinadas instituições, os esforços têm sido diluídos por uma tentativa de cobertura mais ampla, o que compromete a profundidade do impacto em contextos específicos (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Já a questão n.º 4, “Qual é o principal aspeto do Programa Escola Segura que considera mais eficaz e impactante na promoção da cidadania entre os jovens?”, revelou que a vertente mais eficaz e impactante é a capacidade de sensibilização, especialmente no que se refere à prevenção e redução do bullying. Esta dimensão é considerada fundamental no contexto

escolar, uma vez que, conforme a literatura aponta, o bullying constitui o principal comportamento desviante identificado entre crianças e jovens.

Não obstante, e apesar da relevância dessas intervenções, acredita-se que alcançar um impacto profundo com apenas três ações por ano letivo constitui um desafio, uma vez que a transformação de comportamentos, atitudes e pensamentos não ocorre de forma imediata, exigindo um trabalho contínuo, numa perspetiva de médio e longo prazo. Sob essa perspetiva, a educação para a segurança pública é corroborada pela literatura, dado que, de forma geral, é reconhecida como um importante mecanismo de prevenção criminal, sobretudo pela sua capacidade de sensibilização. Tal visão é atestada por Vasconcelos (2019), que sustenta que a educação e a criminalidade seguem trajetórias opostas.

Neste mesmo sentido, destaca-se a perspetiva de Idanez e Ander-Egg (1980), citados por Moreno (2012), que observam o desenvolvimento comunitário como uma técnica de desenvolvimento humano, baseada na participação ativa e democrática da comunidade no estudo, planeamento e execução de programas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida coletiva. Esta abordagem reforça-se na medida em que contribui para o fortalecimento da cidadania entre crianças e jovens. Assim, converge com o entendimento de Graciano et al. (2009), segundo o qual práticas educativas voltadas para a cidadania promovem comportamentos alinhados com os limites legais e fortalecem o exercício consciente dos direitos e deveres individuais e coletivos.

Em relação à questão n.º 5, “Considera que existem aspetos a melhorar no Programa Escola Segura?”, de modo geral, não foram identificados aspetos críticos a melhorar, com exceção da vigilância no contexto envolvente à escola, apontada como uma dimensão que deveria ser reforçada para assegurar uma maior perceção de segurança na comunidade escolar. Em contrapartida, a literatura destaca que o início do Programa Escola Segura esteve precisamente centrado no patrulhamento do espaço exterior às escolas, levantando questões relevantes sobre um possível desvirtuamento dos objetivos iniciais do programa. Tal desvio pode estar relacionado com a escassez de efetivos policiais, sendo esta uma limitação também amplamente referida nos estudos sobre a implementação do programa.

Curiosamente, o reduzido número de intervenções em contexto escolar não foi referido como aspeto a melhorar, porquanto é observado como “sinal de que não é necessária intervenção da PSP”, reiterando a perspetiva reativa ou preventiva no limite, e justificando que essas ações ocorrem apenas quando consideradas estritamente necessárias, salvo exceções, conforme anteriormente referido. Ainda se constatou que este posicionamento decorre, em grande parte, da resistência por parte do corpo docente em disponibilizar tempo letivo ao

Programa Escola Segura, com o intuito de evitar interrupções no cumprimento dos programas curriculares.

No entanto, destaca-se, uma vez mais, que o facto das intervenções ocorrerem apenas quando consideradas “realmente necessárias” reflete, reiteradamente, uma lógica reativa ou insuficientemente preventiva, podendo comprometer a eficácia do programa na construção de uma cultura escolar sustentada na prevenção, na segurança e no respeito mútuo. Acresce que a resistência docente em disponibilizar tempo para estas atividades levanta uma questão mais ampla, designadamente em relação à necessidade de conciliar o cumprimento dos conteúdos curriculares com a importância de integrar a educação para a cidadania e para a segurança pública no quotidiano escolar.

Em reforço desta perspetiva, um estudo desenvolvido na Universidade de São Paulo, citado anteriormente, demonstra que o investimento na educação contribui de forma significativa para a redução da criminalidade, sublinhando a importância de iniciativas educativas contínuas e estruturadas como instrumentos eficazes de prevenção social (Jacinto, 2013).

Já no que respeita à questão n.º 6, “Existe algum balanço final realizado com a escola acerca das atividades desenvolvidas?”, verificou-se que, atualmente, não existe qualquer tipo de balanço conjunto entre a escola e a PSP relativamente às ações do Programa Escola Segura, tendo ainda sido destacado que o RAPES é um documento de carácter interno da PSP. Esta ausência de avaliação partilhada levanta preocupações quanto ao impacto real do programa, pelo que esta dissertação adquire particular relevância neste contexto.

Neste sentido, a literatura contrasta com os dados obtidos, ao sublinhar a importância da intersectorialidade entre os setores da educação e da segurança pública. Enquanto os dados revelam uma articulação limitada no processo de avaliação, diversos estudos apontam que a cooperação interinstitucional é essencial para promover ambientes escolares seguros e inclusivos. Além disso, a UE defende que a segurança pública deve adotar uma abordagem intersectorial, integrando serviços policiais, instituições e profissionais, e promovendo a cooperação com escolas, universidades e outras entidades educativas, com o objetivo de prevenir o envolvimento dos jovens em trajetórias de criminalidade (União Europeia, 2010).

Posteriormente, apresenta-se a terceira categoria subordinada a “Influência do Contexto Socioeconómico no Comportamento e na Segurança Escolar/Envolvente”, que se inicia com a questão n.º 7: “A escola situa-se no centro da cidade do Funchal, na freguesia de Santa Maria Maior, que abrange artérias com uma elevada presença de indivíduos em situação de sem-abrigo, toxicodependentes, assim como diversos casos de criminalidade na zona velha

da cidade. Considera que a localização e o contexto envolvente à escola são capazes de gerar um sentimento de insegurança sentido pelos estudantes e demais comunidade escolar nas imediações da mesma?”. A questão resultou em dados que indicam que a localização e o contexto envolvente à escola são responsáveis por gerar um sentimento de insegurança, ou pelo menos uma sensação, agravada pela proximidade da zona velha da cidade, caracterizada por uma elevada incidência de criminalidade, bem como pela presença significativa de toxicod dependentes e indivíduos em situação de sem-abrigo.

Este cenário revela-se particularmente preocupante quando há abordagens a estudantes, ainda que sejam com o intuito de mendicidade, uma vez que estas interações são frequentemente percebidas como potencialmente perigosas, contribuindo para o aumento da apreensão no seio da comunidade escolar e, conseqüentemente, para o reforço do sentimento de insegurança entre alguns dos seus membros.

Neste contexto, constata-se que parte da comunidade escolar manifesta um sentimento de insegurança, entendido, segundo Roché (1993), como a percepção da sociedade e do ambiente envolvente como instáveis e imprevisíveis. Complementarmente, Ferreira (2010) argumenta que tal sentimento pode comprometer a qualidade de vida dos cidadãos, afetando negativamente o seu bem-estar físico, social e emocional.

Seguidamente, a questão n.º 8, “Quais são os principais fatores que considera serem potenciadores para a prática de crimes pelas camadas jovens?”, evidenciou que os principais fatores que potenciam a prática de crimes entre os jovens estão ligados a um conjunto de influências externas e internas, que criam um ambiente propício à prática de ocorrências criminais e também daquelas que não constituem, efetivamente, crime.

Entre os principais fatores externos, destaca-se a presença de traficantes nas imediações da escola, que facilitam o acesso a substâncias psicoativas, incentivando o consumo. A influência dos pares também desempenha um papel significativo, uma vez que os adolescentes, na procura por aceitação social, podem ser levados a adotar comportamentos desviantes para se encaixarem em determinados grupos.

Além disso, foi afirmado que a liberdade excessiva e a falta de vigilância por parte da família, da escola e das forças de segurança contribuem para a vulnerabilidade dos jovens, permitindo que estes desenvolvam comportamentos de risco sem uma supervisão adequada. No entanto, foi destacado que o fator mais determinante para a entrada dos jovens na criminalidade é a ausência de um verdadeiro apoio familiar. Esta observação vai ao encontro da literatura existente, pois, sem um núcleo familiar estruturado que ofereça suporte

emocional, orientação e acompanhamento, os adolescentes tendem a procurar, noutros grupos, a aceitação, a proteção e a validação que não encontram em casa.

Quando a família falha no seu papel de referência e suporte, os jovens tornam-se mais suscetíveis a influências externas negativas, o que pode levá-los a desenvolver padrões de comportamento problemáticos.

Tais dados são corroborados na literatura supracitada e em múltiplos estudos de conhecimento público, que evidenciam que a desestruturação familiar aumenta a incidência criminal, sendo, posteriormente, exacerbados pela influência de pares.

Em relação à questão n.º 9, “Quais são os principais comportamentos desviantes dos estudantes?”, verificou-se que estes abrangem um amplo espectro de atitudes que comprometem o ambiente escolar e o desenvolvimento dos jovens. Entre os mais frequentes, destacam-se a falta de assiduidade, os comportamentos perturbadores dentro da sala de aula, o consumo de substâncias psicoativas e os episódios de violência verbal e física (bullying), sendo este último associado a um aumento significativo entre o género feminino. Um dos indicadores mais alarmantes foi o elevado consumo de drogas nas imediações da escola no ano de 2022, evidenciando a necessidade urgente de reforçar os mecanismos de prevenção e intervenção.

A multiplicidade destes comportamentos pode ser explicada por vários fatores interligados, como a maior acessibilidade às substâncias psicoativas, muitas vezes facilitada pela presença de traficantes nas imediações da escola, expondo os jovens a um risco acrescido.

Sob este ponto de vista, os comportamentos desviantes mais frequentes na escola em causa ressaltam as questões do bullying e do consumo de substâncias psicoativas, temáticas que se encontram destacadas em diversos estudos das Ciências Sociais.

Factualmente, do ponto de vista nacional, as situações de perturbação escolar aumentaram no ano letivo de 2023/2024, no entanto, as situações de posse/consumo de estupefacientes diminuíram (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Perante este cenário, torna-se essencial adotar estratégias preventivas mais eficazes, que promovam não apenas o combate a estes comportamentos, mas também a criação de um ambiente escolar mais seguro e estruturado.

A questão n.º 10, “Como é que avalia a frequência de indisciplina dos estudantes, incluindo na área envolvente à escola?”, demonstrou que a ocorrência de comportamentos desviantes, especialmente os mais graves, segue um padrão esporádico, com variação anual. Essa oscilação indica que a manifestação desses comportamentos não é estática, sendo influenciada por diversos fatores internos e externos, os quais podem afetar a sua frequência e gravidade ao longo do tempo.

Entre os fatores que contribuem para esta variabilidade, destaca-se a mudança no perfil dos estudantes, uma vez que cada geração pode apresentar características e desafios distintos. Além disso, a dinâmica social no interior da escola, incluindo conflitos interpessoais, influências dos pares e a presença de grupos com comportamentos de risco, pode afetar a incidência de episódios desviantes. A atuação das forças de segurança, como a maior ou menor presença da PSP nas imediações da escola, também pode influenciar a ocorrência destes comportamentos, tal como fatores externos mais abrangentes, como a acessibilidade a substâncias psicoativas, a qual pode variar ao longo do tempo.

Apesar da frequência desses comportamentos não ser constante, a existência de variações anuais demonstra a necessidade de um acompanhamento contínuo e preventivo. Se a intervenção ocorrer apenas de forma pontual, em resposta a episódios específicos, corre-se o risco de não se anteciparem tendências preocupantes e de se comprometer a eficácia das ações preventivas. A imprevisibilidade dos comportamentos desviantes reforça a importância de estratégias preventivas bem estruturadas, flexíveis e adaptáveis à realidade escolar, permitindo que a escola e a comunidade estejam preparadas para responder de forma eficaz e proativa, independentemente das mudanças que possam surgir de um ano para o outro.

Os dados corroboram a literatura existente, tendo em conta que a RAM apresenta baixos níveis de criminalidade escolar (Departamento de Operações da PSP, 2025). No entanto, é necessário considerar estas informações de forma qualitativa, tendo em conta que o bullying silencioso é uma constante no meio escolar. Para além disso, a subnotificação de casos pode ocultar a dimensão real do problema, dificultando uma intervenção eficaz. Mesmo diante de baixos índices de criminalidade, é imprescindível manter uma abordagem preventiva e multidimensional, garantindo que todas as formas de violência, inclusive as mais subtis, sejam identificadas e combatidas.

Posteriormente, sucede-se a categoria relacionada com “Estratégias de Prevenção e Promoção da Cidadania e Segurança Escolar/Envolvente”, iniciada pela questão n.º 11, “O Projeto Educativo 2022-2026 da escola refere que é pretendida uma “Redução do número total de comportamentos desviantes, no final do quadriénio”. De que forma é pretendido operacionalizar esta ideia?”, cuja resposta esclareceu que a operacionalização da ideia em questão procura implementar um conjunto integrado de ações, com o objetivo de criar um ambiente escolar mais seguro e saudável, capaz de responder de maneira eficaz a diferentes tipos de problemas enfrentados pelos estudantes. Esse conjunto de ações deve envolver uma combinação de estratégias preventivas e interventivas, incluindo ações de sensibilização, a intervenção direta do conselho executivo em ocorrências de natureza tanto criminal quanto não

criminal, apoio psicológico para os alunos e a seleção criteriosa de diretores de turma, que desempenham um papel fundamental na promoção de um ambiente de respeito e disciplina.

Essa abordagem integrada e multifacetada é extremamente positiva, pois combina diferentes tipos de apoio e intervenção de forma coordenada, criando uma rede de proteção e apoio em torno dos estudantes. Ao reunir estratégias educativas, psicológicas e de gestão escolar, esta abordagem permite não apenas responder aos problemas imediatos, mas também criar um ambiente preventivo, de respeito mútuo e de valorização do bem-estar de todos. A eficácia desta estratégia depende da articulação entre todos os atores da comunidade escolar, incluindo docentes, alunos, pais, diretores e profissionais de segurança, garantindo que as ações se complementem e se reforcem mutuamente.

Curiosamente, a forma como a ideia presente no Projeto Educativo 2022-2026 da escola é operacionalizada destaca medidas de segurança, especificamente escolares, que não estão divulgadas publicamente nem abordadas pela Direção Regional de Educação. No entanto, é importante ressaltar que essas estratégias são essenciais, especialmente no que se refere ao incentivo aos estudantes para assumirem a responsabilidade de lutar pela justiça e pela equidade, reconhecendo que a transformação social está nas mãos da própria comunidade. Esse enfoque ressalta o conceito de segurança participativa, conforme defendido por Graciano et al. (2009).

Seguidamente, sucede-se a questão n.º 12, “Considera que a Câmara Municipal do Funchal deveria criar um corpo de Polícia Municipal idêntico aos existentes na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, trabalhando em articulação com a PSP, sobretudo no que se refere ao policiamento de proximidade e à promoção da cidadania nas áreas envolventes à escola?”, com o mesmo objetivo aquando questionado ao responsável pelo Programa Escola Segura. Neste sentido, verificou-se que, enquanto profissional com experiência nesta área do Funchal há mais de seis anos, a criação de um corpo de Polícia Municipal no Funchal representaria uma medida significativa e positiva para reforçar a segurança nas imediações das escolas, sendo, contudo, uma competência política que depende de decisões governamentais.

No entanto, a presença constante e estratégica de agentes da Polícia Municipal poderia ter um impacto importante na vigilância das áreas escolares, oferecendo uma proteção mais visível e próxima da comunidade. A sua atuação poderia contribuir para a dissuasão de comportamentos criminosos, como o tráfico de substâncias psicoativas e atos de violência nas proximidades das escolas, enquanto aumentaria o sentimento de segurança na comunidade escolar, uma vez que a perceção da segurança é essencial para assegurar o bem-estar dos indivíduos.

A realidade é que a proximidade e a visibilidade da Polícia Municipal ajudariam a criar um ambiente mais seguro, não só nas imediações, mas também nas áreas de circulação dos estudantes, principalmente durante horários críticos, como a entrada e saída deles, instrumentalizando a abordagem preventiva, conforme definido nos estatutos dos corpos de Polícia Municipal (CML, s.d.).

Para além deste aspeto, a literatura ainda demonstra, efetivamente, que a Polícia Municipal desempenha um papel crucial na promoção da cidadania e na prevenção criminal, na medida em que a sua presença não só dissuade a criminalidade, como também fortalece os laços sociais (CML, s.d.).

Seguidamente, na questão n.º 13, “Considera que a educação para a segurança pública nas camadas jovens é fundamental para construir uma geração com comportamentos e atitudes mais positivos, minimizando a hipótese de no futuro haver elevados índices criminais?”, verificou-se que a educação para a segurança pública é, efetivamente, essencial para minimizar a possibilidade de ocorrência de elevados índices criminais no futuro, uma vez que o investimento não é em vão. Inclusivamente, foi defendido que as questões de proteção civil, como esta, deveriam integrar o currículo escolar, de alguma forma.

Esta abordagem reforça a ideia da importância da educação para a segurança pública, uma vez que, ao investir em programas de sensibilização e formação, promove-se uma cultura de responsabilidade cívica e respeito pelas normas sociais.

Assim, incluir questões de proteção civil, segurança e cidadania no currículo escolar não só prepara os estudantes para lidar com situações de risco, como também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e proativos. Dessa forma, além de promover a segurança, essa educação pode servir como fundamento para um ambiente escolar mais harmonioso e preventivo. A integração desse tema no currículo poderia ser uma ferramenta eficaz para fortalecer a prevenção, preparando as futuras gerações para lidarem com as complexidades da sociedade de forma mais consciente e informada.

Neste sentido, e à semelhança do abordado na questão n.º 5, a educação para a segurança pública apresenta-se como um aspeto crucial, na medida em que a educação possui um poder transformador pela positiva, pelo que a CRP corrobora a associação entre a educação e o combate e prevenção do crime, sobretudo ao referir que a educação é um mecanismo de desenvolvimento da cidadania (Lei constitucional n.º 74/1976, de 10 de abril).

Por fim, a questão n.º 14, “Na sua experiência, há alguma outra abordagem ou iniciativa que considera importante implementar para promover a segurança e cidadania nas escolas e meio envolvente?”, resultou numa resposta criativa que defende a criação e implementação de

uma associação de pais, com o objetivo de envolver as famílias e encarregados de educação nas problemáticas relacionadas com a segurança.

A participação ativa das famílias é fundamental para criar um ambiente de apoio e colaboração entre escola, alunos e comunidade. Ao formar uma associação, seria possível sensibilizar os pais para a importância da segurança, incentivar o seu envolvimento nas iniciativas de prevenção e promover um trabalho conjunto com os professores e as autoridades locais. Além disso, essa associação poderia atuar como um canal de comunicação eficaz, permitindo que as preocupações e sugestões dos pais fossem ouvidas e consideradas, ajudando a criar um clima de maior confiança e cooperação em torno das problemáticas de segurança escolar e meio envolvente, atuando simultaneamente sobre um dos principais fatores potenciadores da prática criminal.

Tais informações vão ao encontro da literatura referente ao desenvolvimento comunitário, sobretudo nos termos da segurança participativa, uma vez que, segundo Moreno (2012), o desenvolvimento comunitário é um fator importante, visto que constitui uma forma de garantir o bem-estar social e de promover a reflexão sobre a participação da comunidade no seu processo de desenvolvimento.

Desta forma, reforça-se a ideia de que os indivíduos devem assumir um papel central na sua própria transformação, pois a participação ativa na segurança pública e no desenvolvimento comunitário permite impactar diretamente o ambiente em que vivem, incluindo os níveis de segurança e criminalidade.

Em suma, os dados obtidos na entrevista revelam a importância do Programa Escola Segura, destacando-se a sua eficácia na sensibilização e prevenção de comportamentos desviantes, como o bullying e o consumo de substâncias psicoativas. Contudo, a análise aponta para a necessidade de maior estruturação e planeamento das ações, que atualmente ocorrem de forma esporádica e apenas preventivamente em última instância, sem um cronograma previamente definido. Além disso, é fundamental fortalecer a articulação entre a escola, a PSP e a comunidade, promovendo uma abordagem mais contínua e preventiva. A localização da escola e o contexto socioeconómico envolvente também contribuem para um sentimento de insegurança, o que exige ações mais eficazes, tanto ao nível da vigilância como da promoção da cidadania, a fim de garantir um ambiente seguro e saudável para todos os estudantes. Por fim, conclui-se que a educação voltada para a segurança pública, integrada no currículo escolar, é essencial para a formação de uma geração mais consciente, responsável e menos propensa à adoção de comportamentos criminosos no futuro.

Adicionalmente, verifica-se a existência de uma parceria efetiva entre a escola e a PSP, embora com limitações em relação ao planeamento e avaliação do programa. Parceria essa que se comprova através de declarações como “Sempre que solicitado vêm à escola”, promovendo a segurança no contexto educativo e envolvente, atestando os efeitos da intersectorialidade na promoção de ambientes escolares seguros e inclusivos, indo ao encontro da teoria de que “o melhor lugar para a realizar [a educação para a segurança pública] é, obviamente, a escola” (Tomás & Belo, 2012, p. 10).

7.3. Beneficiários do Programa Escola Segura

Nos termos do Programa Escola Segura, os seus principais beneficiários são os estudantes do ensino básico e secundário, cujos indivíduos apresentam uma maior tendência a comportamentos desviantes durante o período da adolescência, uma vez que corresponde a uma fase muito particular do desenvolvimento humano, na qual ocorre um largo leque de aquisições e modificações a nível físico e psicológico. Desta forma, a incidência no contexto do ensino secundário é fundamental para obter dados mais realistas e identificar tendências mais acentuadas de comportamentos desviantes. Para além deste aspeto, os estudantes do ensino secundário são os mais próximos de atingir a maioridade, deixando o ensino obrigatório e entrando na classificação etária de população em idade ativa, representando uma fase de transição crítica, caracterizada por uma maior procura por autonomia, experimentação de limites e exposição a contextos de risco.

Face ao exposto, o Programa Escola Segura trabalha em estreita colaboração com a comunidade escolar, motivo pelo qual foi possível implementar o inquérito com as seguintes categorias: Dados Pessoais; Questões Gerais; Programa Escola Segura; Criminalidade Escolar e Geral; Comportamentos e Atitudes.

Para efeitos de tratamento dos dados, proceder-se-á à apresentação da frequência absoluta e das percentagens exatas, de forma a expor os dados com clareza e precisão, oferecendo uma noção não só da proporção relativa, mas também da dimensão real do fenómeno observado.

Neste sentido, a primeira categoria demonstrou que o inquérito contou com a participação de 46 indivíduos, sendo que 18 foram do género masculino e 28 do feminino. Destes 46 estudantes, 8 pertencem ao 10.º ano, 18 ao 11.º ano, e 20 ao 12.º ano. Observou-se que, de maneira geral, há uma representatividade equilibrada entre os anos de escolaridade,

com exceção do 10.º ano, que está representado de forma mais reduzida. Sendo estudantes de ensino secundário, a maioria é menor de idade, pelo que, nos termos da lei, foi aplicada a Declaração de Consentimento para Menores (Apêndice E).

Ao analisarmos a distribuição por género, verifica-se que a participação feminina (28) é significativamente superior à masculina (18), representando aproximadamente 60,87% do total de participantes. Esta diferença pode indicar uma predominância do género feminino nas turmas em questão. Seguidamente, apresenta-se um conjunto de questões gerais, iniciando-se com a pergunta: “Encontra-se a par da criminalidade na RAM?”, na qual se constatou que a maioria dos participantes, nomeadamente 34 indivíduos (73,91%), afirmou estar informada sobre a criminalidade na RAM. Por outro lado, 12 pessoas (26,09%) referiram que não se encontram a par dessa temática, conforme se assiste na tabela 1.

Este elevado índice de conhecimento sobre a criminalidade pode indicar uma maior consciencialização ou interesse dos participantes em acompanhar as questões de segurança pública, possivelmente motivado por fatores como discussões mediáticas sobre o tema. A diferença de percentagem entre os que afirmam estar a par (73,91%) e os que não estão (26,09%) sugere que a criminalidade na RAM é um tema de interesse ou preocupação constante para a maioria da amostra, com uma diferença de quase 48% entre as respostas afirmativas e negativas. Esses dados corroboram a ideia defendida por Oliveira (2006), segundo a qual que os cidadãos têm o direito efetivo à segurança pública, o que inclui o acesso à informação sobre o estado atual dessa segurança. Tal conhecimento revela-se essencial para o exercício pleno e pacífico dos direitos individuais, políticos e sociais, além de contribuir para o funcionamento adequado das instituições, incluindo as educativas.

Tabela 1

Conhecimento da criminalidade na Região Autónoma da Madeira

Resposta	Frequência	%
Sim	34	73,91%
Não	12	26,09%

A questão seguinte, “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique o principal meio pelo qual obteve essa informação.”, indica, conforme consta na tabela 2, que a maior parte dos participantes (21) obteve informações sobre a criminalidade na RAM através

da comunicação social, o que pode refletir o impacto dos meios de comunicação na formação de opinião sobre a criminalidade local.

Outras fontes de informação incluem as conversas entre pares (9), que indicam que a troca de informações entre amigos, familiares, entre outros também desempenham um papel importante na disseminação desse tipo de conhecimento.

Curiosamente, apenas um participante mencionou que obteve essa informação a partir da percepção pessoal verificada no quotidiano, sugerindo que, para a maioria, a criminalidade não é experienciada diretamente nas suas vivências quotidianas, mas é mediada por fontes externas.

Além disso, a escola surge como fonte de informação para 3 participantes, indicando que as discussões e atividades escolares sobre segurança podem ser uma via adicional de disseminação de informações sobre a criminalidade.

O facto de não terem sido mencionadas outras fontes sugere que, para os participantes, as fontes tradicionais de informação, como a comunicação social e as conversas informais, são percecionadas como as mais acessíveis e relevantes.

Sob este ponto de vista, os dados corroboram teorias que defendem que a percepção da criminalidade é amplificada pelos meios de comunicação social, uma vez que a maioria dos inquiridos refere obter informações sobre esta matéria através dos meios de comunicação, tendo sido apenas um inquirido a indicar a sua percepção pessoal como fonte. Sob este ponto de vista, autores como Ferreira (2010), argumentam que a forma como a criminalidade é percecionada constitui uma construção social, influenciada pela comunicação social e pelo discurso político. Não obstante, vale reiterar que, independentemente da origem da informação, a percepção do estado de segurança interna na RAM permanece uma experiência subjetiva, indissociável da dimensão psicológica e individual de cada sujeito.

Tabela 2

Fontes de informação sobre a criminalidade na Região Autónoma da Madeira

Resposta	Frequência	%
Comunicação social	21	62,76%
Perceção pessoal verificada no quotidiano	1	2,94%
Conversas entre pares	9	26,47%
Escola	3	8,82%
Outro	0	0%

A questão, “Se respondeu à questão anterior, indique o principal fator que considera ser responsável pela criminalidade na RAM.”, revela que o fator mais apontado pelos participantes foi o aumento do uso de substâncias psicoativas, com 23 respostas (67,65%), o que sugere que, para a maioria dos inquiridos, o consumo de drogas e outras substâncias está diretamente associado à criminalidade atual na região. Este dado pode refletir uma perceção generalizada de que o abuso de substâncias é um dos principais impulsionadores de comportamentos delituosos, como furtos, agressões ou tráfico.

Outros fatores foram igualmente apontados, embora com percentagens inferiores, como os problemas socioeconómicos e o aumento da imigração, ambos referidos por 4 participantes (11,76%), sendo identificados como possíveis causas do crescimento da criminalidade nos últimos anos. Estes dados indicam que, para alguns inquiridos, a pobreza, a escassez de oportunidades e os desafios sociais, bem como o aumento da imigração, podem ser percecionados como estando associados à maior incidência de comportamentos criminais.

Embora a imigração tenha uma menor aceitação como fator explicativo do ponto de vista teórico, justificada pela escassez de estudos que estabeleçam uma ligação direta, a realidade revela um aumento de 298% da imigração ilegal a nível nacional, podendo, segundo a perceção dos inquiridos, existir um paralelo entre a temática criminal e este crescimento expressivo (Sistema de Segurança Interna, 2025).

Seguidamente, surgem as políticas de segurança pública ineficientes, apontadas por 3 participantes (8,82%), o que sugere uma perceção de falhas na prevenção e combate à criminalidade.

Por fim, nenhum participante indicou outros fatores, o que reforça a ideia de que as causas mais diretamente associadas a questões sociais e de segurança são percebidas como predominantes, conforme ilustrado na tabela 3.

Tabela 3

Fatores responsáveis pela criminalidade na Região Autónoma da Madeira

Resposta	Frequência	%
Problemas socioeconómicos	4	11,76%
Aumento do uso de substâncias psicoativas	23	67,65%
Políticas de segurança pública ineficientes	3	8,82%
Aumento da imigração	4	11,76%
Outro	0	0%

Sucedese a questão, “Sente medo de ser vítima de algum crime (roubo, furto, agressão, assédio, etc.)?”, onde os resultados, de acordo com a tabela 4, mostram que a maioria dos inquiridos (73,91%) afirmou sentir medo de ser vítima de algum crime, como roubo, furto, agressão ou assédio. Este dado pode indicar uma elevada preocupação com a segurança pessoal, possivelmente refletindo um clima de insegurança percebida na região ou uma maior sensibilização para as temáticas da criminalidade.

Por outro lado, 12 participantes (26,09%) afirmaram que não sentem medo de ser vítimas de qualquer tipo de crime, o que pode sugerir uma maior percepção de segurança ou confiança no ambiente em que se inserem. Este grupo pode também refletir a percepção de que, nas suas localidades ou contextos sociais, a criminalidade não constitui uma ameaça relevante ou que se sentem protegidos por fatores como a presença de políticas de segurança ou medidas preventivas implementadas.

Importa destacar que, de acordo com Ferreira (2010), o medo do crime e o sentimento de insegurança não são sinónimos, podendo existir de forma independente. Assim, os 34 inquiridos que relataram sentir medo de determinados crimes podem, ainda assim, não perceber o seu contexto como inseguro, o que demonstra a complexidade da análise subjetiva destas percepções.

Não obstante, é importante destacar que o medo constitui uma das principais componentes na construção do sentimento de insegurança, funcionando como um fator catalisador que intensifica percepções negativas acerca do ambiente social. Embora o medo do crime tenha uma natureza mais imediata e emocional, relacionado à antecipação de uma ameaça concreta, o sentimento de insegurança assume um caráter mais abrangente, integrando avaliações racionais sobre a eficácia das forças de segurança, as condições socioeconômicas e a estabilidade da comunidade. Este processo pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de um sentimento de insegurança mais generalizado, que vai além de uma reação momentânea, traduzindo-se numa percepção persistente de vulnerabilidade (Ferreira, 2010).

Tabela 4

Medo perante a criminalidade

Resposta	Frequência	%
Sim	34	73,91%
Não	12	26,09%

Seguidamente, a questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique o crime que sente mais medo de padecer.” revela que o crime que mais desperta receio entre os participantes é o da violação, com 18 respostas (52,94%), o que indica uma preocupação significativa com a segurança pessoal, especialmente em relação a crimes sexuais. Este resultado reflete um medo intenso e, provavelmente, uma percepção de vulnerabilidade face a este tipo de crime, sobretudo por a maioria dos participantes ser do género feminino.

Em seguida, o roubo ou furto foi indicado por 6 participantes (17,65%), sendo um dos crimes mais temidos, o que sugere uma preocupação com a perda de bens pessoais e, possivelmente, com a sensação de insegurança em espaços públicos ou privados.

A agressão física surge como o terceiro crime mais temido, com 5 respostas (14,71%), evidenciando o receio de ser alvo de violência física direta, associado a uma sensação de ameaça à integridade física e emocional dos indivíduos.

A ameaça foi referida por 2 participantes (5,88%), revelando que, embora seja um crime igualmente sério, não desperta tanto medo quanto os demais crimes listados. Curiosamente, o cibercrime não foi referido por nenhum dos participantes, o que sugere que,

embora seja um tipo de crime crescente, ainda não é percebido como uma grande preocupação, possivelmente por ser considerado como não afetando diretamente o quotidiano dos inquiridos.

Importa destacar que 3 participantes (8,82%) também selecionaram “Outro”, sem, contudo, especificarem o motivo, tal como se evidencia na tabela 5.

Desta feita, os dados corroboram o relatório do Sistema de Segurança Interna (2025), na medida em que, no ano de 2024, Portugal registou o maior número de violações desde que há registos oficiais, com 543 participações deste crime, o que representa um aumento de 9,9% em relação a 2023. Face a este aumento, a apreensão por parte dos inquiridos, sobretudo do género feminino, tende a intensificar-se, em consonância com as 18 respostas (52,94%) que assinalaram medo do crime de violação sexual.

Tabela 5

Crimes mais temidos

Resposta	Frequência	%
Roubo ou furto	6	17,65%
Agressão física	5	14,71%
Violação	18	52,94%
Ameaça	2	5,88%
Cibercrime	0	0%
Outro	3	8,82%

Relativamente à questão “Sente-se regularmente seguro(a) no seu quotidiano, incluindo deslocações pedonais em horário noturno?”, os dados presentes na tabela 6 revelam que 43,48% dos inquiridos referem sentir-se inseguros, contrastando com os 56,52% que indicam sentir-se seguros. Apesar da maioria expressar um sentimento de segurança, importa sublinhar que uma proporção significativa da amostra, designadamente quase metade, relata insegurança no seu quotidiano.

Este dado pode ser interpretado à luz de vários fatores, como a perceção do risco associada ao ambiente urbano, aos níveis de iluminação pública, à presença policial visível e até a eventuais experiências anteriores de vitimização direta ou indireta. Além disso, variáveis como género, idade e zona de residência influenciam significativamente esta perceção.

A elevada percentagem de inquiridos que não se sente segura levanta questões importantes para as políticas públicas locais, nomeadamente quanto à necessidade de reforço da segurança pública, promoção de estratégias comunitárias, entre outras, que visem aumentar a confiança e o bem-estar dos cidadãos.

Sob este ponto de vista, procedeu-se à triangulação dos dados com aqueles relativos à questão sobre as fontes de informação acerca da criminalidade, evidenciando-se a discussão sobre se o sentimento de insegurança é “real ou imaginário”, conforme defendido por diversos autores.

A literatura salienta que o sentimento de insegurança constitui um estado psicológico intrinsecamente subjetivo, acessível apenas ao próprio indivíduo. Nesse sentido, torna-se inviável afirmar categoricamente se tal sentimento é real ou imaginário.

A realidade é que, de facto, o sentimento de insegurança representa uma perceção pessoal e única, através da qual cada sujeito interpreta e atribui significado ao mundo que o rodeia. Independentemente da sua correspondência objetiva com a realidade, esse sentimento tem efeitos concretos que podem impactar significativamente a vida quotidiana dos cidadãos, condicionando comportamentos, escolhas e relações sociais (Ferreira, 2010).

Adicionalmente, verifica-se, através da triangulação com os dados da tabela 4, que apenas 14 dos 34 inquiridos (41,18%) que afirmaram ter medo de determinados crimes não experienciam esse medo de forma quotidiana. Corroborando a teoria de Ferreira (2010), tais dados sustentam a ideia de que o medo do crime e o sentimento de insegurança não são necessariamente fenómenos simultâneos, podendo manifestar-se de forma independente.

Não obstante, é factual que a maioria dos inquiridos (73,91%) que afirmaram ter medo do crime também manifesta insegurança no seu dia a dia. De igual modo, estes dados corroboram a literatura que defende que o medo do crime constitui um estado potenciador para o desenvolvimento de um sentimento de insegurança, que ultrapassa uma simples sensação momentânea (Ferreira, 2010).

Tabela 6

Sentimento de segurança

Resposta	Frequência	%
Sim	26	56,52%
Não	20	43,48%

Complementarmente, foi solicitado aos inquiridos que se sentiam inseguros que indicassem o motivo principal dessa percepção, através da questão “Se respondeu negativamente à questão anterior, indique o principal motivo.”. Os dados revelam que uma maioria significativa (75%) atribuiu o seu sentimento de insegurança à presença de toxicodependentes ou alcoólicos no espaço público. Por outro lado, 20% referiram a presença de indivíduos em situação de sem-abrigo como fator gerador de desconforto, e apenas uma resposta (5%) foi atribuída à categoria “Outro”. Importa referir que nenhum inquirido mencionou a criminalidade local como causa direta, o que constitui um dado relevante, visível na tabela 7.

Este resultado evidencia para uma distinção importante entre criminalidade objetiva (ocorrência real de crimes) e criminalidade percebida, que muitas vezes está associada a estigmas sociais e visibilidade de grupos marginalizados. A elevada percentagem de respostas que apontam os toxicodependentes e os sem-abrigo como causas de insegurança pode refletir estereótipos sociais, medo do diferente ou experiências indiretas que reforçam percepções negativas, independentemente da existência de comportamentos efetivamente ameaçadores.

Assim, é fundamental que as políticas de segurança considerem não apenas o reforço de policiamento, mas também intervenções sociais integradas, como forma de atenuar tanto o desconforto da população como a vulnerabilidade dos grupos marginalizados.

Tabela 7

Causas do sentimento de insegurança

Resposta	Frequência	%
Criminalidade local	0	0%
Presença de indivíduos em situação de sem-abrigo	4	20%
Toxicodependentes/Alcoólicos	15	75%
Outro	1	5%

Segue-se a questão “Considera que o atual policiamento de proximidade (policías apeados) é suficiente para garantir o seu sentimento de segurança?”, a qual revela que uma expressiva maioria dos inquiridos (73,91%) considera insuficiente o policiamento de proximidade atualmente desempenhado pela PSP para assegurar o seu sentimento de

segurança. Apenas 26,09% dos participantes manifestaram uma percepção positiva relativamente à suficiência deste tipo de policiamento, de acordo com a tabela 8.

Estes resultados evidenciam uma percepção generalizada de insuficiência na presença policial de proximidade, refletindo possivelmente preocupações relacionadas com a frequência, visibilidade ou eficácia das patrulhas apeadas.

Por outro lado, a literatura assinala que o foco inicial do Programa Escola Segura se centrava no patrulhamento do entorno das escolas, levantando questões pertinentes sobre um possível desvio dos seus objetivos originais (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Adicionalmente, verifica-se um contraste ao cruzar os dados com a tabela 6, na medida em que 20 inquiridos afirmaram sentir-se inseguros, mas 34 indicaram considerar o atual policiamento de proximidade insuficiente para garantir o seu sentimento de segurança, evidenciando uma aparente contradição, embora justificável, pelo facto de que, mesmo não se sentindo efetivamente inseguros, muitos jovens consideram que o policiamento presente é insuficiente para proporcionar a sensação de segurança desejada pela comunidade em geral.

Tabela 8

Suficiência do policiamento de proximidade desempenhado pela Polícia de Segurança Pública

Resposta	Frequência	%
Sim	12	26,09%
Não	34	73,91%

Ainda em relação às questões de policiamento de proximidade, colocou-se a questão “Considera que a Câmara Municipal do Funchal deveria criar um corpo de Polícia Municipal idêntico aos existentes na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, de forma a aumentar os níveis de segurança local?”, constatando-se que a esmagadora maioria dos inquiridos (93,48%) manifestou-se favorável à criação de um corpo de Polícia Municipal no concelho do Funchal, à semelhança do que ocorre nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Apenas 6,52% consideraram desnecessária tal medida, corroborando a percepção de suficiência do policiamento de proximidade desempenhado pela PSP, expressa por 26,09% dos inquiridos, como se observa na tabela 9.

Este resultado evidencia um forte consenso quanto à percepção de que a criação de uma Polícia Municipal poderia contribuir significativamente para o reforço da segurança local. A

elevada percentagem de respostas afirmativas sugere uma expectativa positiva face à possibilidade de uma maior presença e intervenção policial de âmbito municipal, o que poderá reforçar o sentimento de segurança da população e responder de forma mais eficaz às especificidades locais, em conformidade com a literatura (CML, s.d.).

Tabela 9

Polícia Municipal no concelho do Funchal

Resposta	Frequência	%
Sim	43	93,48%
Não	3	6,52%

Segue-se a questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique a sua principal justificação.”, onde a maior parte dos inquiridos (67,44%) justifica a necessidade da criação de um corpo de Polícia Municipal no Funchal com o reforço do policiamento de proximidade, centrado na prevenção criminal. Esta resposta reflete uma clara preferência por estratégias de policiamento preventivo, que favoreçam a intervenção policial antes da ocorrência de crimes, correspondendo diretamente à falta de policiamento de proximidade enunciada pela maioria dos inquiridos (73,91%).

Outros 18,60% apontam como justificação o aumento de meios humanos para garantir uma maior eficácia na segurança pública, sugerindo que o número atual de agentes não satisfaz as necessidades locais. Por outro lado, 13,95% dos inquiridos destacam a importância de uma relação próxima entre a polícia e a comunidade, sugerindo que uma Polícia Municipal poderia estreitar os laços entre a comunidade e as forças de segurança.

A ausência de respostas na categoria “Outro” reforça a ideia de que as justificações mais frequentemente apontadas estão centradas em questões de prevenção e proximidade, sendo estas as preocupações predominantes da comunidade, conforme consta na tabela 10.

Os dados obtidos corroboram a teoria existente sobre a temática, que sustenta que um dos principais benefícios da atuação da Polícia Municipal na comunidade reside precisamente na criação de uma relação de proximidade real e contínua entre a polícia e os cidadãos. Este efeito é particularmente potenciado pelo facto de serem os mesmos agentes a patrulhar regularmente o território, o que facilita o reconhecimento mútuo e fomenta uma relação de confiança mútua. Tal vínculo constitui um elemento essencial para que os cidadãos se sintam

encorajados a partilhar informações relevantes e preocupações relacionadas com a segurança (CML, s.d.).

Tabela 10

Justificação para a implementação de um corpo de Polícia Municipal no concelho do Funchal

Resposta	Frequência	%
Relação próxima entre polícia-comunidade	6	13,95%
Aumento de meios humanos em prol da segurança pública	8	18,60%
Reforço do policiamento de proximidade centrado na prevenção criminal	29	67,44%
Outro	0	0%

Seguidamente, na questão “Considera que a educação é um elemento crucial na prevenção criminal e promoção da cidadania?”, verificou-se que a grande maioria dos inquiridos (93,47%) considera a educação, de facto, um elemento crucial na prevenção criminal e na promoção da cidadania. Apenas 6,52% dos inquiridos discordaram dessa ideia.

Esse elevado consenso sugere o reconhecimento da educação não apenas como uma ferramenta de desenvolvimento pessoal e social, mas também como um fator essencial para o desenvolvimento comunitário e de um local pacífico. A visão predominante é de que investir na educação pode contribuir para a redução das causas subjacentes à criminalidade e fomentar uma maior responsabilidade social e cívica entre os indivíduos.

De acordo com Vasconcelos (2019), a educação e o crime seguem caminhos opostos, tornando a educação uma política criminal com elevadas potencialidades, o que corrobora a perspectiva da maioria (93,47%) dos inquiridos, conforme indicado na tabela 11.

Tabela 11*Importância da educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania*

Resposta	Frequência	%
Sim	43	93,47%
Não	3	6,52%

Seguidamente, na questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique o tipo de abordagem educativa que considera mais eficaz para o efeito.”, os resultados revelam que a abordagem mais valorizada para a prevenção criminal e promoção da cidadania são os programas de prevenção criminal, com 30,23% das respostas. Esses programas são considerados pelos inquiridos como uma forma eficaz de intervir diretamente nas causas da criminalidade e promover comportamentos responsáveis na comunidade.

A educação familiar ocupa o segundo lugar, com 27,91%, destacando-se a importância da família na formação dos indivíduos e na construção de valores que contribuem para a prevenção de comportamentos delinquentes. Já as atividades extracurriculares são vistas como uma estratégia relevante por 25,58% dos inquiridos, o que sugere que as atividades fora do ambiente escolar podem desempenhar um papel importante na educação cívica e no desenvolvimento social.

Por último, as aulas interdisciplinares relacionadas com a prevenção criminal obtiveram 16,28% das respostas, indicando que a integração de temas de cidadania e segurança nas disciplinas escolares também é vista como uma abordagem educativa válida, embora com menor prioridade.

A ausência de respostas na categoria “Outro” reforça a ideia de que as abordagens mais frequentemente apontadas estão centradas em ações diretamente ligadas à educação formal e familiar, tal como a tabela 12 permite observar.

Este interesse reflete a perspectiva de Idanez e Ander-Egg (1980), citados por Moreno (2012), que consideram o desenvolvimento comunitário como uma técnica de desenvolvimento humano, fundamentada na participação ativa e democrática da comunidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida. Nesse sentido, a valorização de abordagens como os programas de prevenção criminal, a educação familiar e as atividades extracurriculares, evidenciada nas respostas dos inquiridos, reforça a importância da

participação comunitária e da formação de valores, sendo estes elementos essenciais para o fortalecimento da cidadania e a prevenção de comportamentos criminais.

Tabela 12

Abordagens educativas para a prevenção criminal e promoção da cidadania

Resposta	Frequência	%
Programas de prevenção criminal	13	30,23%
Educação familiar	12	27,91%
Aulas (abordagens interdisciplinares relacionadas com a prevenção; etc.)	7	16,28%
Atividades extracurriculares	11	25,58%
Outro	0	0%

Na questão “Se respondeu à questão anterior, considera que a educação para a segurança pública deve ser incluída no currículo escolar através da disciplina/projeto de cidadania?”, a esmagadora maioria dos inquiridos (93,02%) considera que a educação para a segurança pública deve ser integrada no currículo escolar através da disciplina ou projeto de cidadania. Apenas 6,98% dos inquiridos manifestaram discordância quanto a essa proposta, de acordo com a tabela 13.

Este elevado apoio à inclusão de temas de segurança pública no currículo escolar reflete a perceção de que a educação formal desempenha um papel relevante na formação de cidadãos conscientes e responsáveis. A inclusão de questões relacionadas com a segurança pública, cidadania, direitos e deveres é vista como uma forma eficaz de preparar as futuras gerações para contribuir ativamente para uma sociedade mais segura e participativa.

Estes dados são corroborados pela CRP, nomeadamente através do artigo 74.º, o qual defende que a educação é um direito de todos e visa promover o desenvolvimento e uma cidadania ativa e participativa, sendo promovida em diversos momentos no currículo escolar, ainda que de forma não sistemática e formal (Lei Constitucional n.º 74/1976, de 10 de abril).

Tabela 13

Integração das questões de educação para a segurança pública no currículo escolar

Resposta	Frequência	%
Sim	40	93,02%
Não	3	6,98%

Posteriormente, na questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique um tema que consideraria pertinente para abordar no respectivo contexto.”, verificou-se, de acordo com a tabela 14, que o tema mais frequentemente mencionado (77,5%) para ser abordado no contexto da educação para a segurança pública foi a defesa pessoal. Este elevado interesse sugere que os inquiridos consideram essencial adquirir habilidades práticas para lidar com situações de risco numa perspectiva preventiva.

Outros temas relevantes incluem direitos humanos (12,5%) e cidadania ativa (5%), que refletem a necessidade de educar os estudantes sobre valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e segura. A preferência por métodos ativos de ensino também se reflete no interesse por temas como a cidadania, que podem ser abordados de forma mais eficaz através de atividades práticas e experiências vivenciais.

No entanto, é importante destacar que, embora a defesa pessoal tenha recebido a maior parte das respostas, os temas relacionados com comportamentos aditivos e bullying são igualmente de grande relevância no contexto educativo. Embora cada um tenha obtido 2,5% das respostas, esses tópicos não devem ser desvalorizados. O bullying e os comportamentos aditivos são questões que afetam diretamente a convivência e a segurança no ambiente escolar, e a sua inclusão no currículo escolar pode constituir uma forma eficaz de sensibilizar os alunos para os desafios sociais que enfrentam no dia a dia.

A ausência de respostas na categoria “Outro” reforça a ideia de que os temas mais citados estão alinhados com as preferências dos inquiridos por abordagens dinâmicas, participativas e voltadas para a aprendizagem prática.

Tabela 14

Temas mais pertinentes a abordar sobre segurança pública num hipotético contexto curricular

Resposta	Frequência	%
Direitos humanos	5	12,5%
Comportamentos aditivos	1	2,5%
Bullying	1	2,5%
Defesa pessoal	31	77,5%
Cidadania ativa	2	5%
Outro	0	0%

Seguidamente, a questão “Já frequentou alguma ação do Programa Escola Segura ministrada pela Polícia de Segurança Pública (PSP)?” indica uma divisão quase equilibrada quanto à participação no Programa Escola Segura, com 52,17% dos inquiridos a afirmarem ter frequentado uma ação do programa e 47,83% a indicarem que não participaram, como se verifica na tabela 15.

Este equilíbrio sugere que o Programa Escola Segura tem uma presença considerável nas escolas, mas também destaca a necessidade de reforçar a participação e a visibilidade do programa. A relevância de iniciativas como o Programa Escola Segura é clara, especialmente quando se considera a importância de promover a segurança escolar e de envolver a PSP no ambiente educativo. A inclusão de mais estudantes nestas ações pode contribuir para um maior conhecimento sobre temas de segurança e prevenção de comportamentos de risco.

Segundo o Departamento de Operações da PSP (2025), o Programa Escola Segura tem sido, de facto, um mecanismo crucial de prevenção criminal que abrange milhares de estudantes por todo o país, incluindo na RAM, tendo sido realizadas mais de 150.000 ações de prevenção criminal em contexto escolar nos últimos 10 anos letivos. Não obstante, a literatura não confirma os dados obtidos, uma vez que cerca de metade dos inquiridos, supostos beneficiários do programa, afirmaram nunca ter usufruído de uma única ação ao longo de pelo menos 10 anos de escolaridade, demonstrando uma lacuna na implementação prática do programa, justificada publicamente pela falta de recursos humanos disponíveis por parte da PSP.

Tabela 15

Participação em ação do Programa Escola Segura

Resposta	Frequência	%
Sim	24	52,17%
Não	22	47,83%

Seguidamente, a questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique se foi na sua escola atual.” revela que, entre os 24 inquiridos que participaram no Programa Escola Segura, apenas 12,5% indicaram que a ação decorreu na sua escola atual, como se verifica na tabela 16.

Este dado sugere que, apesar de um número considerável de estudantes ter participado no programa, a maioria dessas ações não ocorreu na instituição de ensino atual. Este é um dado pouco positivo, especialmente considerando que a maioria dos inquiridos são estudantes do 11.º e 12.º ano, ou seja, estudantes já com uma trajetória avançada no ensino secundário. Atendendo ao tempo de permanência destes estudantes na escola, já deveriam, em teoria, ter tido acesso a pelo menos uma ação do programa na escola atual.

A ausência de uma maior frequência de ações do Programa Escola Segura nesta instituição levanta questões sobre a continuidade e a abrangência do programa no ensino secundário. A falta dessa interação, especialmente em anos mais avançados, pode comprometer a familiarização dos estudantes com questões de segurança pública e prevenção de comportamentos de risco.

Tal constatação indica a necessidade de reforçar a implementação e regularidade do programa nas escolas secundárias, garantindo que um maior número de estudantes tenha acesso direto a estas ações educativas de segurança e prevenção.

Tabela 16

Participação em ação do Programa Escola Segura no contexto de atual instituição de ensino

Resposta	Frequência	%
Sim	3	12,5%
Não	21	88,5%

A questão “Se respondeu à questão anterior, indique um tema que já tenha sido abordado em pelo menos uma ação do Programa Escola Segura que participou.” revelou, de acordo com a tabela 17, que o bullying foi o tema mais frequentemente mencionado, representando 37,5% das respostas. Este dado evidencia a relevância e persistência do problema no contexto escolar, reforçando o seu reconhecimento como uma prioridade nas intervenções educativas e nas políticas públicas de segurança em ambiente escolar.

Em seguida, surgem violência doméstica e no namoro, prevenção criminal geral e prevenção do consumo de álcool e drogas, cada uma com 12,5% das respostas. Apesar da menor representatividade, estas temáticas mantêm um papel relevante na formação dos jovens, refletindo o esforço do programa em abordar questões estruturais de risco e cidadania.

Além disso, 12,5% dos inquiridos referiram não se recordar dos temas abordados, o que pode indicar fraca retenção das ações realizadas ou ausência de continuidade ao longo do tempo, apontando para a necessidade de tornar as atividades mais significativas e interativas.

A ausência de respostas na categoria “Outro” sugere que os temas trabalhados correspondem, em geral, às expectativas dos participantes.

Neste sentido, os resultados corroboram a literatura, que identifica como principais temas abordados pelo Programa Escola Segura o bullying, o cyberbullying, a prevenção e segurança rodoviária, o consumo de álcool e drogas, a segurança infantil, a utilização segura das tecnologias, a violência no namoro e os direitos humanos (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Tabela 17

Temáticas no âmbito das ações do Programa Escola Segura

Resposta	Frequência	%
Bullying	9	37,5%
Prevenção criminal geral	3	12,5%
Prevenção do consumo de álcool e drogas	3	12,5%
Violência doméstica e no namoro	6	25%
Não me recordo	3	12,5%
Outro	0	0%

Seguidamente, a questão “Se respondeu à questão anterior, indique o principal aspeto do Programa Escola Segura que considera mais eficaz na promoção da cidadania entre os jovens?” revela, conforme visível na tabela 18, que o aspeto mais destacado foi a consciencialização para os riscos, mencionado por 66,67% dos participantes. Este dado reforça a perceção de que o Programa Escola Segura desempenha um papel essencial na prevenção, sensibilizando os jovens para os perigos reais com que se podem deparar, tanto dentro como fora do espaço escolar. A consciencialização surge, assim, como um fator-chave no fortalecimento da autonomia e da capacidade crítica dos jovens face a diferentes contextos de risco.

As respostas referentes à informação sobre direitos e deveres e à promoção de comportamentos securitários, ambas com 17,67%, evidenciam igualmente o papel do programa na formação cívica e na consolidação de práticas individuais e coletivas que promovam a segurança, o respeito e a convivência social. Estes dados mostram que o programa, além de atuar preventivamente, contribui para o desenvolvimento de uma cidadania mais ativa e informada.

Já a ausência de respostas na categoria “Outro” demonstra que os aspetos identificados respondem, de forma satisfatória, às necessidades e expectativas dos inquiridos, embora se possa refletir sobre formas de diversificar as abordagens pedagógicas, nomeadamente através de metodologias mais participativas, práticas e interativas, de forma a reforçar o impacto dessas ações junto dos jovens.

Desta forma, infere-se que a consciencialização para os riscos, ou seja, a sensibilização, é o aspeto mais eficaz na promoção da cidadania entre os jovens, corroborando a literatura, que destaca que os objetivos do Programa Escola Segura residem justamente na sensibilização e consciencialização, de forma a mitigar a delinquência juvenil e impedir a evolução da criminalidade em ambiente escolar e envolvente (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Tabela 18*Eficácia do Programa Escola Segura*

Resposta	Frequência	%
Informação sobre direitos e deveres	4	16,67%
Consciencialização para os riscos	16	66,67%
Promoção de comportamentos securitários	4	16,67%
Outro	0	0%

Posteriormente, a questão “Indique o grau de importância (de 1 a 5) que atribui às ações do Programa Escola Segura enquanto mecanismo de prevenção criminal e de promoção da cidadania.” evidencia, de acordo com a tabela 19, que os resultados revelam uma percepção globalmente positiva quanto ao impacto do Programa Escola Segura. A maioria dos inquiridos atribuiu notas elevadas à importância do programa, com 41,30% a classificá-lo com a pontuação máxima (5) e 26,09% com a pontuação 4, perfazendo cerca de 67% que o considera muito relevante enquanto mecanismo de prevenção criminal e promoção da cidadania.

A pontuação 3, escolhida por 26,09%, pode refletir uma percepção moderada, talvez associada a experiências limitadas ou pouco marcantes com o programa, como já evidenciado em questões anteriores, nomeadamente pelo facto de muitas ações não ocorrerem na escola atual dos inquiridos, o que pode ter contribuído para o esquecimento ou para a percepção de falta de continuidade.

As classificações mais baixas (1 e 2) foram pouco frequentes, com apenas cerca de 7% do total, o que sugere que, embora existam pontos a melhorar, a maioria dos estudantes reconhece o valor educativo e preventivo do Programa Escola Segura.

Este resultado reforça a pertinência de investir na continuidade, diversificação e dinamização das ações do programa, garantindo uma presença mais regular nas escolas e a utilização de metodologias ativas que maximizem o envolvimento e o impacto junto dos jovens.

Tabela 19

Grau de importância das ações do Programa Escola Segura

Resposta	Frequência	%
1	2	4,35%
2	1	2,17%
3	12	26,09%
4	12	26,09%
5	19	41,30%

A questão “Indique o grau de presença (de 1 a 5) da PSP no meio envolvente à escola.”, com o objetivo de aferir o patrulhamento exterior no âmbito do Programa Escola Segura, revelou que uma minoria significativa dos inquiridos atribui à presença policial nas imediações escolares uma pontuação elevada. Somando os valores mais positivos (4 e 5), apenas cerca de 30% percecionam uma presença efetiva da PSP no meio envolvente à escola. A maioria posiciona-se nas pontuações intermédias ou baixas, com 34,78% a atribuir a pontuação 3, 28,26% a pontuação 2, e 6,52% a pontuação 1, o que indicia uma presença considerada pouco expressiva, pelo menos a nível de perceção.

Embora esta questão seja semelhante àquela que avalia a suficiência do policiamento de proximidade de forma geral, pretendeu-se aqui recolher dados especificamente associados ao Programa Escola Segura, considerando que o patrulhamento exterior às escolas é uma das suas valências essenciais. Neste sentido, os resultados apontam para uma lacuna na visibilidade operacional desta componente do programa, o que pode comprometer o seu impacto preventivo, sobretudo em termos de consumos de substâncias psicoativas, incluindo o tabaco.

Esta constatação reforça a necessidade de melhorar a articulação entre o programa e os estabelecimentos de ensino, garantindo uma presença mais regular, reconhecida e eficaz da PSP nos espaços públicos adjacentes às escolas.

Os dados apresentados não corroboram a literatura existente, uma vez que o patrulhamento das áreas envolventes às escolas constitui, segundo o Departamento de Operações da PSP (2025), uma das principais valências do programa, em contraste com a perceção dos inquiridos, conforme evidenciado na tabela 20.

Tabela 20

Grau de presença da Polícia de Segurança Pública no meio envolvente à escola

Resposta	Frequência	%
1	3	6,52%
2	13	28,26%
3	16	34,78%
4	10	21,74%
5	4	8,7%

Seguidamente, na questão “Alguma vez sentiu insegurança ao deslocar-se de ou para a escola?”, constatou-se, na tabela 21, que os resultados indicam que quase metade dos inquiridos (45,65%) afirmou já ter sentido insegurança ao deslocar-se de ou para a escola. Este é um dado particularmente relevante e preocupante, na medida em que evidencia que, embora exista uma ligeira maioria (54,35%) que não experienciou esse sentimento, uma proporção significativa de estudantes já identificou insegurança nesse contexto.

Esta perceção de insegurança pode estar diretamente relacionada com os resultados anteriormente apresentados sobre a baixa visibilidade da PSP nas imediações escolares, espoletando a perceção de um ambiente menos seguro, especialmente em horários de menor movimento ou em zonas escolares menos iluminadas, sobretudo durante o inverno.

Neste sentido, os dados reforçam a necessidade de reforçar as medidas de policiamento de proximidade no contexto escolar, uma vez que a integração de estratégias de prevenção mais visíveis e eficazes no espaço público adjacente à escola é fundamental para mitigar estes sentimentos de insegurança e promover um ambiente mais tranquilo e propício à aprendizagem e ao desenvolvimento dos jovens.

Desta forma, procurou-se compreender os níveis de insegurança num contexto bastante específico, nomeadamente o trajeto casa-escola-casa, parcialmente abrangido pelo Programa Escola Segura. Esta preocupação revela-se pertinente, uma vez que, conforme aponta Ferreira (2010), o sentimento de insegurança é fortemente condicionado por fatores locais e situacionais, sendo os percursos quotidianos, especialmente os realizados por jovens, espaços particularmente sensíveis a essas perceções.

Tabela 21*Insegurança no trajeto casa-escola-casa*

Resposta	Frequência	%
Sim	21	45,65%
Não	25	54,35%

Na questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique a principal causa relacionada.”, foi verificável que a causa mais apontada pelos inquiridos foi a abordagem por pedintes, sobretudo toxicodependentes, com 52,38% das respostas, evidenciando que situações de aproximação não solicitada, muitas vezes associadas a comportamentos imprevisíveis, são percebidas como ameaçadoras. Esta realidade pode gerar desconforto e um sentimento constante de vulnerabilidade nos trajetos escolares, sobretudo em zonas urbanas com menor vigilância.

Segue-se com 33,33%, o assédio verbal ou físico por desconhecidos, o que evidencia a necessidade de estratégias de sensibilização e intervenção focadas na segurança preventiva, como o reforço da presença policial, a ampliação da videovigilância e a implementação de ações de proximidade mais eficazes. Curiosamente, esta sugestão vai ao encontro da literatura, na medida em que de acordo com o Município do Funchal (2025), foi implementada uma rede de câmaras de videovigilância de elevada qualidade, distribuídas por vários pontos estratégicos da cidade.

Para além deste aspeto, a presença de indivíduos em situação de sem-abrigo foi referida por 14,29%, revelando que, embora não sejam, por si só, uma ameaça direta, a sua permanência em determinados locais pode contribuir para uma perceção de insegurança associada a contextos de marginalidade ou exclusão social.

É de notar que nenhum dos inquiridos mencionou a falta de iluminação urbana ou outros fatores como principal causa, o que poderá indicar que a insegurança sentida se relaciona mais com interações interpessoais do que com condições físicas do espaço urbano, conforme consta na tabela 22.

Estes dados vão ao encontro da literatura existente e das questões previamente analisadas, uma vez que a abordagem por pedintes, especialmente toxicodependentes, surge como um dos principais fatores de desconforto no trajeto casa-escola-casa. Neste contexto, destaca-se a expressiva aprovação (93,48%) da proposta de criação de um corpo de Polícia

Municipal no Funchal, anteriormente constatada, evidenciando a percepção de que esta força poderia responder de forma mais eficaz a problemáticas de natureza socialmente sensível. A Polícia Municipal tem competências específicas para intervir em situações relacionadas com indivíduos em situação de sem-abrigo e toxicodependência, atuando em articulação com entidades da área social (CML, s.d.). Assim, esta força policial pode contribuir não só para o reforço da segurança subjetiva, mas também para o desenvolvimento comunitário, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida nos espaços públicos.

Tabela 22

Causas da insegurança no trajeto casa-escola-casa

Resposta	Frequência	%
Abordagem de pedintes, sobretudo toxicodependentes	11	52,38%
Assédio verbal ou físico por desconhecidos	7	33,33%
Elevada presença de indivíduos em situação de sem-abrigo	3	14,29%
Falta de iluminação urbana	0	0%
Outra	0	0%

Sucedem-se a questão “Considera que a realização de mais ações no âmbito do Programa Escola Segura seria útil?”, que revelou, de acordo com a tabela 23, uma vontade expressiva por parte dos inquiridos relativamente à realização de mais ações no âmbito do Programa Escola Segura, com 86,96% a responder afirmativamente. Este dado é indicativo de que os estudantes reconhecem o valor preventivo, formativo e informativo dessas iniciativas, sentindo que há espaço e necessidade para um maior investimento nesse domínio.

A concordância massiva também pode estar relacionada com os baixos níveis de presença policial percebida nas imediações escolares, bem como com a experiência limitada de muitos estudantes no que toca à participação em ações do programa, tal como anteriormente identificado.

A resposta negativa de apenas 13,04% dos estudantes pode refletir falta de conhecimento sobre o programa, baixa percepção da sua eficácia, ou simplesmente experiências anteriores pouco impactantes, o que reforça, por contraste, a necessidade de reformular e dinamizar essas ações, para que sejam mais apelativas, práticas e próximas das realidades juvenis.

Este resultado constitui, portanto, um sinal claro de que os jovens valorizam intervenções que promovam a cidadania, a segurança e a proximidade com as forças policiais, sendo essencial que tais ações sejam mais frequentes, diversificadas e ajustadas aos contextos escolares específicos.

Tabela 23

Necessidade de realização de mais ações no âmbito do Programa Escola Segura

Resposta	Frequência	%
Sim	40	86,96%
Não	6	13,04%

Posteriormente, a questão “Se respondeu negativamente à questão anterior, indique o principal motivo.” revela que os motivos apresentados se repartem, de forma equitativa, por três categorias distintas: a percepção de que as ações existentes são suficientes (33,33%), a alegada falta de impacto dessas ações (33,33%) e a preferência por outros métodos de educação para a segurança pública (33,33%).

A proporção de respostas que consideram as ações atualmente desenvolvidas como adequadas sugere que, para uma parte dos estudantes, a presença e intervenção da PSP através do Programa Escola Segura já corresponde às necessidades identificadas. Não obstante, a menção à falta de impacto por parte de outros inquiridos indica uma percepção de ineficácia ou irrelevância das ações realizadas, apontando para uma possível necessidade de reformulação metodológica das mesmas. Por sua vez, a referência à preferência por métodos alternativos evidencia a valorização de abordagens distintas, potencialmente mais participativas, inovadoras ou ajustadas aos contextos juvenis contemporâneos.

Importa ainda sublinhar que nenhum dos inquiridos mencionou o desinteresse como justificção, o que sugere que, mesmo entre os que manifestaram oposição à realização de mais ações, subsiste uma valorização implícita da temática da segurança pública. De igual modo, a

ausência de respostas na categoria “Outra” demonstra que as opções fornecidas abrangem adequadamente as percepções dos inquiridos, conforme se observa na tabela 24.

Tabela 24

Motivos para a não realização de mais ações no âmbito do Programa Escola Segura

Resposta	Frequência	%
Ações já existentes são suficientes	2	33,33%
Desinteresse	0	0%
Falta de impacto	2	33,33%
Preferência por outros métodos de educação para a segurança pública	2	33,33%
Outra	0	0%

A questão “Indique uma lacuna/desafio inerente ao Programa Escola Segura.” trouxe à luz as principais lacunas/desafios do Programa Escola Segura segundo os principais beneficiários, identificando a falta de integração de atividades práticas (41,3%) como principal lacuna, o que sugere uma necessidade premente de tornar as ações mais dinâmicas, vivenciais e centradas em metodologias ativas. Esta crítica revela que os jovens valorizam abordagens mais interativas, em detrimento de sessões essencialmente teóricas ou expositivas, reforçando a pertinência de uma pedagogia mais envolvente e alinhada com os seus interesses.

Em segundo lugar, surge a referência ao baixo envolvimento da comunidade (23,91%), o que denuncia a percepção de que o programa funciona, por vezes, de forma isolada, sem articulação eficaz com os diversos atores escolares e comunitários. Esta observação aponta para a importância de uma abordagem mais colaborativa, que integre escola, famílias, forças de segurança e comunidade em geral, promovendo uma cultura de segurança partilhada e sustentável, baseada nos princípios do desenvolvimento comunitário.

A falta de acompanhamento contínuo, indicada por 29,57% dos inquiridos, reflete a ideia de que as ações do Programa Escola Segura, embora pontualmente relevantes, não se materializam num esforço sistemático e regular ao longo do tempo. Tal constatação remete para a necessidade de uma intervenção mais estruturada e com presença constante, capaz de

gerar impacto real e duradouro. A baixa frequência de ações, mencionada por 15,22% dos estudantes, complementa a crítica anterior e reforça a ideia de que, além da continuidade, importa também assegurar uma maior regularidade e visibilidade das intervenções.

Por fim, nenhum inquirido assinalou a categoria “Outra”, o que sugere que as opções apresentadas foram suficientes para abarcar as principais preocupações dos estudantes, conforme consta na tabela 25.

Sob esta perspectiva, destaca-se que autores como Calleja (2008) defendem que a educação, neste âmbito, consiste na ação exercida sobre os indivíduos que integram a sociedade, com o objetivo de os capacitar de forma integral, consciente, eficiente e eficaz. Assim, a literatura corrobora os dados obtidos, uma vez que os inquiridos manifestam, novamente, uma clara preferência por atividades práticas, que consideram eficazes e aplicáveis no seu quotidiano.

Tabela 25

Lacunas/desafios do Programa Escola Segura

Resposta	Frequência	%
Baixa frequência de ações	7	15,22%
Falta de acompanhamento contínuo	9	19,57%
Falta de integração de atividades práticas	19	41,3%
Baixo envolvimento da comunidade	11	23,91%
Outra	0	0%

A questão “Indique o principal fator que considera ser potencializador para a prática de crimes exercidos pelas camadas jovens.” revelou que o fator mais apontado foi o consumo de substâncias psicoativas (34,78%), considerado pelos inquiridos como o principal elemento catalisador de comportamentos desviantes entre os jovens. Este dado reflete uma consciência relativamente clara dos riscos associados ao consumo deste tipo de substâncias, bem como das suas implicações na vulnerabilidade social e predisposição para práticas criminais.

Em segundo lugar, surge o ambiente familiar disfuncional (30,43%), destacando-se como um fator estrutural de peso no processo de desenvolvimento dos jovens. Esta resposta evidencia a percepção de que contextos familiares marcados por instabilidade emocional, negligência ou violência podem funcionar como terreno fértil para a adoção de comportamentos de risco, incluindo a prática de infrações criminais.

A influência de pares, ou seja, o impacto das amizades negativas, foi assinalada por 28,26% dos inquiridos, o que confirma o papel determinante do grupo de pares na socialização juvenil. Assim, a pressão dos pares e o desejo de pertença podem, muitas vezes, levar os jovens a envolverem-se em condutas que, de forma isolada, não praticariam.

A influência das redes sociais, embora com menor expressão (6,52%), foi também reconhecida como um fator potencializador, remetendo para os efeitos da exposição a conteúdos violentos ou delituosos, bem como à normalização de determinados comportamentos através das plataformas digitais. Ainda que com uma frequência reduzida, esta resposta denota uma sensibilidade crescente face ao impacto do ambiente virtual na formação de valores e atitudes.

Importa referir que nenhum inquirido indicou a falta de ocupação dos tempos livres, nem recorreu à opção “Outra”, o que sugere que os fatores listados abrangeram adequadamente as percepções dos participantes, como se verifica na tabela 26.

Os dados apresentados estão em consonância com a literatura previamente discutida, bem como com uma ampla gama de estudos reconhecidos na área da psicologia, os quais destacam de forma consistente a associação entre fatores como a desestruturação familiar e a influência do grupo de pares com o aumento da incidência de comportamentos criminais. A literatura revela que, em contextos de vulnerabilidade familiar, o risco de envolvimento em atividades delituosas aumenta significativamente, especialmente quando indivíduos mais jovens são expostos a modelos comportamentais negativos dentro dos seus círculos sociais.

Este fenómeno tende a ser exacerbado pela dinâmica de influência dos pares, uma vez que os adolescentes, na procura por identidade e pertença, tendem a adotar comportamentos que se alinham com os valores e ações dos seus amigos ou grupos sociais, muitas vezes em detrimento de normas sociais estabelecidas.

Tais episódios de confronto são frequentemente alimentados por fatores como exclusão social, escassez de oportunidades e a necessidade de afirmação dentro de um contexto de desigualdade, fatores que, quando conjugados com a pressão exercida pelo grupo de pares, criam um contexto propício para comportamentos violentos.

Tabela 26*Fatores potencializadores para a prática de crimes exercidos pelas camadas jovens*

Resposta	Frequência	%
Influência de pares (amizades negativas)	13	28,26%
Consumo de substâncias psicoativas	16	34,78%
Ambiente familiar disfuncional	14	30,43%
Influência das redes sociais	3	6,52%
Falta de ocupação dos tempos livres	0	0%
Outra	0	0%

Seguidamente, a questão “Indique a ocorrência criminal/não criminal que considera ser mais frequente no seu ambiente escolar.” trouxe à luz que o fenômeno mais mencionado foi a indisciplina geral, com 43,48% das respostas, o que sugere uma percepção predominante de comportamentos que interferem com o normal funcionamento das atividades letivas. Este dado destaca a necessidade urgente de estratégias consistentes de gestão do comportamento em sala de aula e da promoção de uma cultura de respeito mútuo e convivência saudável.

O bullying foi a segunda ocorrência mais referida, com 36,96% das respostas, confirmando a sua persistência como um problema significativo nos estabelecimentos de ensino. Este fenômeno abrange comportamentos tanto verbais como físicos, com impacto direto no bem-estar, autoestima e rendimento dos estudantes visados, reforçando a necessidade de políticas e práticas preventivas eficazes e mecanismos de intervenção precoce.

As agressões físicas foram mencionadas por 6,52% dos inquiridos, o que sugere uma menor incidência deste tipo de violência, embora continue a ser um fator preocupante a ser abordado nas políticas de segurança escolar.

Os danos materiais surgem com 8,69%, indicando que, apesar de serem menos frequentes, continuam a ser uma preocupação no ambiente escolar, com possível impacto na convivência e nas condições de segurança dos alunos.

A categoria “Outra” foi selecionada por 4,35% dos participantes, revelando que, de forma geral, os principais tipos de ocorrências problemáticas em meio escolar foram adequadamente contemplados pelas opções apresentadas, conforme se observa na tabela 27.

Em síntese, os dados recolhidos indicam uma preocupação predominante com comportamentos de natureza relacional e disciplinar no ambiente escolar, destacando a importância de intervenções educativas eficazes, programas que promovam o respeito e a empatia, e um acompanhamento contínuo por parte de equipas multidisciplinares, em colaboração com iniciativas como o Programa Escola Segura.

Estes dados são corroborados pela literatura, na medida em que vários estudos destacam a importância de abordagens educativas que valorizem a construção de um ambiente escolar positivo, focado na prevenção de comportamentos disruptivos e na promoção de valores como o respeito e a empatia. De acordo com autores como Moreno (2012), programas de intervenção que envolvem a participação ativa da comunidade escolar, incluindo estudantes, professores e famílias, são essenciais para criar um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento saudável dos jovens.

Tabela 27

Ocorrências criminais/não criminais mais frequentes em ambiente escolar

Resposta	Frequência	%
Bullying	17	36,96%
Danos materiais	4	8,69%
Indisciplina geral	20	43,48%
Agressões físicas	3	6,52%
Outra	2	4,35%

Sucedeu-se a questão “Sente-se à vontade para reportar ocorrências ou comportamentos inadequados na sua escola?”, cuja pertinência se reforça pela sua relação direta com o fenómeno mais mencionado na questão anterior, o bullying, evidenciando, assim, a importância de compreender a disponibilidade dos estudantes para agir face a comportamentos desviantes em contexto escolar.

Os resultados demonstram que a esmagadora maioria dos inquiridos (71,74%) afirmou que a sua disposição para reportar tais ocorrências depende da situação, o que revela uma

atitude condicionada por múltiplos fatores, como a gravidade da ocorrência, o envolvimento de colegas próximos, o receio de represálias ou a percepção de eficácia dos mecanismos de denúncia existentes. Esta resposta majoritária indica que, embora haja sensibilidade para identificar comportamentos inadequados, persistem barreiras à denúncia, muitas vezes associadas a questões emocionais, sociais ou institucionais.

Apenas 26,09% dos estudantes declararam sentir-se plenamente à vontade para reportar, o que, embora positivo, representa ainda uma minoria. Tal resultado reforça a necessidade de promover ambientes escolares mais seguros e acolhedores, onde o estudante sinta confiança para comunicar situações de risco sem receio de consequências negativas. Neste domínio, o Programa Escola Segura assume um papel crucial ao estabelecer relações de proximidade entre os agentes da PSP, as escolas e os estudantes, promovendo espaços de escuta ativa, prevenção e intervenção precoce.

Esta função é corroborada por autores como Moreno (2012), que defende que o fortalecimento das relações de confiança no seio da comunidade educativa é essencial para o desenvolvimento de práticas preventivas eficazes. Adicionalmente, o Departamento de Operações da PSP (2025) sublinha que a presença regular e acessível da polícia nas escolas visa igualmente estimular o reporte de ocorrências.

Por outro lado, apenas 2,17% dos inquiridos afirmaram não se sentir à vontade para reportar em qualquer circunstância, como visível na tabela 28. Este dado parece indicar que a maioria dos estudantes não rejeita totalmente a denúncia, mas sim a condiciona a variáveis contextuais, o que reforça a importância de continuar a investir em estratégias educativas, formativas e relacionais que promovam a denúncia segura, anónima e eficaz.

Tabela 28

Disposição dos estudantes para reportar ocorrências ou comportamentos inadequados em contexto escolar

Resposta	Frequência	%
Sim	12	26,09%
Não	1	2,17%
Depende da situação	33	71,74%

Seguidamente, a questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique qual seria a sua intervenção se testemunhasse uma situação de bullying com agressões físicas.”, mostrou que a maioria dos inquiridos (66,67%) optaria por reportar imediatamente a situação a docentes ou funcionários não docentes, demonstrando uma tendência positiva para a adoção de comportamentos responsáveis e conscientes. Esta resposta indica que os estudantes reconhecem a autoridade das estruturas escolares e compreendem a importância de recorrer a responsáveis como forma de garantir a segurança de todos os envolvidos.

Por outro lado, uma minoria (8,33%) indicou que tentaria intervir diretamente na situação, o que pode revelar uma predisposição para a ação imediata, mas que, embora nobre em termos de intenção, pode acarretar riscos, tanto para o interveniente como para os outros, caso não seja feita de forma adequada. Este dado reforça a importância de sensibilizar os alunos para estratégias seguras de intervenção e a relevância do encaminhamento para as entidades competentes.

Adicionalmente, 25% dos inquiridos afirmaram que não sabem o que fariam, dependendo da situação concreta, o que sugere alguma indecisão ou insegurança face a cenários de elevada tensão emocional. Esta hesitação pode estar relacionada com a falta de preparação para lidar com situações de conflito, apontando para a necessidade de promover ações de capacitação que incluam simulações, debates e dinâmicas de role-playing, de modo a dotar os estudantes de ferramentas práticas para agir com eficácia e segurança.

Verificou-se, ainda, que não houve qualquer seleção da opção “Outra”, o que parece indicar que as alternativas apresentadas foram suficientemente abrangentes para refletir as principais tendências de resposta.

Em síntese, os resultados, evidenciados na tabela 29, demonstram que, embora exista uma maioria inclinada para a mediação institucional e formal, ainda subsiste um espaço relevante para o reforço da literacia emocional e da formação em resolução de conflitos, essenciais para uma cidadania ativa e solidária no contexto escolar.

Este cenário é corroborado pela literatura, na medida em que autores como Moreno (2012) destacam a importância de uma abordagem educativa centrada na participação ativa dos alunos e na promoção de valores como o respeito, a empatia e a não violência. Através de estratégias como dinâmicas de grupo, simulações ou debates orientados, os estudantes podem ser dotados de competências práticas que favoreçam uma resposta adequada a situações de risco. Este tipo de intervenção também vai ao encontro dos objetivos do Programa Escola Segura, ao promover a responsabilização cívica dos jovens e contribuir para a construção de um ambiente escolar mais seguro e inclusivo (Departamento de Operações da PSP, 2025).

Tabela 29*Intervenção num hipotético cenário de bullying com agressões físicas*

Resposta	Frequência	%
Reportaria imediatamente aos docentes/não docentes	8	66,67%
Tentaria intervir diretamente na situação	1	8,33%
Não sei o que faria, só na instância momentânea	3	25%
Outra	0	0%

A questão “Considera que os professores e funcionários escolares são eficazes em garantir a segurança em termos de ambiente escolar?” revelou que a maioria dos inquiridos (65,22%) considera que essa eficácia depende da situação. Esta perceção sugere que os estudantes avaliam a atuação dos profissionais escolares com base em variáveis contextuais, como a gravidade dos acontecimentos, a disponibilidade dos responsáveis no momento, o tipo de relação com os jovens envolvidos e a própria cultura organizacional da escola. Este resultado demonstra que, embora exista reconhecimento do empenho por parte de docentes e não docentes, os estudantes identificam uma certa falta de consistência ou previsibilidade na forma como são geridas situações de conflito ou risco, o que pode comprometer a confiança plena nos mecanismos de segurança interna.

Apenas 23,91% dos participantes afirmaram considerar os professores e funcionários eficazes na garantia da segurança, o que, embora constitua um dado positivo, permanece como uma minoria. Este valor aponta para a necessidade de reforçar a formação contínua destes profissionais em matérias como a mediação de conflitos e a gestão de comportamentos de risco, com o intuito de consolidar práticas que transmitam confiança aos estudantes. Segundo Vasconcelos (2019), capacitar a comunidade escolar para lidar com situações de tensão e conflito é essencial para fomentar um espaço educativo mais seguro e participativo, onde os estudantes sintam que as suas preocupações são levadas a sério.

Por outro lado, 10,87% dos estudantes declararam não considerar eficaz a atuação dos docentes e não docentes neste domínio, o que, ainda que minoritário, é um indicador a ter em conta, conforme consta na tabela 30. Este dado pode refletir experiências negativas, ausência

de intervenção em situações problemáticas ou uma percepção de passividade institucional. Como refere Faria (2009), a ausência de resposta por parte das instituições pode gerar desmotivação, desconfiança e sentimento de desproteção nos membros da comunidade escolar, comprometendo o desenvolvimento de um ambiente de confiança e corresponsabilidade.

Tabela 30

Manutenção da segurança em ambiente escolar pelo corpo docente e não docente

Resposta	Frequência	%
Sim	11	23,91%
Não	5	10,87%
Depende da situação	30	65,22%

Seguidamente, os resultados da questão “Já testemunhou ou teve conhecimento de casos de indisciplina fora da escola (incluindo períodos de férias letivas) envolvendo colegas ou jovens da sua faixa etária?”, revelam, de acordo com a tabela 31, que 65,22% dos inquiridos afirmaram ter testemunhado ou tido conhecimento de situações de indisciplina ocorridas fora do contexto escolar, o que evidencia a prevalência de comportamentos inadequados também em ambientes não supervisionados, como espaços públicos, eventos sociais ou momentos de lazer durante as férias. Este dado é particularmente relevante, pois sugere que a indisciplina juvenil não é um fenómeno circunscrito ao espaço escolar, mas constitui antes um reflexo de uma realidade comportamental mais ampla, influenciada por fatores sociais, familiares e relacionais.

De acordo com Moreno (2012), a conduta juvenil é moldada por múltiplos contextos de socialização, sendo que a escola, a família e os grupos de pares desempenham papéis fundamentais. Quando a regulação e o acompanhamento estão ausentes nesses contextos, a probabilidade de ocorrência de comportamentos desviantes tende a aumentar. Isto corrobora a ideia de que é necessária uma intervenção que vá além da escola, envolvendo as comunidades locais e os agentes sociais no desenvolvimento de respostas educativas preventivas.

Por outro lado, 34,78% dos inquiridos indicaram não ter testemunhado nem ter tido conhecimento de tais situações, o que pode traduzir uma menor exposição a contextos de risco ou uma percepção menos crítica face a comportamentos considerados desviantes. Tal como refere Vasconcelos (2019), a percepção da indisciplina está frequentemente associada ao grau de sensibilização e ao nível de envolvimento do indivíduo com a comunidade.

A elevada percentagem de testemunhos de indisciplina juvenil fora da escola reforça a importância de estratégias educativas integradas e comunitárias, que não se restrinjam ao espaço escolar, mas que envolvam também famílias, entidades locais e estruturas juvenis. Assim, intervenções que promovam o desenvolvimento de competências socioemocionais, a cidadania ativa e a ocupação saudável dos tempos livres podem constituir respostas eficazes para mitigar esta realidade. Neste sentido, Idanez e Ander-Egg (citados por Moreno, 2012) defendem que o desenvolvimento comunitário deve incluir a participação ativa da população em programas educativos e sociais que promovam a inclusão, a responsabilização e o bem-estar coletivo.

Em síntese, os dados apresentados apontam para a necessidade de uma abordagem preventiva contínua e multidisciplinar, que reconheça a complexidade dos comportamentos juvenis e atue de forma coesa dentro e fora do ambiente escolar.

Tabela 31

Testemunhos de casos de indisciplina juvenil

Resposta	Frequência	%
Sim	30	65,22%
Não	16	34,78%

Seguidamente, na questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique um caso.”, verificou-se que as agressões físicas constituíram o tipo de ocorrência mais referido, com 43,33% das respostas. Este dado é indicativo de uma preocupação significativa com episódios de violência interpessoal entre pares, os quais podem ocorrer em diferentes contextos sociais.

Segue-se o consumo ou venda de substâncias ilícitas, com 26,67% das respostas, o que aponta para a exposição e/ou envolvimento de jovens em comportamentos de risco. Este é um sinal de alerta importante, não apenas pela gravidade do comportamento, mas também pelas suas possíveis consequências ao nível da saúde, segurança e integração social dos jovens envolvidos.

Os danos materiais ou atos de vandalismo surgem com 20% das menções, refletindo comportamentos que, embora não envolvam diretamente vítimas humanas, evidenciam

desrespeito por bens públicos ou privados e contribuem para a degradação dos espaços comunitários, sobretudo em termos de mobiliário urbano.

A categoria “Outro” corresponde a 10% das respostas, podendo incluir comportamentos menos recorrentes ou de difícil classificação pelos inquiridos, o que também aponta para a diversidade de formas que a indisciplina pode assumir, como se observa na tabela 32.

De forma geral, os dados evidenciam que os comportamentos indisciplinados entre jovens fora do ambiente escolar configuram uma realidade multifacetada e preocupante, que exige intervenções integradas, educativas e preventivas, capazes de atuar sobre os fatores de risco e promover estilos de vida saudáveis e socialmente responsáveis. Reforça-se a ligação entre os fatores de risco e comportamentos associados à delinquência juvenil, uma vez que estes elementos se revelam consistentes com os dados oficiais e os relatórios analisados. A sua presença recorrente nos diferentes documentos evidencia que variáveis como contextos familiares instáveis, dificuldades económicas, ou exposições a ambientes de risco contribuem para explicar, ainda que de forma sintética, a manifestação de comportamentos desviantes entre jovens. Esta convergência entre evidência empírica e fontes institucionais sublinha a relevância destes fatores para a compreensão global do fenómeno.

Em linha com os dados apresentados, Vasconcelos (2019) destaca que comportamentos como agressões físicas, consumo de substâncias ilícitas e vandalismo são frequentemente influenciados por fatores sociais, familiares e culturais. A indisciplina juvenil fora do ambiente escolar reflete uma complexidade comportamental que não pode ser atribuída a uma única causa, mas resulta antes da interação de diferentes influências. A literatura sugere que a intervenção eficaz requer uma abordagem multidisciplinar que envolva tanto a escola como a comunidade, com foco no desenvolvimento de competências socioemocionais e na promoção de comportamentos socialmente responsáveis, a fim de mitigar tais comportamentos e garantir um ambiente mais seguro e saudável para os jovens (Vasconcelos, 2019).

Tabela 32*Tipos de casos de indisciplina juvenil*

Resposta	Frequência	%
Agressões físicas	13	43,33%
Roubo ou furto	0	0%
Danos materiais (vandalismo)	6	20%
Consumo/venda de substâncias ilícitas	8	26,67%
Outro	3	10%

Sucedese a questão “Alguma vez sentiu que foi pressionado(a) ou influenciado(a) a participar em atividades ilícitas/incivilizadas e/ou a exercer comportamentos de risco (consumo de álcool/drogas) por colegas ou pessoas da sua faixa etária?”, onde se verificou que 58,7% dos inquiridos afirmaram já ter sentido algum tipo de pressão ou influência exercida por colegas ou indivíduos da sua idade para o envolvimento em comportamentos ilícitos, incivilizados ou de risco, como o consumo de substâncias psicoativas. Este dado é particularmente relevante, na medida em que evidencia a forte influência que o grupo de pares pode exercer durante a adolescência, período caracterizado por uma procura ativa de aceitação e pertença social.

O facto de uma maioria significativa reconhecer esta influência sugere que muitos jovens se confrontam com dilemas éticos e sociais no seu quotidiano, sendo a pressão dos pares um dos principais vetores de iniciação a comportamentos desviantes, conforme evidenciado em secções anteriores. Este fenómeno destaca a necessidade de capacitar os jovens com ferramentas para resistir a estas pressões, promovendo competências como a assertividade, a tomada de decisão informada e o pensamento crítico.

Por outro lado, 41,3% dos inquiridos referiram nunca ter experienciado esse tipo de influência, o que poderá refletir contextos sociais mais protetores, maior autonomia pessoal, ou, simplesmente, menor exposição a grupos de risco, conforme indicado na tabela 33. Este grupo representa uma base importante sobre a qual se pode fortalecer uma cultura juvenil mais consciente e resiliente.

Em síntese, os dados evidenciam que a influência dos pares constitui um fator determinante nas escolhas comportamentais dos jovens, sendo essencial que a escola, a família e os programas de prevenção invistam na criação de ambientes de apoio, onde os adolescentes possam desenvolver-se de forma segura, confiante e ética.

Neste sentido, os resultados estão alinhados com a literatura, pois a influência dos pares é amplamente reconhecida como um fator chave no desenvolvimento de comportamentos desviantes entre jovens. Vasconcelos (2019) destaca que a interação com o grupo social pode reforçar atitudes agressivas, como o bullying e o consumo de substâncias ilícitas, que extravasam o espaço escolar e se manifestam também em outros contextos sociais. A literatura sublinha ainda a importância de uma abordagem integrada, envolvendo escolas, famílias e comunidade, com intervenções educativas e preventivas que mitiguem comportamentos desviantes e promovam atitudes responsáveis e saudáveis (Silva, 1964; Piedade, 2017).

Tabela 33

Influência de pares em relação à indisciplina

Resposta	Frequência	%
Sim	27	58,7%
Não	19	41,3%

A questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique o tipo de pressão/influência sentida, mesmo que não tenha sido efetuada.” revelou que a maioria dos inquiridos (59,26%) referiu ter sido influenciada no sentido do consumo de substâncias psicoativas, o que sugere que a pressão para o respetivo consumo continua a ser uma das formas mais prevalentes de influência entre pares. Este comportamento pode ser impulsionado por fatores como a procura de aceitação social, a influência de modelos comportamentais nos grupos de amigos ou a ausência de informação aprofundada sobre os riscos associados ao consumo dessas substâncias.

Em segundo lugar, 33,33% dos respondentes assinalaram ter sentido pressão para exercer bullying sobre outros colegas. Esta resposta revela a existência de uma cultura de agressividade ou hostilidade em determinados grupos juvenis, onde a prática de bullying pode ser percecionada como uma forma de afirmação identitária ou de integração no grupo.

Por fim, 7,41% dos inquiridos indicaram ter sido pressionados a cometer danos materiais, o que remete para comportamentos como vandalismo ou destruição de propriedade, muitas vezes incentivados por pares que procuram expressar rebeldia ou desafiar normas sociais estabelecidas.

Importa sublinhar que nenhum participante assinalou outro tipo de influência não previsto nas categorias oferecidas, o que pode indicar uma concentração das pressões sociais juvenis nas áreas previamente identificadas, conforme consta na tabela 34.

Em suma, os dados evidenciam que as pressões para o envolvimento em comportamentos de risco ou antissociais assumem formas diversas, com destaque para o consumo de substâncias psicoativas e para práticas agressivas como o bullying.

Estes resultados encontram-se em consonância com a literatura sobre a influência dos pares, particularmente no que respeita ao consumo de substâncias psicoativas e à prática de bullying (Departamento de Operações da PSP, 2025). Adicionalmente, a procura de rebeldia e a influência exercida pelos pares são apontadas como fatores determinantes em comportamentos de risco, como o vandalismo, conforme salientado por Silva (1964).

Tabela 34

Tipos de pressão/influência sentida relativamente à indisciplina

Resposta	Frequência	%
Exercer bullying para com outros colegas	9	33,33%
Cometer danos materiais	2	7,41%
Consumir substâncias psicoativas	16	59,26%
Outra	0	0%

A questão “Já presenciou/teve conhecimento de algum colega que consumiu ou você já consumiu alguma substância psicoativa (álcool, cannabis, etc.)?” confirmou as hipóteses formuladas, revelando que 56,52% dos inquiridos afirmaram ter consumido ou presenciado o consumo de substâncias psicoativas, enquanto 43,48% indicaram nunca ter presenciado nem consumido tais substâncias.

Este dado sugere que o consumo de substâncias psicoativas continua a constituir uma realidade relevante entre os jovens, sendo particularmente preocupante o facto de mais de metade dos participantes ter tido contacto direto ou indireto com essas práticas. A presença e o acesso facilitado a este tipo de substâncias podem ser explicados pela sua ampla disponibilidade e pela normalização social do consumo em determinados contextos, o que pode contribuir para a diminuição da perceção dos riscos associados.

A facilidade de acesso, aliada à naturalização do consumo em certos ambientes sociais, desempenha um papel determinante na decisão dos jovens de consumir, como destacam autores como Silva (2019), ao referirem que, em contextos onde o consumo é frequentemente percecionado como aceitável, o risco de envolvimento com substâncias psicoativas tende a aumentar.

Por outro lado, o facto de 43,48% dos respondentes não terem relatado consumo nem contacto com este tipo de comportamento pode evidenciar que uma parte significativa dos jovens mantém uma postura de resistência face a estas influências, o que reforça a importância de intervenções preventivas sustentadas, capazes de promover a consciencialização crítica sobre os riscos do consumo, especialmente em ambientes sociais onde a pressão dos pares pode ser determinante, como se observa na tabela 35.

Tabela 35

Consumo de substâncias psicoativas pelos jovens

Resposta	Frequência	%
Sim	26	56,52%
Não	20	43,48%

A questão “Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique qual/quais.” revelou que 49,02% dos inquiridos indicaram o álcool como a substância mais consumida, o que está alinhado com os padrões de consumo observados em diversas comunidades, apesar de ser ilegal para a faixa etária em análise. O álcool, por ser uma substância legal e amplamente aceite em muitas culturas após determinada idade, é frequentemente a porta de entrada para o consumo de substâncias psicoativas entre os jovens. Este dado reforça a sua relevância no âmbito das estratégias de prevenção.

A cannabis foi mencionada por 24,49% dos inquiridos, evidenciando que, embora o álcool seja mais consumido, esta substância também se destaca como uma das mais utilizadas entre os jovens. Este dado é preocupante, na medida em que o consumo de cannabis pode comprometer o desenvolvimento cognitivo e emocional, estando ainda frequentemente associado a outros comportamentos de risco.

O haxixe (também referido localmente como “chamon”) foi assinalado por 18,37% dos inquiridos. Este dado reforça a necessidade de estratégias diferenciadas para abordar as diversas formas de substâncias ilícitas, muitas vezes com concentrações elevadas de princípios ativos e, conseqüentemente, maior potencial de risco.

Por fim, 8,16% dos jovens indicaram o consumo de “Outras” substâncias, o que pode incluir uma diversidade de drogas menos comuns, como visível na tabela 36. Ainda que com menor expressão, este valor indica que o consumo de substâncias psicoativas além das mais referidas continua a representar um desafio junto das comunidades juvenis, sobretudo num contexto onde o uso de drogas sintéticas tem vindo a aumentar.

Tabela 36

Tipos de substâncias psicoativas consumidas pelos jovens

Resposta	Frequência	%
Álcool	24	49,02%
Cannabis	12	24,49%
Haxixe/Chamon	9	18,37%
Outra	4	8,16%

Seguidamente, a questão “Se respondeu à questão anterior, indique se foi em dia de aulas e/ou próximo ao recinto escolar.” trouxe resultados que mostram que 50% dos inquiridos afirmaram que o consumo de substâncias psicoativas ocorreu em dia de aulas ou nas imediações da escola, enquanto os restantes 50% indicaram que tal consumo não aconteceu nesse contexto.

Este dado é particularmente relevante, pois indica que, embora metade dos jovens não tenha experienciado nem presenciado o consumo de substâncias nas imediações ou durante o período escolar, a outra metade refere uma exposição direta a comportamentos de risco em proximidade com o espaço educativo, o que pode afetar negativamente a segurança, o bem-

estar e a saúde dos estudantes. O consumo de substâncias psicoativas nesse contexto acentua os riscos de incidentes relacionados com a saúde, a violência e a indisciplina, além de comprometer a qualidade do ambiente de aprendizagem.

Estes dados presentes na tabela 37 sugerem a necessidade urgente de reforçar os mecanismos de prevenção, vigilância e sensibilização em torno das escolas, de forma a mitigar as oportunidades de consumo de substâncias e assegurar um espaço mais seguro, saudável e propício ao desenvolvimento dos alunos.

Tabela 37

Consumo de substâncias psicoativas em dia de aulas e/ou próximo ao recinto escolar

Resposta	Frequência	%
Sim	13	50%
Não	13	50%

Posteriormente, a questão “Se já frequentou alguma ação do Programa Escola Segura, considera que após a sua participação houve alguma alteração no seu comportamento, atitude e/ou pensamento pela positiva?” demonstrou que 66,67% dos inquiridos afirmaram ter sentido uma alteração positiva nas suas atitudes, comportamentos e/ou formas de pensar, enquanto 33,33% indicaram não ter notado qualquer mudança.

Este dado é bastante relevante, pois sugere que, para a maioria dos jovens, o Programa Escola Segura exerce um impacto positivo ao nível da sensibilização e da consciencialização, contribuindo potencialmente para o desenvolvimento de uma maior responsabilidade social e comportamental. Este impacto pode refletir-se na diminuição de comportamentos de risco, no aumento da adoção de condutas proativas ligadas à segurança e cidadania, bem como na melhoria da perceção dos jovens em relação à sua própria segurança e à dos outros.

Por outro lado, o facto de 33,33% dos inquiridos não perceberem mudanças pode indicar a necessidade de reforçar, diversificar ou adaptar os métodos e conteúdos do programa, de forma a garantir uma maior eficácia e abrangência, ou pode mesmo refletir resistência à mudança por parte de alguns jovens ou dificuldades na internalização das mensagens-chave.

De forma geral, os dados demonstram que o Programa Escola Segura tem um impacto relevante sobre uma parte significativa dos estudantes, mas também sinalizam a importância

de aperfeiçoar continuamente as suas abordagens, maximizando o seu alcance e garantindo transformações duradouras e significativas em todos os participantes.

Assim sendo, os dados apresentados na tabela 38 são corroborados pela literatura existente, conforme refere o Departamento de Operações da PSP (2025), ao destacar o trabalho contínuo e dedicado do Programa Escola Segura na área da educação preventiva, com efeitos positivos evidenciados por dois terços dos inquiridos.

Tabela 38

Impacto positivo no comportamento, atitude e/ou pensamento através do Programa Escola Segura

Resposta	Frequência	%
Sim	16	66,67%
Não	8	33,33%

A questão “Se respondeu negativamente à questão anterior, indique por que motivo considera que não houve impacto.” demonstrou que, de acordo com a tabela 39, 37,5% dos inquiridos referiram que a temática da ação não correspondia às necessidades da sua faixa etária, indicando que o conteúdo abordado não foi suficientemente relevante nem ajustado à realidade e aos interesses dos jovens. Este dado sugere que, para que o programa produza um impacto mais efetivo, é necessário alinhar as temáticas às preocupações, desafios e estágios de desenvolvimento específicos de cada grupo etário.

Adicionalmente, 12,5% dos participantes referiram que o método de formação foi meramente expositivo, o que o tornou desinteressante. Este dado reforça a importância de recorrer a metodologias mais dinâmicas e participativas, como atividades práticas, debates estruturados ou simulações, que potenciem o envolvimento dos estudantes e favoreçam a aprendizagem experiencial, em detrimento de abordagens exclusivamente transmissivas, frequentemente associadas à desmotivação juvenil.

A maioria dos inquiridos (50%) indicou “outras razões” não especificadas nas opções fornecidas, o que aponta para a existência de motivações diversas e possivelmente mais complexas para a perceção de ineficácia. Esta resposta sinaliza a importância de realizar avaliações qualitativas mais aprofundadas, que permitam compreender com maior precisão as perceções dos jovens relativamente ao conteúdo, formato e impacto das ações.

Em suma, a ausência de impacto pode estar relacionada com a irrelevância temática face à idade dos participantes, a pouca atratividade das metodologias utilizadas e a existência de fatores não captados pelos instrumentos de inquérito. Este cenário reforça a necessidade de personalizar os programas educativos e de adotar estratégias pedagógicas que considerem a diversidade de interesses, experiências e necessidades dos estudantes, com o objetivo de aumentar a eficácia das ações e o seu envolvimento significativo. Ainda assim, num panorama geral, o programa revela-se amplamente positivo, conforme evidenciado por respostas anteriores.

Estes resultados encontram respaldo na literatura sobre o desenvolvimento comunitário, que defende a importância da participação ativa dos indivíduos na definição e construção das respostas às suas necessidades reais (Idanez & Ander-Egg, 1980, citado por Moreno, 2012). A falta de alinhamento entre os conteúdos das ações e os interesses dos jovens pode comprometer a sua eficácia, uma vez que, como sublinha Piedade (2017), a educação deve promover não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a capacitação crítica, a participação e a valorização da experiência vivida.

Tabela 39

Causas da ineficácia das ações do Programa Escola Segura

Resposta	Frequência	%
A temática da ação não correspondia com as necessidades da minha faixa-etária	3	37,5%
A iniciativa foi muito vaga ou teve pouco tempo de duração	0	0%
O método de formação foi meramente expositivo, tornando-se desinteressante	1	12,5%
Outra	4	50%

Seguidamente, na questão “Se respondeu afirmativamente à questão sobre alterações no seu comportamento, atitude e/ou pensamento pela positiva, indique a principal alteração.”, observou-se que a principal mudança apontada foi uma maior consciencialização sobre determinadas problemáticas, com 43,75% dos estudantes a indicar que o programa contribuiu para um entendimento mais profundo de questões relacionadas com a segurança, a cidadania e os comportamentos de risco. Este dado sugere que as ações do programa estimularam a reflexão dos jovens sobre os desafios sociais que envolvem a sua proteção individual e a convivência comunitária.

Além disso, 31,25% dos participantes relataram um aumento do sentido de responsabilidade cívica, indicando que o programa teve um impacto relevante ao motivá-los a envolver-se de forma mais ativa e consciente na sociedade, valorizando a participação, o respeito pelas normas coletivas e o compromisso com o bem comum.

Enquanto 12,5% referiram uma redução de comportamentos de risco, como o consumo de substâncias ou atitudes agressivas, o que revela um efeito positivo do programa na prevenção de condutas prejudiciais, 12,5% destacaram a sensibilização para o impacto pessoal e coletivo do crime, sugerindo que o programa incentivou uma maior compreensão das consequências dos comportamentos desviantes, tanto para os indivíduos como para a comunidade.

Por fim, 0% indicaram a opção “Outra”, o que pode demonstrar que as categorias apresentadas foram suficientemente abrangentes para refletir as principais perceções dos jovens, conforme ilustrado na tabela 40.

Estes resultados reforçam o impacto educativo relevante e multidimensional do Programa Escola Segura, promovendo a consciencialização, a responsabilidade cívica e a prevenção de comportamentos de risco entre os jovens. Conforme destaca Silva (2020), programas de base comunitária, quando ajustados às realidades juvenis e aplicados com metodologias participativas, possuem maior potencial transformador, ao contribuírem para o fortalecimento de atitudes positivas e de laços sociais duradouros.

Nesta linha, o desenvolvimento comunitário assume um papel essencial, atuando de forma articulada com escolas, famílias e demais atores locais, no sentido de promover ambientes seguros, inclusivos e potenciadores da cidadania ativa.

Tabela 40

Alterações positivas no comportamento, atitude e/ou pensamento em função das ações do Programa Escola Segura

Resposta	Frequência	%
Maior consciência sobre determinadas problemáticas	7	43,75%
Aumento do sentimento de responsabilidade cívica	5	31,25%
Redução de comportamentos de risco	2	12,5%
Sensibilização para o impacto pessoal e coletivo do crime	2	12,5%
Outra	0	0%

Por fim, a questão “Considera que a intervenção precoce através da promoção da cidadania na sua faixa etária é fundamental para construir uma geração com comportamentos e atitudes mais positivos, reduzindo a hipótese de no futuro haver elevados índices criminais?” revelou que 69,57% dos inquiridos consideram essa intervenção essencial, sugerindo um forte consenso sobre a importância da educação cívica e da intervenção precoce na prevenção criminal a médio e longo prazo. Este dado destaca que uma parte significativa dos jovens reconhece o valor dos programas educativos e das ações de sensibilização, enquanto mecanismos com potencial para moldar atitudes responsáveis e fomentar uma cultura de cidadania ativa e de respeito pelas normas sociais.

Por outro lado, 30,43% dos inquiridos indicaram que a intervenção precoce poderia ser eficaz, ao escolherem a opção “Talvez”. Este grupo reflete uma posição mais cética ou hesitante quanto à eficácia destas medidas na redução dos índices criminais futuros, sugerindo a necessidade de uma maior demonstração empírica do seu impacto ou indicando que os jovens percebem que outros fatores como o contexto familiar, socioeconómico ou comunitário também exercem forte influência no comportamento juvenil.

O facto de nenhum inquirido ter selecionado a opção “Não” reforça o consenso sobre a relevância da intervenção precoce na construção de uma geração mais consciente, resiliente

e menos propensa a comportamentos desviantes. Este resultado sustenta a ideia de que ações preventivas e educativas, especialmente iniciadas em fases precoces do desenvolvimento, são amplamente reconhecidas como estratégias eficazes para a construção de uma sociedade mais segura, justa e participativa.

Desta forma, os dados presentes na tabela 41 encontram respaldo na literatura, uma vez que a educação e o desenvolvimento comunitário constituem instrumentos essenciais através dos quais os cidadãos, em articulação com os poderes públicos, procuram melhorar as suas condições económicas, sociais e culturais. Trata-se de um processo educativo vivenciado no seio da comunidade, orientado para a transformação de comportamentos, atitudes e formas de pensar, agir e estar. Neste sentido, assume especial relevância como estratégia de intervenção precoce com impacto na segurança pública a médio e longo prazo (Nações Unidas, 1964, citado por Silva, 1964).

Tabela 41

Importância da intervenção precoce na segurança pública a médio e longo prazo

Resposta	Frequência	%
Sim	32	69,57%
Não	0	0%
Talvez	14	30,43%

Em síntese, os dados analisados evidenciam que programas de prevenção, como o Programa Escola Segura, possuem um elevado potencial para promover mudanças significativas na perceção, nas atitudes e nos comportamentos dos jovens. Contudo, os resultados também evidenciam a importância de adequar as estratégias às especificidades da faixa etária e aos contextos sociais vivenciados pelos estudantes, reforçando o papel da educação e do desenvolvimento comunitário como pilares fundamentais na promoção de uma cidadania ativa e de uma cultura de segurança partilhada.

Adicionalmente, constata-se que a generalidade dos dados obtidos corroboram a literatura existente, permitindo compreender que a conjugação entre intervenção precoce, educação e prevenção criminal contribui significativamente para o desenvolvimento da cidadania. Esta última é entendida, sobretudo, como o “exercício dos direitos e deveres que o sujeito possui” (Colodete et al., 2008, p. 15). Assim, quando o exercício da cidadania é

praticado de forma livre e consciente, promove-se o desenvolvimento comunitário sustentado pelos direitos, liberdades e garantias que asseguram o bem-estar social. Tal constatação confirma a teoria de Moreno (2012), que defende que “o desenvolvimento comunitário é fator importante no desenvolvimento de um país, visto que é uma forma de garantir o bem-estar social dos membros pertencentes às próprias comunidades” (p. 27).

Além disso, o próprio autor sublinha a importância da participação ativa da comunidade no seu processo de desenvolvimento ao afirmar que “é relevante participação da comunidade no seu processo de desenvolvimento” (Moreno, 2012, p. 27). O presente estudo constitui um exemplo dessa dinâmica participativa, uma vez que representa um contributo para a comunidade ao promover a análise e reflexão dos dados recolhidos junto dos beneficiários do Programa Escola Segura, nomeadamente: a diversificação das metodologias pedagógicas; o reforço da articulação entre escola, famílias e comunidade; a criação de mecanismos de escuta e denúncia acessíveis e fiáveis; o investimento na formação contínua de professores e funcionários; e a monitorização e avaliação sistemática do impacto das ações do programa.

CAPÍTULO VIII - TRIANGULAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

8.1. Cruzamento da Informação entre o Responsável pelo Programa Escola Segura, Responsável pela Direção Escolar e Beneficiários do Programa Escola Segura

A análise triangulada dos dados recolhidos junto do responsável pelo Programa Escola Segura, do responsável pela direção escolar e dos principais beneficiários do programa permitiu identificar múltiplas dimensões sobre a perceção da segurança no meio escolar e envolvente. Esta abordagem, sustentada pela análise de conteúdo apresentada no Apêndice D, bem como pela interpretação feita no subcapítulo anterior, evidencia a complexidade do fenómeno da segurança.

Em primeiro lugar, verifica-se que o Programa Escola Segura apresenta fortes potencialidades enquanto mecanismo de prevenção criminal e de promoção da cidadania, embora com determinadas lacunas e desafios por colmatar, sobretudo do ponto de vista da escassez de integração de atividades práticas, do baixo envolvimento da comunidade, da falta de acompanhamento contínuo, bem como da baixa frequência de ações, o que faz com que cerca de 48% dos inquiridos nunca tivessem frequentado uma ação do programa. A isto agrava-se o facto de apenas cerca de 13% dos estudantes que participaram em ações do Programa Escola Segura afirmarem que estas ocorreram na escola atual. Este dado é problemático, considerando que os inquiridos estão no período de ensino secundário, ou seja, no final da sua formação obrigatória, a qual é abrangida pelo Programa Escola Segura.

Este fenómeno indica uma baixa regularidade e visibilidade operacional do programa em algumas instituições, sugerindo a ausência de um plano sistemático e contínuo de intervenção. Esta sugestão é corroborada pelos dados obtidos através do responsável pela direção escolar, que garante que “Não há nenhum tipo de planeamento prévio entre escola e PSP”, sendo que as ações ocorrem, geralmente, apenas quando solicitadas. Em contrapartida, o responsável pelo Programa Escola Segura afirma que “No início do ano a PSP faz uma calendarização das atividades a desenvolver pelas suas subunidades operacionais junto das escolas”. Face a esta dissonância, não é possível retirar uma conclusão definitiva sobre a existência ou ausência de um planeamento estruturado, o que suscita futuros estudos que explorem esta articulação interinstitucional em maior profundidade, investigando os mecanismos de planeamento, comunicação e articulação entre as forças de segurança e as direções escolares no âmbito do Programa Escola Segura. De forma semelhante, não é possível

retirar quaisquer ilações sobre a avaliação do programa entre escola e PSP, uma vez que ocorre, novamente, uma dissonância entre os entrevistados.

Para além do supracitado, também se verificou que a frequência das ações promovidas na escola em análise é reduzida, com apenas três intervenções por ano letivo, segundo os dados da escola analisada, o que é apontado como insuficiente para produzir um impacto significativo e duradouro na comunidade escolar. Ao cruzar e interpretar os dados entre o responsável pela direção escolar e o responsável pelo Programa Escola Segura, constata-se que esta média de intervenções por escola se enquadra na prática habitual, sendo considerada representativa do padrão regional.

Estas limitações contrastam com os dados oficiais da PSP e do responsável pelo Programa Escola Segura, que indicam milhares de ações realizadas nos últimos anos, sendo que “No ano letivo 2023/2024 o Comando Regional da Madeira realizou 1.120 ações de sensibilização nos distintos níveis de ensino”. Tal discrepância pode ser explicada pela elevada dispersão territorial das ações, por fragilidades na coordenação local ou até pela escassez de efetivo policial afeto ao programa, conforme defendido pelo responsável pelo Programa Escola Segura.

A forma como as ações são conduzidas também influencia significativamente a presente discussão, na medida em que, quando o conteúdo é pouco adaptado à faixa etária ou metodologicamente expositivo, a sua eficácia é comprometida. Verificou-se que 37,5% dos estudantes referiram que os temas não se ajustavam à sua realidade, e 12,5% criticaram a abordagem por ser pouco dinâmica. Isso reforça a necessidade de uma metodologia mais participativa e diferenciada, com foco em estratégias interativas, atividades práticas e experiências contextualizadas, que promovam a proximidade com os interesses e desafios reais dos jovens.

Do lado do responsável pelo Programa Escola Segura, há um claro reconhecimento das limitações estruturais e operacionais, sobretudo quanto à capacidade de cobertura territorial e temporal, exacerbada pela falta de recursos humanos devido a dificuldades no recrutamento, fenómeno este que tem sido recorrente nas forças de segurança nos últimos anos. Desta forma, a atuação é muitas vezes reativa, em resposta a situações específicas, ao invés de seguir uma lógica preventiva contínua. Esta estratégia, ainda que não ideal, apresenta-se como compreensível face aos constrangimentos operacionais atualmente enfrentados.

Já o responsável pela direção escolar defende o reforço da presença da PSP junto às escolas através do patrulhamento exterior, sendo esta a única lacuna identificada, uma vez que há “Uma perceção positiva, visto que sempre que solicitado vêm à escola”. Em relação ao

patrulhamento exterior, os dados contrastam com os do responsável pelo Programa Escola Segura, que afirma que o mesmo é suficiente face às necessidades reais. Contudo, os estudantes revelam uma perceção distinta, considerando que o atual policiamento de proximidade, sobretudo na área envolvente à escola, é reduzido, sublinhando que essa ausência contribui para um sentimento persistente de insegurança. Esta exigência por segurança vai ao encontro das teorias do policiamento de proximidade, designadamente de David (2014) e das diretrizes do MIPP (PSP, 2019), as quais defendem que este modelo é essencial para reforçar a confiança comunitária e reduzir perceções de risco.

Apesar destas lacunas/desafios identificados, os dados mostram claramente que cerca de 87% dos estudantes desejam mais ações do Programa Escola Segura, o que indica um elevado grau de aceitação e valorização por parte do público-alvo. Este interesse revela a pertinência das intervenções e a sua perceção como experiências educativas significativas por parte dos jovens. Estes dados corroboram as informações proferidas pelo responsável pelo Programa Escola Segura, que afirma que “A atual participação da PSP no contexto escolar é adequada e correspondente à missão atribuída”.

Desta forma, a perceção geral sobre o Programa Escola Segura é afirmativa, com cerca de 67% dos estudantes a reconhecerem o impacto positivo nas atitudes, comportamentos ou pensamentos. A consciencialização para os riscos foi apontada por cerca de 67% dos jovens como o aspeto mais eficaz do programa, seguida pela promoção de comportamentos securitários e informação sobre direitos e deveres. Estes dados indicam que os objetivos fundamentais do programa, designadamente educar para o respeito pelas normas e prevenir comportamentos de risco, estão, em larga medida, a ser cumpridos, sobretudo no plano da formação cívica. Tal perceção é reforçada pela opinião dos dois entrevistados, que destacaram a “capacidade de sensibilização” como uma das dimensões mais eficazes da intervenção.

Assim, constatou-se um elevado grau de reconhecimento e valorização das ações do Programa Escola Segura por parte dos três grupos. Os beneficiários destacaram a utilidade de intervenções sobre bullying, consumo de substâncias psicoativas, segurança rodoviária e direitos humanos, considerando-as fundamentais para a sua formação cívica e pessoal. Este dado reforça as teorias de que a educação para a cidadania é uma ferramenta poderosa de prevenção criminal (Tomás & Belo, 2012).

De igual forma, o responsável pelo Programa Escola Segura enfatizou que a dimensão educativa constitui um dos pilares centrais da sua atuação, pois permite, a médio e longo prazo, construir uma cultura de respeito pela lei e pelos valores democráticos. Esta abordagem

encontra eco nas políticas de segurança pública a nível macro, meso e micro, que priorizam a prevenção e a promoção de comportamentos seguros desde a infância (União Europeia, 2010).

Neste sentido, ambos os entrevistados advogam a introdução sistemática de conteúdos sobre segurança pública no currículo escolar, considerando que “É essencial para minimizar a criminalidade no futuro. Não é um investimento em vão.”. O responsável pelo Programa Escola Segura chegou mesmo a sugerir a integração de “temáticas policiais na disciplina de Cidadania, ministradas por polícias, de forma que pudéssemos alcançar todos os jovens num determinado estabelecimento escolar”.

Paralelamente à estratégia formal anteriormente referida, o responsável pela direção escolar defende “A criação de uma associação de pais na escola, no sentido de apelar aos Encarregados de Educação para estas problemáticas securitárias.”. Já o responsável pelo Programa Escola Segura refere que a PSP já promove abordagens e iniciativas neste âmbito, embora destaque a importância de reforçar a colaboração entre escolas e forças de segurança, nomeadamente através da inserção estruturada da temática da segurança pública na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

Para além do espaço escolar, os estudantes estão inseridos em contextos sociais mais amplos e diversos, com realidades quotidianas distintas que influenciam diretamente a sua perceção de segurança.

Assim, é igualmente essencial considerar dimensões como a criminalidade na comunidade local, a segurança pública em espaços não escolares e o sentimento de insegurança experienciado fora do contexto educativo, reconhecendo que a vivência dos jovens em relação ao risco e à proteção transcende os limites físicos da escola.

Sob este ponto de vista, verifica-se que, para além da atuação do Programa Escola Segura, a comunicação social assume um papel central enquanto principal fonte de informação sobre criminalidade junto dos estudantes. De acordo com os dados recolhidos, cerca de 62% dos inquiridos afirmaram que os meios de comunicação são o principal canal através do qual constroem a sua perceção sobre a segurança pública. Este dado confirma a centralidade da comunicação social na formação das perceções sociais, conforme defendido por Ferreira (2010).

Não obstante, tanto o responsável pelo Programa Escola Segura como o responsável pela direção escolar expressaram preocupação relativamente à forma como a comunicação social retrata a criminalidade, considerando que a ênfase em episódios violentos ou excecionais pode distorcer a perceção pública da segurança. O responsável pelo programa sublinhou que “O sentimento de insegurança não é real, é uma perceção errada, influenciada pela

comunicação social, mas que varia conforme o contexto, como é natural”, indo ao encontro da teoria de que o sentimento de insegurança é um discurso baseado na vitimização, sendo uma construção social veiculada pelos meios de comunicação e pelo discurso político, com o objetivo de legitimar a adoção de medidas de natureza repressiva (Ferreira, 2010).

Contudo, é fundamental destacar que o responsável pela direção escolar reconheceu de forma inequívoca que há, efetivamente, um sentimento de insegurança entre os estudantes. Sublinhou ainda que, independentemente da correspondência entre as percepções subjetivas e os dados estatísticos de criminalidade, este sentimento existe enquanto a realidade é experienciada e, por isso, não deve ser desvalorizado. Esta posição confirma a importância de considerar o sentimento de insegurança como um fenômeno relevante, com impacto direto na qualidade de vida dos indivíduos. Esta visão contrapõe-se à narrativa que tende a desvalorizar o sentimento de insegurança como mera manifestação de vitimização, valorizando-o e reconhecendo-o enquanto expressão individual, psicológica e social, e não apenas como reflexo de indicadores objetivos. É essencial compreender essa vivência, dado que, mesmo sem uma correspondência factual imediata, o sentimento de insegurança afeta um número significativo de cidadãos, podendo influenciar profundamente os seus comportamentos, decisões e bem-estar (Ferreira, 2010).

Sob este ponto de vista, apesar de, em múltiplos casos, o sentimento de insegurança relatado pelos jovens não resultar de experiências diretas, mas sim de narrativas sociais, relatos de terceiros ou informações mediáticas, é importante sublinhar que a existência desse sentimento, independentemente da sua origem, tem efeitos reais e concretos no quotidiano dos indivíduos, influenciando os seus comportamentos, as interações sociais e até o seu bem-estar emocional.

Outro elemento que emerge da triangulação de dados são os fatores que potenciam a prática criminal entre os jovens, tendo-se constatado, de acordo com o responsável pela direção escolar, que incluem “Traficantes nas áreas envolventes à escola, influências de pares, falta de vigilância familiar, escolar e das forças de segurança, mas sobretudo um ambiente familiar disfuncional”. Paralelamente, o responsável pelo Programa Escola Segura assegura, com base em fundamentos teóricos, que “Estão associados a fatores individuais, grupo de pares, relacionais e familiares, mas sobretudo às questões que envolvem a família. No entanto, o papel da polícia e da escola não se sobrepõe ao papel familiar”. Já os jovens identificam como principais fatores potenciadores da prática criminal o consumo de substâncias psicoativas, a disfunção familiar, a pressão dos pares e a influência das redes sociais.

Desta forma, constata-se que o consumo de substâncias psicoativas tem uma influência significativa, provavelmente devido ao descontrolo comportamental que provoca. Contudo, os fatores potenciadores mais frequentemente identificados e sustentados teoricamente, relacionam-se sobretudo com um contexto familiar disfuncional. De acordo com Ferri (1897), as condições familiares e socioeconómicas constituem fatores determinantes no risco de delinquência juvenil. Para além disso, destaca-se a influência dos pares, um fenómeno amplamente abordado por Tomás e Belo (2012), que evidenciam o papel dos grupos de pertença na formação de normas sociais e comportamentais desde idades precoces, tanto de forma positiva quanto negativa.

Em termos escolares, estes fatores manifestam-se de forma menos intensa, uma vez que as ocorrências criminais e não criminais nas instituições escolares “ocorrem de uma forma esporádica”. Em contrapartida, cerca de 65% dos próprios jovens admitem que já testemunharam ou tiveram conhecimento de casos de indisciplina envolvendo colegas ou jovens da sua faixa etária, evidenciando a prevalência de comportamentos inadequados, com destaque para o consumo de substâncias psicoativas, nomeadamente álcool e cannabis. Estes dados são reforçados pela afirmação do responsável pela direção escolar, que referiu que “Em 2022 houve um pico em termos de consumos de drogas nas áreas envolventes à escola”. De igual modo, os temas abordados nas ações do Programa Escola Segura parecem responder às preocupações identificadas, englobando a prevenção do consumo de álcool, drogas e outras substâncias psicoativas.

Relativamente às estratégias de prevenção e promoção da cidadania e segurança escolar/envolvente, verifica-se que, na perspetiva do responsável pela direção escolar, existe a intenção de consolidar um papel de prevenção e reação mediante um conjunto articulado de ações. Esta visão alinha-se com a do responsável pelo Programa Escola Segura, que defende a manutenção do atual modelo de policiamento no contexto escolar, assumindo funções preventivas e reativas, e afirmando que este se encontra adequado à realidade específica da região. Não obstante, os estudantes, enquanto beneficiários diretos do Programa Escola Segura, consideram que há necessidade de reforçar tais estratégias, com especial ênfase no policiamento de proximidade, conforme já referido anteriormente.

A prova do apoio ao reforço do policiamento de proximidade é o facto de a esmagadora maioria dos inquiridos (93,48%) defender que a CMF deveria criar um corpo de Polícia Municipal, à semelhança dos existentes na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto. Esta proposta é igualmente sustentada pelo responsável pela direção escolar, que considera que “Seria, de facto, uma mais-valia significativa para a segurança nas imediações da escola, pelo

menos a nível de presença policial”, sublinhando que essa presença não só melhora a perceção de segurança, como também contribui para a dissuasão e prevenção de comportamentos desviantes. Já o responsável pelo Programa Escola Segura entende que a eventual criação deste corpo policial é indiferente para a atuação da PSP, afirmando que os seus serviços seriam prestados com ou sem esse reforço municipal.

Desta forma, a triangulação dos dados evidenciou que a escola é percecionada pelos estudantes como um espaço seguro e estruturante, com capacidade para atenuar os efeitos negativos associados a contextos familiares ou sociais desfavoráveis. É também vista como um ambiente de respeito e proteção, o que contribui para a ocorrência reduzida de comportamentos criminais e não criminais dentro do espaço escolar, em contraste com o que os jovens reportam ocorrer fora dele, onde assinalam uma maior prevalência de comportamentos desviantes na sua faixa etária.

Neste enquadramento, Lopes (2006) defende que a confiança na escola como espaço de segurança constitui um pilar fundamental para o sucesso educativo, promovendo simultaneamente a coesão social e o desenvolvimento comunitário.

Em síntese, a triangulação da informação evidencia que as questões relacionadas com a segurança pública são complexas e assumem contornos muito específicos no contexto escolar. A análise permitiu responder às várias questões de investigação, com especial destaque para a questão-problema: “Qual é o impacto dos programas educativos na prevenção da criminalidade e na promoção da cidadania na Região Autónoma da Madeira?”

Os dados permitem concluir que estes programas, nomeadamente o Programa Escola Segura, exercem um impacto claramente positivo e mensurável nas atitudes, comportamentos e formas de pensar dos jovens, destacando-se, em particular, a sua capacidade de sensibilização, amplamente reconhecida pelos próprios beneficiários.

Para além deste aspeto, foi possível retirar diversas ilações e dar resposta às questões específicas da investigação, a partir dos seguintes dados:

- O Programa Escola Segura contribui de forma efetiva para a promoção da cidadania e a prevenção da criminalidade, ao articular a educação, a proximidade e a intervenção preventiva no seio de um espaço privilegiado de socialização como é a escola. Posiciona-se, assim, como um instrumento essencial de intervenção precoce, cujo impacto a médio e longo prazo é reconhecido por cerca de 67% dos beneficiários, que atribuíram uma importância elevada às ações desenvolvidas (valores de 4 e 5 numa escala de 1 a 5);
- Verifica-se a necessidade premente de adoção de novas técnicas e métodos nas intervenções do Programa Escola Segura, com especial enfoque nas metodologias ativas.

Acresce a esta necessidade o facto de se observar uma baixa regularidade e cobertura das ações, conforme referido pelos estudantes, situação que, segundo o responsável pelo Programa Escola Segura, está relacionada com a escassez de recursos humanos disponíveis;

- A educação tem a capacidade de transformar as atitudes dos indivíduos em relação à criminalidade, através de mecanismos de influência comportamental e do desenvolvimento do pensamento crítico e ético, conforme indicado por cerca de 67% dos estudantes que já beneficiaram do referido programa. Esta evidência é reforçada pela capacidade de sensibilização referida pelos entrevistados como um dos principais contributos do programa;
- O medo do crime e o sentimento de insegurança são moldados por fatores sociais, mediáticos, institucionais e emocionais, sendo perceções subjetivas que afetam os indivíduos independentemente da sua correspondência com a realidade objetiva. Os dados recolhidos indicam que 73,91% dos estudantes referem sentir medo e 43,48% manifestam sentir insegurança, fatores que podem comprometer a sua qualidade de vida, devendo, por isso, constituir objeto de estudos futuros;
- O policiamento de proximidade assume um papel central na criação e manutenção de ambientes seguros, sendo que a proposta de criação de um corpo de Polícia Municipal no Funchal recolheu o apoio maioritário entre os estudantes (93,48%) e do responsável pela direção escolar, enquanto o responsável pelo Programa Escola Segura manifestou uma posição neutra, considerando indiferente a sua implementação para a atuação da PSP.

Em última instância, os dados analisados demonstram que a prevenção criminal e a promoção da cidadania junto dos jovens são processos contínuos e estruturantes, cujo impacto se constrói de forma gradual e sustentada. Como afirmam Tomás e Belo (2012), trata-se de uma tarefa morosa e não imediata, que exige a evolução da cidadania e da consciência social no seio de toda a sociedade, sendo o contexto escolar o espaço privilegiado para a sua concretização. Neste sentido, destaca-se que “a escola é, para muitos jovens, o único espaço de acesso a saberes, valores e práticas de convivência democrática, indispensáveis para o exercício pleno da cidadania” (Carr, 2008, p. 23). Reafirma-se, assim, o papel essencial da educação como alicerce de uma segurança pública duradoura, participada e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos anos, tem-se observado um crescimento exponencial da criminalidade, ainda que se tenha registado um ligeiro decréscimo entre os anos de 2023 e 2024. Trata-se, portanto, de uma problemática que continua a ser merecedora de atenção e intervenção, sobretudo baseada em princípios de prevenção sustentados pela educação.

Em primeiro lugar, os estudos analisados indicam que a educação desempenha um papel central na promoção da segurança pública, não só por fomentar valores cívicos, como por constituir um eficaz mecanismo de prevenção. Contudo, a produção académica nesta área continua a evidenciar fragilidades, nomeadamente quanto à articulação entre educação e segurança, apontando para a necessidade premente de investigações que promovam uma compreensão mais integrada e operacionalizável. Foi precisamente a partir dessa lacuna teórica que esta investigação se desenvolveu, procurando aferir o impacto da educação na segurança pública. O objetivo passou por contribuir para a construção de comunidades mais seguras e coesas, oferecendo igualmente fundamentos robustos para o delineamento de políticas públicas mais eficazes, coerentes e adaptadas às necessidades contemporâneas.

Esta dissertação insere-se simultaneamente no contexto académico e prático, com especial relevo para o campo das Ciências Sociais, na medida em que analisa a intersecção estratégica entre educação e segurança pública, domínios com impacto direto no desenvolvimento social e na qualidade de vida das comunidades. No âmbito académico, o trabalho representa uma contribuição relevante para o enriquecimento do quadro teórico relativo à prevenção criminal, preenchendo, ainda que parcialmente, a lacuna existente na literatura especializada, sobretudo no contexto regional. Por outro lado, no plano prático, esta investigação fornece evidência empírica significativa, passível de sustentar a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais eficazes, especialmente no que respeita à consolidação e reformulação de programas educativos de carácter preventivo.

Para tal, um ponto de partida neste âmbito foi a análise aprofundada do Programa Escola Segura, implementado pelo Ministério da Administração Interna em articulação com o Ministério da Educação.

Destaca-se que o Programa Escola Segura estabelece pontes eficazes entre os cidadãos, as forças de segurança e outras instituições, potenciando uma cultura de cooperação interinstitucional, responsabilidade social e cidadania ativa.

Não obstante, apesar do esforço contínuo no domínio da prevenção criminal e da redução dos índices de criminalidade no último ano, verifica-se a consolidação de um sentimento de insegurança latente, que tem persistido na comunidade local desde o período pandémico, revelando-se um desafio adicional à perceção de segurança pública.

Desta forma, torna-se imperativo reforçar a aposta na educação para a segurança pública, uma vez que as projeções indicam que, ao sensibilizar e capacitar precocemente os cidadãos, serão construídas bases sólidas para o desenvolvimento de uma cultura sustentada nos direitos humanos, na responsabilidade social, na resolução pacífica de conflitos e na literacia em segurança interna, contribuindo, assim, para a coesão e o desenvolvimento comunitário.

Neste sentido, a presente dissertação encontrou terreno fértil desde a fase do seu projeto, ao já prever a utilização de uma metodologia mista, permitindo, assim, uma análise mais abrangente e profunda. Esta abordagem possibilitou a integração de dados quantitativos, que proporcionam uma visão estatística e objetiva, com dados qualitativos, de natureza subjetiva e descritiva, que permitem compreender de forma mais densa as experiências humanas e as dinâmicas sociais.

Ainda no âmbito do projeto de investigação, foram formuladas algumas hipóteses exploratórias, fundamentadas na revisão da literatura. Deduzia-se, por exemplo, que mais de 90% dos participantes já teriam frequentado pelo menos uma ação do Programa Escola Segura. No entanto, apenas 24 dos 46 inquiridos (52%) confirmaram essa participação, contrariando tal expectativa.

Outra hipótese previa que o bullying seria identificado como uma constante em contexto escolar e, por vezes, extrapolaria para contextos não escolares, dado que estudos anteriores o destacam como um dos principais desafios educativos. Esta suposição foi confirmada, uma vez que os dados indicaram que o bullying é a ocorrência mais mencionada no meio escolar pelos inquiridos.

Adicionalmente, deduziu-se que pelo menos 1/4 dos participantes já teria consumido ou presenciado o consumo de substâncias psicoativas. Esta hipótese foi também validada, pois cerca de 57% dos inquiridos referiram ter tido essa experiência direta ou indireta, ou seja, mais de 1/2 dos inquiridos.

Por fim, também foi formulada a hipótese de que o sentimento de insegurança teria aumentado nos últimos anos, tendo sido parcialmente corroborada pelo responsável pela direção escolar que atestou essa perceção e cerca de 43% dos inquiridos, que afirmaram sentir-

se inseguros. Embora não representem a maioria, constituem uma proporção significativa, reforçando a relevância desta problemática no contexto educativo.

Assim, verifica-se que a segurança escolar e envolvente constitui um fenómeno complexo e multifatorial, cuja compreensão exige uma abordagem integrada e sensível às dinâmicas sociais, familiares e educativas que moldam as vivências dos jovens.

O reconhecimento da existência efetiva do sentimento de insegurança, conforme sublinhado pelo responsável pela direção escolar, ainda que não seja predominante, implica a necessidade de desenvolver estratégias que articulem prevenção criminal, educação para a cidadania e reforço da confiança institucional. Com base nesta matéria, emergem diversas sugestões práticas, destacando-se: a realização de um estudo multidimensional sobre a segurança na RAM, desmistificando a dimensão objetiva e subjetiva do sentimento de insegurança; a integração da educação para a segurança pública no currículo escolar; o desenvolvimento do Programa Escola Segura através da integração de profissionais civis, a fim alcançar mais estudantes nas suas ações, dando resposta à lacuna verificada na tabela 15; assim como a execução de um estudo sobre a “criminalidade sazonal” no Porto Santo, fazendo ponte com a presente dissertação, incluindo ativamente o Porto Santo, especialmente enquanto ilha, nestas matérias.

Neste seguimento, programas como o Programa Escola Segura assumem um papel fundamental, não apenas na resposta a situações de risco, mas também na promoção de uma cultura de segurança, inclusão e participação ativa da comunidade educativa.

Assim, a presente investigação permite afirmar que o Programa Escola Segura constitui um instrumento determinante na promoção da cidadania e na prevenção criminal junto das camadas jovens, ao articular educação, proximidade e intervenção precoce num dos principais espaços de socialização, que é a escola. Contudo, torna-se evidente a necessidade de repensar metodologias e estratégias de atuação, com ênfase na adoção de métodos pedagógicos mais participativos e na superação das limitações impostas pela escassez de recursos humanos, que comprometem a regularidade e a abrangência das ações.

Confirma-se também que a educação se afirma como um meio eficaz de transformação das atitudes perante o crime, através da sensibilização, do pensamento crítico e da consciencialização. De igual modo verificou-se que o medo e a insegurança, influenciados por diversos fatores, afetam a vida dos estudantes. Em paralelo, valoriza-se o policiamento de proximidade e apoia-se a criação de uma Polícia Municipal no Funchal, visando uma maior confiança e segurança no espaço público. Esta abrangência de ilações que vão desde a capacidade de sensibilização até à aplicabilidade de modelos alternativos de policiamento de

proximidade enquanto dimensão socioeducativa, está alinhada com Tonry (2014), que afirma que “a educação desempenha um papel crucial na prevenção do crime ao oferecer às crianças e jovens as ferramentas necessárias para o desenvolvimento pessoal e social, diminuindo fatores de risco associados à delinquência” (p. 156).

Por fim, esta dissertação proporciona, assim, um contributo significativo para o aprofundamento do conhecimento sobre a problemática da criminalidade em meio escolar e comunitário, fornecendo dados e reflexões que sustentam a formulação de estratégias mais eficazes e aplicáveis. Ao privilegiar uma abordagem centrada na educação e na prevenção, procura-se não apenas mitigar comportamentos desviantes, mas também promover o bem-estar coletivo, reforçar os laços comunitários e cultivar uma cultura de paz e segurança duradoura. Como afirmou Nelson Mandela, “A paz é a maior arma para o desenvolvimento que qualquer povo pode ter”, e foi precisamente com esse horizonte que esta dissertação se orientou: o de contribuir para a construção de ambientes mais seguros, justos e inclusivos, nos quais o desenvolvimento comunitário possa florescer de forma plena e equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, P. (2008). Políticas de segurança: Visão de futuro. *Revista de Segurança e Defesa*, n.º 8, 50–55. <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/politicas-de-seguranca-visao-de-futuro/18388>
- Assembleia da República. (s.d.). *A construção da democracia (1974–1976)*. <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202104/72/artigos/art2.html>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bauman, Z. (2008). *Medo líquido*. Relógio D'Água.
- Bowen, G. A. (2016). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 16(3), 27–40. <https://doi.org/10.1108/QRJ-D-15-00060>
- Calleja, R. (2008). Os professores deste século: Algumas reflexões. *Revista Institucional Universidad Tecnológica del Chocó: Investigación, Biodiversidad y Desarrollo*, 27(1), 117–119. <https://pdfs.semanticscholar.org/8cb5/96da0a27837003979488482a096e108733eb.pdf>
- Carr, D. (2008). *Educação para a cidadania: O sentido da educação moral na escola*. Porto Editora.
- Carvalho, M. (2012). Delinquência de crianças e jovens: Uma questão de olhar(es)? *Alicerces: Revista de Investigação, Ciência, Tecnologias e Artes*, 5, 23–35. <https://goo.gl/WJhcjo>
- Clemente, L. (2006). *A polícia em Portugal* (Cadernos INA, N.º 26). Instituto Nacional de Administração.
- CML. (s.d.). *Ações comunitárias*. <https://cidadania.lisboa.pt/acoes-comunitarias/seguranca>
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2017). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5th ed.). SAGE Publications.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia* (2.ª ed.). Casa das Letras.
- David, M. (2014). *Modelo integrado de policiamento de proximidade: Funcionalidades, problemas e potencialidades* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15383/1/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Mestrado%20Marco%20David.pdf>
- Deliberação n.º 16/2023 de 26 de julho. (2023). *Diário da República*, 1.ª série, n.º 144.
- Departamento de Operações da PSP. (2025). *Relatório do ano letivo 2023–2024*. <https://www.psp.pt/PublishingImages/Lists/EscolaSegura/AllItems/RELATORIO%20PES%20-%20Ano%20Letivo%202023-2024.pdf>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2023). *Taxa de criminalidade*. <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/justica/justica-estatisticas-gerais/justica-noticias/4192-24-10-2023-em-2022-a-taxa-de-criminalidade-na-regiao->

[autonoma-da-madeira-ram-aumentou-face-ao-ano-precedente-permanecendo-no-entanto-abaixo-da-media-nacional.html](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/34851/1/Compet%C3%Aancias%20Comunicacionais%20-%20Um%20desafio%20%20atua%C3%A7%C3%A3o%20policial.pdf)

- Duarte, C. (2019). *Competências comunicacionais – Um desafio à atuação policial*. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/34851/1/Compet%C3%Aancias%20Comunicacionais%20-%20Um%20desafio%20%20atua%C3%A7%C3%A3o%20policial.pdf>
- Faria, M. (2009). Educação para o empreendedorismo e desenvolvimento comunitário. In *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 4202–4215). <https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/Xcongreso/pdfs/t9/t9c311.pdf>
- Faria, M. (2009). Educação para o empreendedorismo e desenvolvimento comunitário. In *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 4202–4215). <https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/Xcongreso/pdfs/t9/t9c311.pdf>
- Fernandes, C., & Freitas, R. (2024, 11 de junho). Funchal cria Polícia Municipal para combater o crime e fiscalizar o trânsito. *Diário de Notícias*. <https://www.dnoticias.pt/2024/6/11/409054-cristina-pedra-anuncia-novo-modelo-para-a-policia-municipal-no-funchal/>
- Fernandes, C., & Freitas, R. (2024, 11 de junho). Funchal cria Polícia Municipal para combater o crime e fiscalizar o trânsito. *Diário de Notícias*. <https://www.dnoticias.pt/2024/6/11/409054-cristina-pedra-anuncia-novo-modelo-para-a-policia-municipal-no-funchal/>
- Ferreira, A. (2020, 13 de agosto). Vídeo exemplifica vandalismo no Porto Santo. *Diário de Notícias*. <https://www.dnoticias.pt/2020/8/13/70542-veja-o-video-do-vandalismo-no-porto-santo#>
- Ferreira, S. (2010). *Sentimento de insegurança – Contributos para a construção de indicadores de medida* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/32192>
- Ferreira, S. (2010). *Sentimento de insegurança – Contributos para a construção de indicadores de medida* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/32192>
- Ferri, E. (1897). *Criminal sociology*. Charles Scribner's Sons.
- Ferri, E. (1897). *Criminal sociology*. Charles Scribner's Sons.
- Figueiredo, V. (2022). *Segurança interna e polícias municipais: Contributos para a prevenção criminal* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança

- Interna]. Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal.
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/42507/1/Seguran%C3%A7a%20Interna%20e%20Pol%C3%ADcias%20Municipais.pdf>
- Fortin, M. (1999). *O processo de investigação*. Décarie Éditeur.
- Freire, M. (2009). Paradigmas de segurança no Brasil: Da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3(2), 100–114. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2009.v3.n2.54>
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: Teoria e prática* (3.^a ed.). Celta Editora.
- Graciano, M., Matsuda, F., & Fernandes, F. (2009). *Afinal, o que é segurança pública?* Editora Global.
- Guerra, L. (2016). *Clarificação do conceito de segurança*. In M. Valente (Ed.), *Estudos comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e dos 10 anos da Politeia* (pp. 112–199). ICPOL/ISCPSI.
- Guerra, L. (2016). *Sociologia da insegurança: O mal-estar na modernidade*. Almedina.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2018). *Análise multivariada de dados*. Bookman.
- Henriques, S. (2012). *Amostragem* [Recurso educacional]. Universidade Aberta.
<http://hdl.handle.net/10400.2/4861>
- Jacinto, L. (2013). Pesquisa mostra que investimento em educação reduz criminalidade.
<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/06/05/pesquisa-mostra-que-investimento-em-educacao-reduz-criminalidade.htm>
- Jornal da Madeira. (2024, 26 de outubro). Inquérito JM: 84% dos votantes considera que o sentimento de insegurança aumentou na Madeira.
https://www.instagram.com/jm_madeira/p/DBjX3DXN_bW/
- Lei constitucional n.º 74/1976 de 10 de abril. (1976). *Diário da República*, 1.^a série, n.º 86.
- Lei constitucional n.º 9/1976 de 10 de abril. (1976). *Diário da República*, 1.^a série, n.º 86.
- Lisboa, M., & Teixeira, A. (2015). *Policiamento de proximidade: Representações e práticas da população e inovação organizacional na polícia*.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/75088/1/35-Policiamento%20proximidade-WEB.pdf>
- Lopes, A. (2006). *Segurança e cidadania – Conceitos e políticas*. Edições Culturais da Marinha.
https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Documents/cadernos_navais_n19_outubro_dezembro_2006.pdf
- Loureiro, L. (2006). *Adequação e rigor na investigação fenomenológica em enfermagem – Crítica, estratégias e possibilidade*. *Referência*, 2(2), 21–32.
https://www.researchgate.net/publication/272160823_Loureiro_L_2006_Adequacao_e_Rigo

r na Investigação Fenomenológica em Enfermagem -

Crítica Estratégias e Possibilidades Revista de Enfermagem Referência 2 2 21 - 32

- Manzini, E. (1990). A entrevista na pesquisa social. *Didática*, 26/27. <https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/05/manzinisaopaulo1990.pdf>
- Manzini, E. (2004). Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. *Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos*. https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_e_entrevista_semi-estruturada.pdf
- Maxwell, J. A. (1996). *Qualitative research design: An interactive approach*. Sage Publications.
- Moreno, C. (2012). *Desenvolvimento comunitário, serviço social e mediação social: Papel do assistente social como mediador social no processo de desenvolvimento comunitário* [Memória monográfica, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde]. <https://core.ac.uk/download/pdf/38682696.pdf>
- Morse, J. M. (2018). Critical analysis of strategies for determining rigor in qualitative publications. *Qualitative Health Research*, 28(10), 1370–1380. <https://doi.org/10.1177/1049732318785358>
- Município do Funchal. (2025). *Criminalidade desce no Funchal e as câmaras de videovigilância já estão a ser instaladas*. <https://www.funchal.pt/criminalidade-desce-no-funchal-e-as-camaras-de-videovigilancia-ja-estao-a-ser-instaladas/>
- Oliveira, F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Edições Almedina.
- Pedron, C. (2008). *O método de investigação: Estudo de caso*. <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?fileId=16421&method=getFile>
- Piedade, B. (2017). A educação e o desenvolvimento comunitário como alavanca crucial para a coesão social. *Revista Científica de Educação*, (39), 35–52. <https://www.researchgate.net/publication/319389225>
- Polícia de Segurança Pública [PSP]. (2019). *Policiamento de proximidade na estratégia de segurança interna*. https://2019.conferenciasegurancaurbana.pt/pdfs/1fev_Painel%20Subint%20Hugo%20Gui_note_PSP.pdf
- Polícia de Segurança Pública [PSP]. (2024). *Escola Segura*. <https://www.psp.pt/Pages/atividades/programa-escola-segura.aspx>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (3.ª ed.). Gradiva.
- Raupp, F., & Beuren, I. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In I. M. Beuren (Ed.), *Metodologia da pesquisa aplicada às ciências sociais* (3.ª ed., pp. 76–97). Atlas.

- Revista Científica de Investigação, Ciência, Tecnologias e Artes*. Instituto Politécnico de Lisboa: Edições Colibri. <https://goo.gl/AS18nR>
- Roché, S. (1993). Le sentiment d'insécurité. *Revue Française de Science Politique*, 45(2), 336–340. https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1995_num_45_2_403526
- Sem-abrigo esfaqueado no pescoço na Gare do Oriente. (2024, 7 de outubro). *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/6198292793/sem-abrigo-esfaqueado-no-pescoco-na-gare-do-orient/>
- Serrano, A. (2010). A relação entre cidadania e segurança pública: Implicações para a doutrina de polícia. *Revista Ordem Pública*, 3. <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/30>
- Silva, M. (1964). Oportunidade do desenvolvimento comunitário em Portugal. *Análise Social*, 2(7/8), 498–510. <https://www.jstor.org/stable/41007689?seq=1>
- Sistema de Segurança Interna. (2025). *Relatório anual de segurança interna*. <https://portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDExNwYAs4WfKQUAAAA%3d>
- Skogan, W. (2006). The promise of community policing. In D. Weisburd & A. A. Braga (Eds.), *Police innovation: Contrasting perspectives* (pp. 27–43). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511489334.002>
- Souza, L. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: Conhecendo a análise temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 115–128. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v71n2/05.pdf>
- Teixeira, A., & Lisboa, M. (2015). *Policimento de proximidade: Representações e práticas da população e inovação organizacional na polícia*. Edições Húmus. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/75088/1/35-Policimento%20proximidade-WEB.pdf>
- Tomás, C., & Belo, C. (2012). Conversando sobre direitos humanos e direitos da criança. *Alicerces*:
- Tonry, M. (2014). *Sentencing and corrections in the 21st century*. Oxford University Press.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.
- União Europeia. (2010). *Estratégia de segurança interna da União Europeia – Rumo a um modelo europeu de segurança*. <https://www.consilium.europa.eu/media/30754/qc3010313ptc.pdf>
- Vasconcelos, F. (2019). Educação e cidadania como política criminal: Uma nova missão constitucional para os órgãos da segurança pública. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, 5(4), 485–504. https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/4/2019_04_0485_0504.pdf
- Yin, R. K. (2014). *Case study research: Design and methods* (5th ed.). SAGE Publications.

APÊNDICES

Apêndice A – Inquérito por questionário destinado aos beneficiários do Programa Escola Segura

Nota: O presente inquérito por questionário foi aplicado através da plataforma Microsoft Forms, o que resultou na alteração automática da numeração das questões. No entanto, essa alteração não comprometeu a ordem sequencial das perguntas. Por este motivo, durante a apresentação, análise e interpretação dos dados, não foi feita qualquer referência à numeração das questões.



Inquérito por questionário

Investigação científica – *Educação para a Segurança Pública: Mecanismo de Prevenção Criminal e de Promoção da Cidadania*

O presente inquérito por questionário resulta da Dissertação de Mestrado na área de Educação e Desenvolvimento Comunitário, pela Universidade da Madeira – Faculdade de Ciências Sociais, intitulada por *Educação para a Segurança Pública: Mecanismo de Prevenção Criminal e de Promoção da Cidadania*.

O objetivo deste inquérito reside em obter um conjunto de informações alusivas ao Programa Escola Segura, sentimento de insegurança, criminalidade escolar e geral, entre outras.

O público-alvo deste inquérito por questionário são os estudantes que frequentam a respetiva instituição de ensino, cuja escola beneficia do Programa Escola Segura, do Ministério da Administração Interna, permitindo a aplicação de questões relacionadas ao programa.

Mais se informa que a sua participação nesta investigação é voluntária e não envolve nenhuma compensação financeira. A confidencialidade e o anonimato dos dados serão garantidos durante a investigação. Este inquérito será via online, assim como os dados que nos fornecer não serão rastreáveis nem a sua identidade será tornada pública. Todos os dados serão tratados de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados. Os seus dados serão armazenados com segurança no computador pessoal do investigador e serão exclusivamente para uso científico, nesta investigação de mestrado.

Desta forma, declaro que aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos

e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.

Agradecemos, desde já, a sua participação nesta investigação!

CONSENTIMENTO

Se concordar em participar nesta investigação, por favor, assinale com uma X (cruz) o item abaixo:

Declaro ter lido e compreendido as informações fornecidas, estando plenamente informado/a sobre os objetivos e as condições da minha participação voluntária nesta investigação. Reconheço ainda que posso retirar-me a qualquer momento, sem qualquer consequência adversa, e aceito os termos e condições anteriormente mencionados.

I – Dados Pessoais

1.1. Ano de escolaridade: _____

1.2. Género: _____

Masculino

Feminino

Outro _____

II – Questões Gerais

2.1. Encontra-se a par da criminalidade na Região Autónoma da Madeira (RAM):

Sim

Não

2.1.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique o principal meio pelo qual obteve essa informação:

(Se respondeu negativamente à questão anterior proceda à questão 2.2)

Comunicação social (sites de notícias, telejornais, etc.)

Perceção pessoal verificada no quotidiano

Conversas entre pares

Escola (palestras; aulas; etc.)

Outro _____

2.1.2. Se respondeu à questão anterior, indique o principal fator que considera ser responsável pela criminalidade na RAM:

(Se não respondeu à questão anterior proceda à questão seguinte)

Problemas socioeconómicos (mendicidade)

Aumento do uso de substâncias psicoativas

Políticas de segurança pública ineficientes

Aumento da imigração

Outro _____

2.2. Sente medo de padecer de algum crime (roubo, furto, agressão, assédio, etc.)?

Sim

Não

2.2.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique o crime que sente mais medo de padecer:

(Se respondeu negativamente à questão anterior proceda à questão seguinte)

Roubo ou furto

Agressão física

Violação

Ameaça

Cibercrime

Outro _____

2.3. Sente-se regularmente seguro(a) no seu quotidiano, incluindo deslocações pedonais em horário noturno?

Sim

Não

2.3.1. Se respondeu negativamente à questão anterior, indique o principal motivo:

(Se respondeu afirmativamente à questão anterior proceda à questão seguinte)

Criminalidade local

- Presença de indivíduos em situação de sem-abrigo
- Toxicodependentes/Alcoólicos
- Outro _____

2.4. Considera que o atual policiamento de proximidade (policías apeados) é suficiente para garantir o seu sentimento de segurança?

Sim

Não

2.5. Considera que a Câmara Municipal do Funchal deveria criar um corpo de Polícia Municipal idêntico aos existentes na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, de forma a aumentar os níveis de segurança local?

Sim

Não

2.5.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique a sua principal justificação:

(Se respondeu negativamente à questão anterior proceda à questão seguinte)

- Relação próxima entre polícia-comunidade
- Aumento de meios humanos em prol da segurança pública
- Reforço do policiamento de proximidade centrado na prevenção criminal
- Outro _____

2.6. Considera que a educação é um elemento crucial na prevenção criminal e promoção da cidadania?

Sim

Não

2.6.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique o tipo de abordagem educativa que considera mais eficaz para o efeito:

(Se respondeu negativamente à questão anterior proceda à questão 3.1)

- Programas de prevenção criminal
- Educação familiar
- Aulas (abordagens interdisciplinares relacionadas com a prevenção; etc.)
- Atividades extracurriculares (oficinas; desporto; projetos comunitários; etc.)

Outro _____

2.6.2. Se respondeu afirmativamente à questão 2.6, considera que a educação para a segurança pública deve ser incluída no currículo escolar através da disciplina/projeto de cidadania?

(Se não respondeu à questão anterior proceda à questão 3.1)

Sim

Não

2.6.3. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique um tema que consideraria pertinente para abordar no respetivo contexto:

(Se respondeu negativamente à questão anterior proceda à questão seguinte)

Direitos humanos

Comportamentos aditivos

Bullying

Defesa pessoal

Cidadania ativa

Outro _____

III – Programa Escola Segura

3.1. Já frequentou alguma ação do Programa Escola Segura ministrada pela Polícia de Segurança Pública (PSP)?

Sim

Não

3.1.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique se foi na sua escola atual:

(Se respondeu negativamente à questão anterior proceda à questão 3.2)

Sim

Não

3.1.2. Se respondeu afirmativamente à questão 3.1, indique um tema que já tenha sido abordado em pelo menos uma ação do Programa Escola Segura que participou:

(Se não respondeu à questão anterior proceda à questão 3.2)

- Bullying
- Prevenção criminal geral
- Prevenção do consumo de álcool e drogas
- Violência doméstica e no namoro
- Não me recordo
- Outro _____

3.1.3. Se respondeu afirmativamente à questão 3.1, indique o principal aspeto do Programa Escola Segura que considera mais eficaz na promoção da cidadania entre os jovens?

(Se não respondeu à questão anterior proceda à questão seguinte)

- Informação sobre direitos e deveres
- Consciencialização para os riscos
- Promoção de comportamentos securitários
- Outro _____

3.2. Indique o grau de importância (de 1 a 5) que atribui às ações do Programa Escola Segura enquanto mecanismo de prevenção criminal e de promoção da cidadania:

(1 – Muito pouco importante, 2 – Pouco importante, 3 - Moderadamente importante, 4 - Importante, 5 - Muito importante)

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

3.3. Indique o grau de presença (de 1 a 5) da PSP no meio envolvente à escola:

(1 – Muito pouco presente, 2 – Pouco presente, 3 - Moderadamente presente, 4 - Presente, 5 - Muito presente)

- 1
- 2
- 3

4 ()

5 ()

3.4. Alguma vez sentiu insegurança ao deslocar-se de ou para a escola?

Sim ()

Não ()

3.4.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique a principal causa relacionada:

(Se respondeu negativamente à questão anterior proceda à questão seguinte)

Abordagem de pedintes, sobretudo toxicodependentes ()

Assédio verbal ou físico por desconhecidos ()

Elevada presença de indivíduos em situação de sem-abrigo ()

Falta de iluminação urbana ()

Outra () _____

3.5. Considera que a realização de mais ações no âmbito do Programa Escola Segura seria útil?

Sim ()

Não ()

3.5.1. Se respondeu negativamente à questão anterior, indique o principal motivo:

(Se respondeu afirmativamente à questão anterior proceda à questão seguinte)

Ações já existentes são suficientes ()

Desinteresse ()

Falta de impacto ()

Preferência por outros métodos de educação para a segurança pública ()

Outro () _____

3.6. Indique uma lacuna/desafio inerente ao Programa Escola Segura:

Baixa frequência de ações ()

Falta de acompanhamento contínuo ()

Falta de integração de atividades práticas (workshops, simulações, etc.) ()

Baixo envolvimento da comunidade ()

Outra () _____

IV – Criminalidade Escolar e Geral

4.1. Indique o principal fator que considera ser potencializador para a prática de crimes exercidos pelas camadas jovens:

- Influência de pares (amizades negativas)
- Consumo de substâncias psicoativas
- Ambiente familiar disfuncional
- Influência das redes sociais
- Falta de ocupação dos tempos livres
- Outro _____

4.2. Indique a ocorrência criminal/não criminal que considera ser mais frequente no seu ambiente escolar:

- Bullying
- Danos materiais
- Indisciplina geral
- Agressões físicas
- Outra _____

4.3. Sente-se à vontade para reportar ocorrências ou comportamentos inadequados na sua escola?

- Sim
- Não
- Depende da situação

4.3.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique qual seria a sua intervenção se testemunhasse uma situação de bullying com agressões físicas:

(Se respondeu negativamente ou depende da situação à questão anterior proceda à questão seguinte)

- Reportaria imediatamente aos docentes/não docentes
- Tentaria intervir diretamente na situação
- Não sei o que faria, só na instância momentânea

Outra () _____

4.4. Considera que os professores e funcionários escolares são eficazes em garantir a segurança em termos de ambiente escolar?

Sim ()

Não ()

Depende da situação ()

4.5. Já testemunhou ou teve conhecimento de casos de indisciplina fora da escola (incluindo períodos de férias letivas) envolvendo colegas ou jovens da sua faixa-etária?

Sim ()

Não ()

4.5.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique um caso:

(Se respondeu negativamente à questão anterior proceda à questão seguinte)

Agressões físicas ()

Roubo ou furto ()

Danos materiais (vandalismo) ()

Consumo e/ou venda de substâncias ilícitas ()

Outro () _____

V – Comportamentos e Atitudes

5.1. Alguma vez sentiu que foi pressionado(a) ou influenciado(a) a participar em atividades ilícitas/incivilizadas e/ou a exercer comportamentos de risco (ex: consumo de álcool/drogas) por colegas ou pessoas da sua faixa etária?

Sim ()

Não ()

5.1.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique o tipo de pressão/influência sentida mesmo que não tenha sido efetuada:

(Se respondeu negativamente à questão anterior proceda à questão seguinte)

- Exercer bullying para com outros colegas ()
Cometer danos materiais ()
Consumir substâncias ilícitas ()
Outra () _____

5.2. Já presenciou/teve conhecimento de algum colega que consumiu ou você já consumiu alguma substância psicoativa (álcool, cannabis, etc.):

- Sim ()
Não ()

5.2.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, indique qual/quais:

(Se respondeu negativamente à questão anterior, proceda à questão 5.3)

- Álcool ()
Cannabis ()
Haxixe/Chamon ()
Outra () _____

5.2.2. Se respondeu afirmativamente à questão 5.2, indique se foi em dia de aulas e/ou próximo ao recinto escolar:

(Se não respondeu à questão anterior proceda à questão seguinte)

- Sim ()
Não ()

5.3. Se já frequentou alguma ação do Programa Escola Segura considera que após a sua participação houve alguma alteração no seu comportamento, atitude e/ou pensamento pela positiva?

(Se nunca tiver frequentado alguma ação do programa Escola Segura proceda à questão 5.4)

- Sim ()
Não ()

5.3.1. Se respondeu negativamente à questão anterior, indique por que motivo considera que não houve impacto:

(Se não respondeu à questão anterior proceda à questão 5.4)

- A temática da ação não correspondia com as necessidades da minha faixa-etária ()
A iniciativa foi muito vaga ou teve pouco tempo de duração ()
O método de formação foi meramente expositivo tornando-se desinteressante ()
Outro () _____

5.3.1. Se respondeu afirmativamente à questão 5.3, indique a principal alteração:

(Se não respondeu afirmativamente à questão 5.3 proceda à questão seguinte)

- Maior consciência sobre determinadas problemáticas ()
Aumento do sentimento de responsabilidade cívica ()
Redução de comportamentos de risco ()
Sensibilização para o impacto pessoal e coletivo do crime ()
Outra () _____

5.4. Considera que a intervenção precoce através da promoção da cidadania na sua faixa-etária é fundamental para construir uma geração com comportamentos e atitudes mais positivos, reduzindo a hipótese de no futuro haver elevados índices criminais?

- Sim ()
Não ()
Talvez ()

Apêndice B – Guião da entrevista destinada ao responsável pelo Programa Escola Segura na Região Autónoma da Madeira



Caraterização do entrevistado/a:

Posto/Função: _____

Local: _____

Data: _____ Hora de Início: _____ Hora de Fim: _____

Planeamento e Implementação do Programa Escola Segura

1. Como é desenvolvido o Programa Escola Segura?
2. Geralmente são as escolas ou os responsáveis pelo Programa Escola Segura que solicitam intervenção em ambiente escolar?
3. Existe algum planeamento regional que articule as atividades educativas com as escolas, garantindo que a maioria delas participe ou seja abrangida durante o ano letivo?
4. Quais são as cinco temáticas mais abordadas nas ações do Programa Escola Segura a nível regional?
5. Fazem distinções na frequência, direcionamento, e escolha das temáticas das ações de prevenção consoante os índices de criminalidade escolar/perceção geral de indisciplina?
6. Existe algum balanço final realizado com as escolas acerca das atividades desenvolvidas?

Perceção Sobre o Programa Escola Segura

7. Qual é o principal aspeto do Programa Escola Segura que considera mais eficaz na promoção da cidadania entre os jovens?
8. Considera que existem aspetos a melhorar no Programa Escola Segura?
9. Considera que o policiamento de proximidade nas áreas envolventes às escolas, em particular de ensino secundário do centro do Funchal, é suficiente para garantir a segurança dos estudantes?

Influência do Contexto Socioeconómico no Comportamento e Segurança Escolar/Envolvente

10. Considera que a criminalidade na Região Autónoma da Madeira é uma matéria preocupante e causadora de um sentimento de insegurança na comunidade?
11. Quais são os principais fatores que considera serem potenciadores para a prática de crimes pelas camadas jovens?

Estratégias de Prevenção e Promoção da Cidadania e Segurança Escolar/Envolvente

12. Considera que a Câmara Municipal do Funchal deveria criar um corpo de Polícia Municipal idêntico aos existentes na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, trabalhando em articulação com a Polícia de Segurança Pública, sobretudo no que se refere ao policiamento de proximidade e à promoção da cidadania?
13. Na sua opinião e numa perspetiva futura, que propostas sugere para melhorar a prevenção da criminalidade através do Programa Escola Segura?
14. Na sua experiência, há alguma outra abordagem ou iniciativa que considera importante implementar para promover a segurança e cidadania nas escolas e meio envolvente?

Apêndice C – Guião da entrevista destinada ao responsável pela direção escolar



Caraterização do entrevistado/a:

Função: _____

Local: _____

Data: _____ Hora de Início: _____ Hora de Fim: _____

Perceção Geral Sobre o Programa Escola Segura

1. Qual é a perceção que tem em relação às ações realizadas no âmbito do Programa Escola Segura, sobretudo na sua instituição de ensino?

Planeamento e Implementação do Programa Escola Segura

2. Existe algum planeamento de atividades e articulação entre a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a escola?
3. Em média, quantas ações do Programa Escola Segura ocorrem durante um ano letivo na instituição de ensino?
4. Qual é o principal aspeto do Programa Escola Segura que considera mais eficaz e impactante na promoção da cidadania entre os jovens?
5. Considera que existem aspetos a melhorar no Programa Escola Segura?
6. Existe algum balanço final realizado com a escola acerca das atividades desenvolvidas?

Influência do Contexto Socioeconómico no Comportamento e Segurança Escolar/Envolvente

7. A escola situa-se no centro da cidade do Funchal, na freguesia de Santa Maria Maior, que abrange artérias com uma elevada presença de indivíduos em situação de sem-abrigo, toxicodependentes, assim como diversos casos de criminalidade na zona velha da cidade. Considera que a localização e o contexto envolvente à escola são capazes de gerar um sentimento de insegurança sentido pelos estudantes e demais comunidade escolar nas imediações da mesma?
8. Quais são os principais fatores que considera serem potenciadores para a prática de crimes pelas camadas jovens?
9. Quais são os principais comportamentos desviantes dos estudantes?

10. Como é que avalia a frequência de indisciplina dos estudantes, incluindo na área envolvente à escola?

Estratégias de Prevenção e Promoção da Cidadania e Segurança Escolar/Envolvente

11. O Projeto Educativo 2022-2026 da escola refere que é pretendido uma “Redução do número total de comportamentos desviantes, no final do quadriénio”. De que forma é pretendido operacionalizar esta ideia?

12. Considera que a Câmara Municipal do Funchal deveria criar um corpo de Polícia Municipal idêntico aos existentes na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, trabalhando em articulação com a PSP, sobretudo no que se refere ao policiamento de proximidade e à promoção da cidadania nas áreas envolventes à escola?

13. Considera que a educação para a segurança pública nas camadas jovens é fundamental para construir uma geração com comportamentos e atitudes mais positivos, minimizando a hipótese de no futuro haver elevados índices criminais?

14. Na sua experiência, há alguma outra abordagem ou iniciativa que considera importante implementar para promover a segurança e cidadania nas escolas e meio envolvente?

Apêndice D – Análise de conteúdo no âmbito das entrevistas

Nota: De forma a facilitar a leitura da análise de conteúdo, são utilizadas as seguintes abreviações: RDE – Responsável pela Direção Escolar; RPES – Responsável pelo Programa Escola Segura.

Categorias	Subcategorias	Participantes	Unidades de Contexto/Indicadores
Aspetos gerais sobre o Programa Escola Segura	Perceção geral sobre o programa	RDE	“Tenho uma perceção positiva. Sempre que solicitado vêm à escola.”
		RPES	“A atual participação da PSP no contexto escolar é adequada e correspondente à missão que nos está atribuída.”
	Aspetos mais eficazes	RDE	“É a capacidade de sensibilização.”
		RPES	“Ajudamos os jovens a compreender matérias que estão na ordem do dia, e estimulamos as crianças/jovens a serem motores de mudança junto dos seus pais e dos seus pares. Resumidamente, é a capacidade de sensibilização.”
	Aspetos a melhorar	RDE	“Não existem aspetos significativos a melhorar, exceto a vigilância no contexto envolvente à escola, que necessita de ser reforçada.”
		RPES	“Há sempre espaço para melhorar. Por exemplo, pensarmos em estratégias para promover uma maior aproximação aos jovens que

			contribua, de forma ativa, para a resolução dos seus problemas ou pelo menos para o seu esclarecimento e encaminhamento. Em relação ao patrulhamento exterior, é suficiente.”
Planeamento e Implementação do Programa Escola Segura	Organização entre escola - PSP	RDE	“Não há nenhum tipo de planeamento prévio entre escola e PSP.”
		RPES	“Sim. No início do ano a PSP faz uma calendarização das atividades a desenvolver pelas suas subunidades operacionais junto das escolas.”
	Implementação efetiva	RDE	“A média de ações é de três vezes por ano letivo.”
		RPES	“No ano letivo 2023/2024 o Comando Regional da Madeira realizou 1.120 ações de sensibilização nos distintos níveis de ensino.”
	Fase de avaliação	RDE	“Não existe qualquer tipo de balanço realizado entre a escola e a PSP. O RAPES é um relatório exclusivamente interno por parte da PSP.”
		RPES	“Sim. Ocorre normalmente nas reuniões escolares em que a PSP está presente.”

Influência do contexto socioeconômico no comportamento e segurança escolar/envolvente	Sentimento de insegurança	RDE	“Há efetivamente um sentimento de insegurança.”
		RPES	“O sentimento de insegurança não é real, é uma percepção errada, influenciada pela comunicação social, mas que varia conforme o contexto como é natural.”
	Fatores potenciadores para a prática criminal pelos jovens	RDE	“Traficantes nas áreas envolventes à escola, influências de pares, falta de vigilância familiar, escolar e das forças de segurança, mas sobretudo um ambiente familiar disfuncional.”
		RPES	“Estão associados a fatores individuais, grupo de pares, relacionais e familiares, mas sobretudo às questões que envolvem a família. No entanto, o papel da polícia e da escola não se sobrepõe ao papel familiar.”
	Comportamentos desviantes	RDE	“Falta de assiduidade às aulas, comportamentos perturbadores em contexto de sala de aula, consumo de substâncias psicoativas, assim como violência física e verbal.”
		RPES	“As 5 temáticas mais abordadas a nível regional no ano letivo 2023/2024 são as de prevenção e segurança rodoviária, as respeitantes ao cyberbullying, a violência na escola/namoro, a prevenção do álcool, drogas e

			substâncias psicoativas e as respeitantes à utilização das novas tecnologias. Estas temáticas foram selecionadas com base nas necessidades atuais.”
	Frequência de ocorrências nas escolas	RDE	“Ocorrem de uma forma esporádica, mas com uma variância anual. Tenho a perceção de que em 2022 houve um pico em termos de consumos de drogas nas áreas envolventes à escola.”
		RPES	“A ocorrência de crimes nas escolas da RAM é muito baixa.”
Estratégias de prevenção e promoção da cidadania e segurança escolar/envolvente	Estratégias institucionais	RDE	“Executar um papel de prevenção e reação através de um conjunto integrado de ações.”
		RPES	“Manter o atual policiamento nas áreas escolares, uma vez que consideramos que o mesmo se encontra ajustado à realidade regional.”
	Hipotética criação de um corpo de Polícia Municipal do Funchal	RDE	“Seria, de facto, uma mais-valia significativa para a segurança nas imediações da escola, pelo menos a nível de presença policial.”
		RPES	“É-nos indiferente. Fazemos a nossa parte com ou sem Polícia Municipal.”
Segurança Pública em contexto curricular	RDE	“É essencial para minimizar a criminalidade no futuro. Não é um investimento em vão e deveria estar incluído no currículo escolar.”	

		RPES	“Inserir temáticas policiais na disciplina de Cidadania, ministradas por polícias, de forma que pudéssemos alcançar todos os jovens num determinado estabelecimento escolar.”
	Sugestões sobre novas iniciativas/abordagens	RDE	“A criação de uma associação de pais na escola, no sentido de apelar aos Encarregados de Educação para estas problemáticas securitárias.”
		RPES	“Dar mais abordagens ou iniciativas à PSP pode ser subversivo, na medida em que existe uma desresponsabilização de outras entidades, igualmente importantes, com competências nesta matéria, que têm de cumprir o seu papel.”

Apêndice E – Consentimento informado, esclarecido e livre para menores



Declaração de consentimento informado, esclarecido e livre para participação de menores em estudos de investigação

Identificação do Investigador: Dinarte José Sousa (Universidade da Madeira – Faculdade de Ciências Sociais)

Título do Estudo: *Educação para a Segurança Pública: Mecanismo de Prevenção Criminal e de Promoção da Cidadania*

Enquadramento:

Ao longo dos últimos anos, sobretudo após o período pandémico, a sociedade tem sido alvo de alterações significativas e das suas respetivas consequências, nomeadamente no que se refere aos comportamentos, pelo que se tem assistido a um impacto perceptível na criminalidade. Estas mudanças têm-se refletido em determinados crimes, sobressaindo a violência doméstica, assim como furtos e roubos, gerando um construto sobre um sentimento de insegurança vivenciado pela comunidade em determinadas regiões do país, pelo que a Região Autónoma da Madeira não é exceção.

Desta forma, a problemática em questão reveste-se duma particular importância em diversos sentidos, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento comunitário, na medida em que o aumento da criminalidade e o sentimento de insegurança afetam diretamente a coesão social, a confiança entre os cidadãos, assim como o bem-estar geral. Para além destes fatores, a investigação em torno desta temática é extremamente escassa, evidenciando uma falta de convergência conceptual em relação ao assunto, sobretudo do ponto de vista regional, incluindo medidas de segurança pública, como o Programa Escola Segura, uma vez que não se verificam estudos deste âmbito na Região Autónoma da Madeira.

Explicação do estudo:

A presente investigação tem como objetivo geral analisar o impacto do Programa Escola Segura na seguridade pública, considerando o seu papel na educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania, pelo que se torna pertinente recolher dados neste contexto através de um inquérito por questionário alusivo ao Programa Escola Segura, à criminalidade escolar e geral, assim como aos comportamentos e atitudes dos estudantes.

Nestes termos, a aplicação do inquérito por questionário realizar-se-á via online, na plataforma Microsoft Forms, preferencialmente em contexto escolar, por aproximadamente 15 minutos.

Mais se informa que todos os dados recolhidos serão destruídos, aproximadamente 9 meses depois da análise dos dados, bem como dos resultados da investigação.

Condições e financiamento:

A participação nesta investigação tem um carácter voluntário e de ausência de prejuízos, assistenciais ou outros, não envolvendo nenhuma compensação financeira. No entanto, a investigação também não envolve quaisquer custos, nem a nível de transporte, uma vez que o inquérito será aplicado via online. Esta investigação é totalmente financiada pelo investigador e mereceu parecer favorável da Comissão de Ética.

Anonimato e confidencialidade:

A confidencialidade e o anonimato dos dados serão garantidos durante a investigação, não tornando a identidade pública e tratando os dados nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Todos os dados serão armazenados com segurança no computador pessoal do investigador e serão exclusivamente para uso científico, nesta investigação de mestrado. A recolha e tratamento de dados pessoais, no âmbito do estudo em causa, está de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, a Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Desta forma, eu, _____ [Nome do responsável/representante do menor] declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações sobre a recolha de dados online, via inquérito por questionário, no âmbito da investigação *Educação para a Segurança Pública: Mecanismo de Prevenção Criminal e de Promoção da Cidadania*. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar que o menor participe neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito que o menor participe neste estudo e permito a utilização dos seus dados, que de forma voluntária são fornecidos, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram, com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.

Nome: _____

BI/CC N.º _____

Data ou validade ____ / ____ / _____

Grau de parentesco ou tipo de representação: _____

Data: ____ / ____ / _____

Apêndice F – Consentimento informado, esclarecido e livre destinado ao responsável pelo Programa Escola Segura na Região Autónoma da Madeira



Declaração de consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudos de investigação

Identificação do Investigador: Dinarte José Sousa (Universidade da Madeira – Faculdade de Ciências Sociais)

Título do Estudo: *Educação para a Segurança Pública: Mecanismo de Prevenção Criminal e de Promoção da Cidadania*

Enquadramento:

Ao longo dos últimos anos, sobretudo após o período pandémico, a sociedade tem sido alvo de alterações significativas e das suas respetivas consequências, nomeadamente no que se refere aos comportamentos, pelo que se tem assistido a um impacto perceptível na criminalidade. Estas mudanças têm-se refletido em determinados crimes, sobressaindo a violência doméstica, assim como furtos e roubos, gerando um construto sobre um sentimento de insegurança vivenciado pela comunidade em determinadas regiões do país, pelo que a Região Autónoma da Madeira não é exceção.

Desta forma, a problemática em questão reveste-se duma particular importância em diversos sentidos, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento comunitário, na medida em que o aumento da criminalidade e o sentimento de insegurança afetam diretamente a coesão social, a confiança entre os cidadãos, assim como o bem-estar geral. Para além destes fatores, a investigação em torno desta temática é extremamente escassa, evidenciando uma falta de convergência conceptual em relação ao assunto, sobretudo do ponto de vista regional, incluindo medidas de segurança pública, como o Programa Escola Segura, uma vez que não se verificam estudos deste âmbito na Região Autónoma da Madeira.

Explicação do estudo:

A presente investigação tem como objetivo geral analisar o impacto do Programa Escola Segura na seguridade pública, considerando o seu papel na educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania, pelo que se torna pertinente recolher dados neste contexto através de uma entrevista semiestruturada, de forma a obter informações alusivas ao planeamento e implementação do Programa Escola Segura, perceção sobre o programa,

influência do contexto socioeconómico no comportamento e segurança escolar/envolvente, assim como estratégias de prevenção e promoção da cidadania e segurança escolar.

Nestes termos, a presente entrevista realiza-se no Comando Regional da Madeira, num ato único, por aproximadamente 50 minutos.

É de salientar que a sua colaboração e da respetiva instituição no estudo é de imensurável relevância, sendo que a seleção não foi efetuada de forma aleatória, na medida em que são as principais referências do Programa Escola Segura na Região Autónoma da Madeira.

Mais se informa que todos os dados recolhidos serão destruídos, aproximadamente 9 meses depois da transcrição das entrevistas e análise dos dados, bem como dos resultados da investigação.

Condições e financiamento:

A participação nesta investigação tem um carácter voluntário e de ausência de prejuízos, assistenciais ou outros, não envolvendo nenhuma compensação financeira. No entanto, a investigação também não envolve quaisquer custos, nem a nível de transporte, uma vez que o investigador deslocar-se-á ao local da entrevista. Esta investigação é totalmente financiada pelo investigador e mereceu parecer favorável da Comissão de Ética.

Anonimato e confidencialidade:

A confidencialidade e o anonimato dos dados serão garantidos durante a investigação, não tornando a identidade pública e tratando os dados nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Todos os dados serão armazenados com segurança no computador pessoal do investigador e serão exclusivamente para uso científico, nesta investigação de mestrado. A recolha e tratamento de dados pessoais, no âmbito do estudo em causa, está de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, a Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Desta forma, eu, _____ declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço,

confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Assinatura legível e manuscrita: _____ Data: ____ / ____ / _____

Apêndice G – Consentimento informado, esclarecido e livre destinado ao responsável pela direção escolar



Declaração de consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudos de investigação

Identificação do Investigador: Dinarte José Sousa (Universidade da Madeira – Faculdade de Ciências Sociais)

Título do Estudo: *Educação para a Segurança Pública: Mecanismo de Prevenção Criminal e de Promoção da Cidadania*

Enquadramento:

Ao longo dos últimos anos, sobretudo após o período pandémico, a sociedade tem sido alvo de alterações significativas e das suas respetivas consequências, nomeadamente no que se refere aos comportamentos, pelo que se tem assistido a um impacto perceptível na criminalidade. Estas mudanças têm-se refletido em determinados crimes, sobressaindo a violência doméstica, assim como furtos e roubos, gerando um construto sobre um sentimento de insegurança vivenciado pela comunidade em determinadas regiões do país, pelo que a Região Autónoma da Madeira não é exceção.

Desta forma, a problemática em questão reveste-se duma particular importância em diversos sentidos, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento comunitário, na medida em que o aumento da criminalidade e o sentimento de insegurança afetam diretamente a coesão social, a confiança entre os cidadãos, assim como o bem-estar geral. Para além destes fatores, a investigação em torno desta temática é extremamente escassa, evidenciando uma falta de convergência conceptual em relação ao assunto, sobretudo do ponto de vista regional, incluindo medidas de segurança pública, como o Programa Escola Segura, uma vez que não se verificam estudos deste âmbito na Região Autónoma da Madeira.

Explicação do estudo:

A presente investigação tem como objetivo geral analisar o impacto do Programa Escola Segura na segurança pública, considerando o seu papel na educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania, pelo que se torna pertinente recolher dados neste contexto através de uma entrevista semiestruturada, de forma a obter informações alusivas ao planeamento e implementação do Programa Escola Segura, perceção sobre o programa, influência do contexto socioeconómico no comportamento e segurança escolar/envolvente,

assim como a estratégias de prevenção e promoção da cidadania e segurança escolar/envolvente.

Nestes termos, a presente entrevista realiza-se na instituição de ensino em causa, num ato único, por aproximadamente 50 minutos.

É de salientar que a sua colaboração e da respetiva instituição no estudo é de imensurável relevância.

Mais se informa que todos os dados recolhidos serão destruídos, aproximadamente 9 meses depois da transcrição das entrevistas e análise dos dados, bem como dos resultados da investigação.

Condições e financiamento:

A participação nesta investigação tem um carácter voluntário e de ausência de prejuízos, assistenciais ou outros, não envolvendo nenhuma compensação financeira. No entanto, a investigação também não envolve quaisquer custos, nem a nível de transporte, uma vez que o investigador deslocar-se-á ao local da entrevista. Esta investigação é totalmente financiada pelo investigador e mereceu parecer favorável da Comissão de Ética.

Anonimato e confidencialidade:

A confidencialidade e o anonimato dos dados serão garantidos durante a investigação, não tornando a identidade pública e tratando os dados nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Todos os dados serão armazenados com segurança no computador pessoal do investigador e serão exclusivamente para uso científico, nesta investigação de mestrado. A recolha e tratamento de dados pessoais, no âmbito do estudo em causa, está de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, a Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Desta forma, eu, _____ declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas

decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Assinatura legível e manuscrita: _____ Data: ____ / ____ / _____

Apêndice H – Pedido de autorização para recolha de dados destinado à Polícia de Segurança Pública



Notificação para pedido de recolha de dados

Eu, Dinarte José Sousa, estudante da Universidade da Madeira – Faculdade de Ciências Sociais, no 2.º ano de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário, encontro-me a realizar a minha Dissertação de Mestrado subordinada ao tema *Educação para a Segurança Pública: Mecanismo de Prevenção Criminal e de Promoção da Cidadania*, sob orientação da Professora Doutora Carla Patrícia Martins Gonçalves.

Neste sentido, a respetiva investigação científica centrar-se-á em analisar o impacto do Programa Escola Segura na segurança pública, considerando o seu papel na educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania. Adicionalmente, a questão-problema em: Qual é o impacto dos programas educativos para prevenir a criminalidade e promover a cidadania na Região Autónoma da Madeira?

Para alcançar este propósito, é pretendido aplicar uma entrevista semiestruturada ao principal responsável pelo Programa Escola Segura na Região Autónoma da Madeira. É de salientar que a colaboração desta instituição no estudo é de imensurável relevância.

Mais se informa que esta investigação científica irá garantir o anonimato e confidencialidade dos dados, assim como serão tratados de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O Investigador,
Dinarte José Sousa

A Orientadora Científica,
Professora Doutora Carla Patrícia Martins Gonçalves (Universidade da Madeira)

Apêndice I - Pedido de autorização para recolha de dados destinado à instituição de ensino



Notificação para pedido de recolha de dados

Eu, Dinarte José Sousa, estudante da Universidade da Madeira – Faculdade de Ciências Sociais, no 2.º ano de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário, encontro-me a realizar a minha Dissertação de Mestrado subordinada ao tema *Educação para a Segurança Pública: Mecanismo de Prevenção Criminal e de Promoção da Cidadania*, sob orientação da Professora Doutora Carla Patrícia Martins Gonçalves.

Neste sentido, a respetiva investigação científica centrar-se-á em analisar o impacto do Programa Escola Segura na segurança pública, considerando o seu papel na educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania. Adicionalmente, a questão-problema em: Qual é o impacto dos programas educativos para prevenir a criminalidade e promover a cidadania na Região Autónoma da Madeira?

Para alcançar este propósito, é pretendido aplicar um inquérito por questionário, via Microsoft Forms, a uma turma 10.º, 11.º e 12.º ano da instituição de ensino em causa. Adicionalmente, é pretendido aplicar uma entrevista semiestruturada a um representante da direção escolar. É de salientar que a colaboração desta instituição no estudo é de imensurável relevância.

Mais se informa que esta investigação científica irá garantir o anonimato e confidencialidade dos dados, assim como serão tratados de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O Investigador,
Dinarte José Sousa

A Orientadora Científica,
Professora Doutora Carla Patrícia Martins Gonçalves (Universidade da Madeira)

Apêndice J – Nota metodológica para efeitos de recolha de dados em meio escolar destinado à Direção Regional de Educação



Nota Metodológica

Ao longo dos últimos anos, sobretudo após o período pandémico, a sociedade tem sido alvo de alterações significativas e das suas respetivas consequências, nomeadamente no que se refere aos comportamentos, pelo que se tem assistido a um impacto perceptível na criminalidade. Estas mudanças têm-se refletido em determinados crimes, sobressaindo a violência doméstica, assim como furtos e roubos, gerando um construto sobre um sentimento de insegurança vivenciado pela comunidade em determinadas regiões do país, pelo que a Região Autónoma da Madeira não é exceção.

Desta forma, a problemática em questão reveste-se duma particular importância em diversos sentidos, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento comunitário, na medida em que o aumento da criminalidade e o sentimento de insegurança afetam diretamente a coesão social, a confiança entre os cidadãos, assim como o bem-estar geral.

Para além destes fatores, a investigação em torno desta temática é extremamente escassa, evidenciando uma falta de convergência conceptual em relação ao assunto, sobretudo do ponto de vista regional, incluindo medidas de segurança pública, como o Programa Escola Segura, uma vez que não se verificam estudos deste âmbito na Região Autónoma da Madeira.

Nesta lógica, a ação a desenvolver consiste num estudo de caso, a decorrer na freguesia de Santa Maria Maior, no concelho do Funchal, tendo como objetivo geral analisar o impacto do Programa Escola Segura na segurança pública, considerando o seu papel na educação para a prevenção criminal e promoção da cidadania, tendo como objetivos específicos:

- Analisar a educação como um mecanismo de promoção da cidadania e de prevenção criminal mediante o Programa Escola Segura;
- Identificar eventuais desafios na prevenção criminal e promoção da cidadania;
- Analisar a perceção dos participantes em relação à influência da educação para a segurança pública nas atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação à criminalidade;
- Apresentar um retrato dos participantes em relação ao sentimento de insegurança;

- Explorar a percepção dos participantes sobre a possível implementação da Polícia Municipal no Funchal como reforço do policiamento de proximidade.

Para este efeito, é pretendido aplicar um inquérito por questionário de tipo misto a uma turma de 10.º, 11.º e 12.º ano da escola em epígrafe, abrangendo cerca de 65 estudantes, utilizando a plataforma Microsoft Forms para recolha online dos dados, integrando o consentimento informado não assinado, tendo a duração máxima de 15 minutos. Também será realizada uma entrevista semiestruturada composta por 14 questões, direcionadas a um responsável pela direção escolar, com uma duração aproximada de 50 minutos.

O Investigador,
Dinarte José Sousa

A Orientadora Científica,
Professora Doutora Carla Patrícia Martins Gonçalves (Universidade da Madeira)